

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – ESTUDOS DA LINGUAGEM

**A FALA DO ALUNO EM SITUAÇÕES DE DISCURSO ACADÊMICO
E AS NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

WALKYRIA WETTER BERNARDES

Dissertação apresentada para obtenção do
título de MESTRE EM TEORIAS DO
TEXTO E DO DISCURSO.

Orientador: Professor Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre, janeiro de 2003

*Certas palavras não podem ser ditas
Em qualquer lugar e hora qualquer.
Estritamente reservadas
Para companheiros de confiança,
devem ser sacralmente pronunciadas
em tom muito especial
lá onde a polícia dos adultos
não adivinha nem alcança.*

Certas Palavras, Carlos Drummond de Andrade

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, à memória de duas pessoas muito especiais: minha mãe, Gladys Wetter, que, ao me brindar com leituras de poemas em voz alta, despertou o interesse pela magia das palavras faladas; e minha avó paterna, Wandelina Wetter, que soube, como ninguém, valer-se da expressão oral com maestria e encantamento.

A meu pai, Omar Wetter, que me ensinou a valorizar o conhecimento como forma de desenvolvimento pessoal.

*Aos **queridos e inesquecíveis** mestres (meus professores do Ensino Médio, no Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves, em São Paulo), Afonso Gomes de Carvalho e Hélio Macedo, figuras humanas de rara sensibilidade e profissionais invejáveis, que tornavam as aulas de Língua Portuguesa extremamente interessantes e dinâmicas, ao abrirem espaço para a oralidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ampliar e rever conceitos na área da Linguística.

Ao Projeto NURC, do qual participei como bolsista da UFRGS na época da graduação, meus agradecimentos pela oportunidade de vivenciar a pesquisa linguística na prática, vindo a reconhecer a importância da modalidade oral da língua para os estudos dessa área do conhecimento.

Expresso também o meu reconhecimento à Universidade de Caxias do Sul por ter a oportunidade, durante esses quinze anos, de exercer a prática docente em uma instituição de ensino preocupada com a ética e a competência.

Estendo esses agradecimentos à “Coordenação do Curso de Letras da UCS” e, particularmente, à “Coordenação de Língua Portuguesa Instrumental”, pelo crédito dado ao meu trabalho e pelas inúmeras oportunidades oferecidas para que ele se aperfeiçoasse.

Meus agradecimentos aos alunos das disciplinas de “Estratégias de Comunicação Oral” e “Oratória e Argumentação Jurídica”, meus informantes, sem os quais, com certeza, este trabalho não teria se realizado.

À Professora Heloísa Rosário pela disponibilidade em elaborar o resumo deste trabalho na Língua Francesa.

À minha família, principalmente a meu marido e filhos, pelos momentos em que foram parceiros.

E, finalizando, um agradecimento muito especial à amiga Sônia Lichtenberg pela interlocução constante, pela colaboração e companheirismo e, principalmente, pelo fato de, por seu intermédio, ter me interessado pelas Teorias da Enunciação, campo, hoje, que me encanta.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Sinto-me profundamente agradecida

*ao **Professor Dr. Valdir do Nascimento Flores***

pela maneira segura e competente com que conduziu a orientação da presente dissertação. Menciono, sobretudo, a atenção e o carinho a mim dedicados, fazendo com que uma tarefa árdua se transformasse em um percurso essencialmente prazeroso.

RESUMO

Este trabalho investiga, na fala do aluno em situações de discurso acadêmico, as figuras metaenunciativas da modalização autonímica que afloram nos quatro eixos das não-coincidências do dizer (interlocução, discurso com ele mesmo, palavras com as coisas, palavras com elas mesmas) e remetem às relações dialógicas do locutor com sua fala, do locutor com o alocutário e do locutor com a palavra do outro. Analisa, outrossim, essa modalidade de fala como variante do Discurso de Divulgação Científica. Aborda essas questões, buscando ancoragem no universo das Teorias da Enunciação, especificamente em Jacqueline Authier-Revuz, acessando dois exteriores teóricos: o dialogismo bakhtiniano e a releitura de Freud feita por Lacan a respeito do inconsciente. Investiga um corpus composto por dezessete horas de gravação em fitas de videocassete, com a participação de cento e trinta informantes, analisando oitenta dos trezentos e quarenta enunciados colhidos. Conclui que as formas relativas à modalização autonímica, ao se configurarem no campo das não-coincidências, revelam o tecido do processo enunciativo desse universo específico de fala como constitutivamente heterogêneo e dialógico.

RÉSUMÉ

Ce travail a l'intention d'examiner, dans la parole de l'élève dans des situations de discours académique, les figures métaénonciatives de la modalisation autonymique qui affleurent dans les quatre axes des non-coïncidences du dire (l'interlocution, le discours avec lui même, les mots avec les choses, les mots avec eux mêmes) et qui remettent aux relations dialogiques du locuteur avec sa parole, du locuteur avec l'allocataire et du locuteur avec les mots de l'autre. Nous analysons, par contre, cette modalité de parole comme une variante du Discours de Divulgateur Scientifique. Nous présentons ces questions, en cherchant l'ancrage dans l'univers des Théories de L'énonciation, surtout dans celle de Jacqueline Authier-Revuz, en donnant accès à deux extérieurs théoriques: le dialogisme bakhtinien et la relecture de Freud faite par Lacan à propos de l'inconscient. Nous travaillons avec un corpus formé par dix-sept heures d'enregistrement en bandes de vidéocassette, avec la participation de cent trente informants, où sont analysés quatre-vingts des trois cents quarante énoncés recueillis. Nous concluons que les formes relatives à la modalisation autonymique, en se configurant dans le champ des non-coïncidences, montrent le tissu du procès énonciatif de ce univers spécifique de parole comme constitutivement hétérogène et dialogique.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
RESUMÉ.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
1 NO CAMPO DA METALINGUAGEM.....	7
1.1 Apresentação do objeto visado.....	8
1.2 O trabalho fundador de Josette Rey-Debove.....	11
1.2.1 A metalinguagem não-lingüística.....	11
1.2.2 A metalinguagem lingüística.....	19
1.3 A metalinguagem na abordagem de Jacqueline Authier-Revuz.....	22
1.3.1 A metalinguagem natural.....	23
1.3.2 A metalingüística corrente ou epilingüística.....	26
1.3.3 O metaenunciativo.....	27
1.3.4 A opacificação.....	29
1.3.5 Uma modalidade reflexiva particular.....	34
2 NO CAMPO DA ENUNCIÇÃO.....	39
2.1 O paradigma estruturalista como ponto de partida.....	41
2.2 A subjetividade afetando o sistema formal da língua.....	50
2.3 Um sujeito dividido, efeito de linguagem.....	57
2.4 A linguagem e sua natureza constitutivamente dialógica: interlocução e intersubjetividade.....	70
3 O PERCURSO DAS HETEROGENEIDADES ÀS NÃO-COINCIDÊNCIAS: DA CONOTAÇÃO À MODALIZAÇÃO.....	87
3.1 Heterogeneidade mostrada no discurso e heterogeneidade constitutiva do discurso: duas ordens de realidade irreduzíveis, mas articuláveis e solidárias.....	88
3.2 Encontro e representação das não-coincidências do dizer.....	96
3.2.1 Pontos de não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores.....	97
3.2.1.1 Panorama das figuras da não-coincidência interlocutiva.....	99
3.2.2 Imagens da não-coincidência do discurso consigo mesmo.....	107
3.2.2.1 Conjunto das formas ilustrativas da não-coincidência do discurso com ele mesmo.....	109

3.2.3 A não-coincidência entre as palavras e as coisas.....	112
3.2.3.1 Figuras representativas da não-coincidência entre as palavras e as coisas.....	115
3.2.4 A não-coincidência das palavras com elas mesmas.....	118
3.2.4.1 Formas de representação da não-coincidência das palavras com elas mesmas	121
 4 METODOLOGIA.....	 128
4.1 Do corpus.....	128
4.2 Pontos norteadores da análise.....	130
4.3 Das unidades de análise.....	132
 5 ANÁLISE DO CORPUS.....	 137
5.1 Figuras representativas da <i>modalização autonímica</i> , inscritas nos quatro campos das não-coincidências	137
5.1.1 A relação entre os interlocutores	137
5.1.1.1 Injunção a dizer em uma só voz: digamos assim; vamos dizer	137
5.1.2 O discurso com ele mesmo	141
5.1.2.1 DI com “ilhota textual”	142
5.1.2.2 Segundo exterior “X”.....	145
5.1.3 As palavras e as coisas.....	146
5.1.3.1 Figuras do UM realizado na nomeação	146
5.1.3.1.1 Coincidência do enunciador com seu dizer: X, eu digo X.....	146
5.1.3.1.2 Coincidência da palavra com a coisa: X, propriamente dito; X, como o próprio nome indica; X, como diz o próprio nome	147
5.1.3.2 Figuras da adequação visada.....	148
5.1.3.2.1 Nomeação entre duas palavras: X, não, Y;X, perdão, Y;X, ou melhor dizendo, Y; X ou Y; X, isto é, Y	148
5.1.3.2.2 Nomeação em termos de uma procura: Como é que eu posso dizer? X.....	154
5.1.3.3 Figuras da falta da nomeação.....	155
5.1.3.3.1 O modo de dizer ausente para ele mesmo: X, se... dizer (chamar X).....	155
5.1.3.3.2 Constatação da distância descrita entre a palavra e a coisa sem especificação: X, a palavra não convém (não é adequada).....	157
5.1.3.3.3 A distância fluida entre a palavra e a coisa: X, entre aspas	157
5.1.4 As palavras consigo mesmas	160
5.1.4.1 Respostas de fixação de um sentido: X, no sentido de que	160
5.1.4.2 O sentido estendido no não-um: X, em todos os sentidos	161
5.2 A fala do aluno em situações de discurso acadêmico: uma variante do Discurso de Divulgação Científica	162
5.2.1 Um discurso caracterizado pela reformulação.....	163
5.2.1.1 No quadro da enunciação.....	164
5.2.1.2 No fio do discurso	168
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 171
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 174

INTRODUÇÃO

Este estudo diz respeito à fala do aluno em situações específicas de discurso acadêmico, procurando investigar os comentários metaenunciativos relativos à modalização autonímica que, ao aflorarem nos quatro campos das não-coincidências (interlocução, relação do discurso com ele mesmo, nomeação das coisas pelas palavras, palavras em relação a elas mesmas), remetem às relações dialógicas do locutor com sua fala, do locutor com o alocutário e do locutor com a palavra do outro.

A investigação ora proposta direciona-se exclusivamente à modalidade oral da língua por ser a mesma um dos focos de nossa prática pedagógica na Universidade de Caxias do Sul, no período compreendido entre 1997 a 2001, quando trabalhávamos, no referido estabelecimento de ensino superior, com duas disciplinas que privilegiavam especificamente a abordagem do universo da fala, direcionando seus objetivos para o desenvolvimento de estratégias de comunicação oral adequadas a situações formais de discurso, relativas ao âmbito acadêmico e profissional: “Estratégias de Comunicação Oral” e “Oratória e Argumentação Jurídica”.

As disciplinas mencionadas, por apresentarem um outro campo de abordagem em relação à língua (forma oral), permitem muitos questionamentos e possibilitam novas perspectivas de investigação, fornecendo amplo material para pesquisa, já que os trabalhos

apresentados pelos alunos para a conclusão do semestre letivo estão registrados em fitas de videocassete, sendo catalogados e postos à disposição do público na videoteca da referida Universidade.

A possibilidade de olhar para a fala em situações de discurso acadêmico através de um prisma de ancoragem teórica que busca a análise de elementos lingüísticos no sentido estrito, marcados no fio do discurso, trazendo, para tanto, a referência a pontos de vista exteriores que embasam a heterogeneidade constitutiva do discurso (o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise) e situando o objeto investigado, bem como os pontos de vista teóricos em função dos quais será abordado, no campo da metalinguagem e da enunciação, permite-nos convocar exteriores para a lingüística e, assim sendo, trabalhar as questões relativas à subjetividade na linguagem, abordando aspectos pertinentes ao sujeito e ao uso da língua.

A teoria enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz ancora esse estudo por ser possível, com o suporte da mesma, abordar questões restritas à língua sem que sejam desprezados os horizontes teóricos exteriores (já anteriormente citados) e pelo fato de a mesma apresentar a análise de um corpus abrangente (quatro mil enunciados orais e escritos das mais diferentes modalidades da língua) e minuciosamente dissecado em todas as configurações possíveis da reflexividade opacificante da modalização autonímica, possibilitando, desse modo, um embasamento consistente para a investigação dessa modalidade no discurso oral gerado no meio acadêmico.

Com base nesses pressupostos teóricos, nossa hipótese primeira é que “as figuras da modalização autonímica, descritas como fatos das não-coincidências do dizer, ao afetarem de não-um o funcionamento da enunciação, remetem às relações dialógicas do locutor com sua fala, do locutor com o alocutário e do locutor com a palavra do outro”.

Secundariamente, como conseqüência da hipótese anterior, “o sujeito, ao dividir o espaço discursivo com o outro (em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso) possibilita a abordagem da enunciação como constitutivamente heterogênea, instituindo-se essa heterogeneidade através de formas marcadas e não-marcadas, na superfície lingüística, relativas ao universo específico de determinada configuração enunciativa”.

E, ainda, duas outras hipóteses secundárias se apresentam: “a dominância quantitativa de determinadas figuras metaenunciativas referentes à modalização autonímica, escolhidas preferencialmente, ou muitas vezes até quase como ‘tique’, revela relações específicas com o gênero de discurso no qual aparecem”; “a modalidade de fala coletada, ao ser investigada em sua função como meio através do qual ocorre a divulgação do conhecimento de determinadas áreas do saber, ao ser avaliada no fio do discurso e no processo enunciativo que desencadeia, configura-se como variante do Discurso de Divulgação Científica.

Partindo dessas hipóteses, traçamos alguns objetivos, ou seja, descrever as figuras da modalização autonímica como fatos da não-coincidência do dizer para dar conta das relações dialógicas que tomam lugar no processo enunciativo; caracterizar a fala do aluno como constitutivamente heterogênea e oriunda de um sujeito clivado pelo consciente e circundado pela configuração enunciativa na qual se insere; examinar o enunciado pelo viés da interlocução e da intersubjetividade, considerando, para tanto, as formas pelas quais se efetiva esse direcionamento a alguém e a concepção que o locutor faz de seu destinatário como peculiaridades que estabelecem a especificidade de um determinado gênero de discurso.; proceder a um levantamento investigativo dos constituintes desse tipo de discurso que o aproximam do Discurso de Divulgação Científica.

Iniciamos o nosso percurso, procurando, no trabalho fundador de Josette Rey-Debove (1978), elementos concernentes às abordagens *não-lingüísticas* e às *abordagens lingüísticas* relativas à *metalinguagem*, estabelecendo oposições significativas entre a *metalinguagem formal* em relação à *metalinguagem natural*, já que o estabelecimento das mesmas é fundamental para o nosso estudo a respeito da *modalização autonímica* visto que ele se estabelece a partir do enfoque da *metalinguagem corrente* em oposição à *metalinguagem lógica*.

A seguir, procuramos apresentar, nos vastos domínios das Teorias da Enunciação, a perspectiva particular estabelecida por Jacqueline Authier-Revuz para o estudo dessa configuração metaenunciativa específica. Para tanto, iniciamos o capítulo a partir de uma abordagem saussuriana de língua como sistema de ordem própria, mas, ao mesmo tempo, procuramos ultrapassar a abordagem lingüística imanente, convocando Émile Benveniste pela possibilidade oferecida por sua teoria para a articulação entre língua e enunciação. Surge, então, nesse momento, a necessidade de se demonstrar a distância existente entre a teoria enunciativa de Authier-Revuz e a concepção intralingüística da enunciação e do sentido apregoada por Ducrot. Finalizamos o capítulo com a articulação estabelecida por Authier entre duas teorias: a da “heterogeneidade lingüística” e a do “descentramento do sujeito”, através da convocação de dois exteriores teóricos da lingüística: a releitura de Freud feita por Lacan a respeito do inconsciente, e o dialogismo bakhtiniano como princípio constitutivo de toda a linguagem, privilegiando o plano do “diálogo entre discursos” e do “diálogo entre interlocutores”. Embora possa parecer estranho o agrupamento de teóricos tão díspares num mesmo momento, nosso objetivo aqui é o de partir, junto com Authier, de uma perspectiva de língua como sistema fechado em si mesmo, ampliando para a subjetividade que afeta o aparelho formal da enunciação, apresentando um sujeito que se constitui e se diz na linguagem, sendo estruturalmente

clivado pelo inconsciente e, ao constituir-se na intersubjetividade, integra à sua voz outras vozes que o antecederam e aquelas que ele antecipa na interação com o outro.

Logo após, passamos ao verdadeiro cerne constitutivo da teoria da autora, onde procuramos delinear as linhas mestras da teoria que sustenta nossa investigação a respeito das figuras da modalização autonímica que aparecem nos territórios das não-coincidências do dizer, investigadas na fala dos alunos em situações específicas de discurso acadêmico. Partimos da descrição das formas da heterogeneidade mostrada no discurso, vistas como manifestações dos vários tipos de *negociação* do sujeito falante com aquilo que a autora chama de heterogeneidade constitutiva e, logo após, abordamos as não-coincidências do dizer e as formas lingüísticas através das quais se realizam na materialidade do fio do discurso. Embora procurando fazer um apanhado geral das várias configurações relativas às não-coincidências, temos certeza de que nosso apanhado é limitado se comparado ao universo apresentado por Authier, porém nosso propósito restringe-se à investigação de um corpus específico e, portanto, procuramos selecionar o que seria mais condizente com ele.

Nosso corpus investiga enunciados específicos, representativos de elocuições formais oriundas da fala de alunos em situações de discurso acadêmico, circunstâncias essas que retratam exposições orais de trabalhos de conclusão do semestre letivo, apresentados pelos estudantes dos cursos de “Economia”, “Ciências Contábeis” e “Direito” da Universidade de Caxias do Sul. As exposições orais foram colhidas nas aulas das disciplinas de “Estratégias de Comunicação Oral” e “Oratória e Argumentação Jurídica”, as quais fazem parte de um núcleo organizador chamado “Língua Portuguesa Instrumental”.

Partindo da teoria de Authier-Revuz, estabelecemos uma metodologia específica para a realização das análises, a qual apresenta três níveis descritivos, cada um deles com suas imposições e seus limites. Resumidamente, esses níveis assim se apresentam:

- 1) *o do inventário e o da análise lingüística*, através do qual descrevemos, no plano gramatical, lexical, tipográfico, a variedade de formas através das quais se lineariza sobre a cadeia as formas da modalização autonímica;
- 2) *o da interrogação sobre o processo enunciativo* desse modo desdobrado do dizer, o qual deve ser abordado relativamente a uma teoria do sujeito enunciador articulada à heterogeneidade teórica relativa ao campo da lingüística;
- 3) e, finalmente, o de uma tentativa de compreender o funcionamento desse modo enunciativo no interior de um discurso singular: a fala do aluno em situações específicas de elocução formal no meio acadêmico.

A *teoria oceânica* de Jacqueline Authier-Revuz, em todos os sentidos da palavra, tanto na profundidade de seus pressupostos quanto na abrangência de suas considerações e análises, nos permite pensar o universo da fala, a partir da língua, sem ficarmos presos nos seus estreitos limites, mas nos leva para os territórios das Teorias da Enunciação, onde a subjetividade se instala e podemos considerar, no interior de nossas análises, questões relativas ao sujeito e sua relação com a linguagem, nos permitindo, inclusive, buscar exteriores teóricos os quais nos possibilitam a abordagem do sujeito como produzido pela linguagem e clivado pelo inconsciente, constituindo-se na intersubjetividade. O percurso aqui proposto nos faz repensar questões relativas à abordagem da língua sob um outro prisma, mais amplo e, certamente, bem mais instigante.

1 NO CAMPO DA METALINGUAGEM

*Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
Há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.*

Procura da poesia, Carlos Drummond de Andrade

O objetivo inicial do presente capítulo é situar, em um contexto abrangente, o conceito de *metalinguagem* desenvolvido por Rey-Debove (1978) e, posteriormente, delimitá-lo à linguagem natural, já que a especificação do mesmo é de suma importância para que se possa visualizar, com adequação, o objeto aqui investigado, ou seja, a *modalização autonímica*, em relação aos pontos de vista teóricos em função dos quais ele será abordado.

Iniciamos, fazendo um breve apanhado a respeito das abordagens não-lingüísticas e das concepções lingüísticas relativas à metalinguagem e, logo após, direcionamos especial atenção às questões concernentes à *metalinguagem formal* em oposição à *metalinguagem natural*, já que essa oposição estabelece, com clareza, a perspectiva aqui proposta, isto é, a de abordar essa configuração metaenunciativa (*modalização autonímica*)

a partir do enfoque da *metalinguagem corrente*, natural, observável no discurso, em contraposição à *metalinguagem lógica*, externa ao discurso.

Em um segundo momento, passamos a abordar as considerações de Authier-Revuz (1995) direcionadas ao campo da metalinguagem, procurando estabelecer relações entre as teorias das duas autoras, já que a segunda ancora as questões relativas a essa modalidade no trabalho fundador da primeira.

1.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO VISADO

A linguagem pode ser perfeitamente empregada para falar dela mesma. O discurso do lingüista é o melhor exemplo dessa praxe, mas qualquer pessoa, independentemente de seus propósitos, pode recorrer a essa função metalingüística, quando os comentários sobre o dizer são indispensáveis à comunicação, em situações em que se quer ajustar o discurso ao que ele supõe designar ou significar. Essas circunstâncias podem ser as mais triviais do cotidiano até as mais elaboradas, como as provenientes da escrita literária, e as mais formais, como aquelas oriundas de interlocuções que tomam lugar no meio acadêmico e, até algumas vezes, no meio profissional.

No entender de Rey-Debove (1978, p. 1), a linguagem, que está apta a falar de todos os sistemas, se encontra na situação bastante particular de poder falar dela mesma; no entanto nenhum desses sistemas não-lingüísticos pode descrevê-la:

Com efeito, a linguagem tem duas propriedades que a distinguem dos outros sistemas. Primeiro, somente ela pode descrever sistemas semióticos não-lingüísticos; ela serve de metalinguagem para os sistemas lógico-matemáticos que são o fundamento das ciências exatas; para todos os códigos práticos e para todos os modos de expressão significativos: gestual, mímico, expressão icônica, artes plásticas, musicais, etc. Se esses modos de expressão têm sua própria notação, por exemplo a música, é somente a linguagem que permite explicitá-la; e, se eles não têm notação, a linguagem procura uma descrição dela.

Inversamente, nenhum desses sistemas não-lingueiros pode descrever a linguagem, e não é necessário apresentar as provas desta evidência (idem, ibidem) [Tradução de nossa responsabilidade].

Portanto a linguagem, apta a falar de todos os sistemas, acha-se na condição particular de poder falar de si mesma, no entanto os sistemas não-lingüísticos não podem se descrever e construir sua própria metassemiótica.

Assim sendo, uma língua dada L1 contém um subsistema de L1 destinado a falar de L1 (e, eventualmente, de outras línguas), subsistema esse do qual o léxico engloba o que Rey-Debove (1978, p. 2) chama de *palavras metalingüísticas* e *palavras autonímicas*.

As palavras autonímicas (que designam a elas mesmas) são homomorfas de todas as outras palavras do léxico de L1 (homomorfa no sentido lógico-lingüístico de homógrafa e homófona). Esta homomorfia propicia um vasto campo para a ambigüidade no discurso. Muitas contradições no campo da lógica e determinados problemas relativos à semântica provêm de uma *confusão homonímica* entre os signos que significam os signos, que os conotam. Estes dois sistemas lexicais homônimos são freqüentemente tomados como um só, tanto pelos usuários da língua como pelos lingüistas, que acreditam que certos tipos de trabalho podem negligenciar esta distinção¹.

As palavras metalingüísticas são geralmente percebidas como elementos de uma terminologia especializada, ainda que todos os termos da fala e da escrita dela façam parte.

¹ Fala-se de *autonímia* quando um signo se refere a si mesmo como signo. O uso autonímico de um vocábulo em um enunciado deve ser aproximado do emprego da “palavra-entrada” no dicionário. O dicionário propõe ao usuário uma forma fora do discurso e lhe oferece descrições dessa forma. Desse modo, a entrada, num dicionário, fica fora do discurso e representa o nível metalingüístico, aquele em que o uso do código é aplicado reflexivamente a um elemento do mesmo.

Toda palavra de um enunciado pode ser, pelo locutor ou pelo interlocutor, destacada de seu contexto e considerada em situação autônoma. Exemplo de reflexão do locutor sobre seu discurso: “Eu falei ‘não’, eu não disse ‘talvez’”. Caso de reflexão do interlocutor: “Você disse ‘logo’: é agora ou em uma hora?”

Diferencia-se das outras situações metalingüísticas pelo fato de que se refere sempre ao enunciado relatado pelo locutor (autocitação) ou por outrem (citação) (DUBOIS, 1998, p. 81).

A metalinguagem² não tem por função somente falar da língua à qual ela pertence. Ela tem o poder de falar de todos os signos de todas as línguas, naturais ou artificiais, isto é, de todos os signos que não pertencem ao seu próprio código e que não dependem da competência lingüística dos usuários. Esta função contribui notavelmente para a aprendizagem das línguas.

A autora enfatiza, outrossim, que, se existe uma tomada de consciência em relação aos problemas apresentados pelo discurso sobre a língua, a descrição desse discurso, que produzimos no cotidiano, é deliberadamente vista como secundária, já que a opinião comum prega que uma descrição do sistema metalingüístico só se justifica se acontecer depois da descrição do sistema ordinário. No entender de Rey-Debove (1978, p. 2), ao contrário, a descrição correta de uma língua não é possível se não levar em consideração a abordagem de sua metalinguagem.

Na verdade o que a autora pretende mostrar é que a identidade parcial entre o domínio estudado e o instrumento de estudo cria uma série de alterações que se manifestam no discurso metalingüístico, as quais é necessário identificar e descrever. Quando as gramáticas discutem o discurso relatado, o estilo direto e indireto, o emprego das aspas, a nominalização de certas seqüências, elas o fazem de maneira dispersa, sem perceber que se trata de um subsistema coerente que deve ser descrito por ele mesmo. Trata-se, então, de separar as regras que se aplicam ao discurso metalingüístico e somente a ele, contrastivamente às regras do discurso ordinário.

² Uma distinção, antecipada pela tradição da antiga Grécia e da Índia e cultivada também pelos tratados medievais *de suppositionibus* tem sido defendida na lógica moderna como a necessidade de distinguir entre dois níveis de linguagem: ‘ a linguagem objeto’ que fala de questões alheias à linguagem como tal, e por outro lado uma linguagem na qual falamos do código verbal mesmo. Este último aspecto chama-se metalinguagem, tradução do termo polaco introduzido nos anos 1930 por Alfred Tarski. Nesses dois níveis é possível a utilização do mesmo material verbal (JAKOBSON, 1996, p. 85).

Rey-Debove (1978, p. 4), neste mesmo estudo, encerra suas colocações preliminares a respeito da metalinguagem, sublinhando que nenhuma teoria lingüística da atualidade investigou este objeto de estudo com a amplitude que ele mereceria:

Lingüistas, como Hjelmslev, Jakobson e sobretudo Harris, incluíram a função metalingüística em sua teoria, mas esta tentativa fundamental constitui somente uma apresentação da descrição em cujo detalhe eles não entram e da qual eles não apontam todas as conseqüências. Outros, como Greimas, se interessam pela metalinguagem somente do ponto de vista epistemológico, enquanto sistema de axiomas permitindo a descrição da linguagem para o lingüista e não enquanto tipo de discurso que se manifesta nas situações mais familiares. [Tradução nossa].

As colocações apresentadas até agora, oriundas dos questionamentos de Rey-Debove (1978), demonstram seu interesse a respeito das investigações no campo da metalinguagem e, de acordo com a autora, elas ampliam consideravelmente o domínio das investigações para além da simples descrição do sistema metalingüístico de uma língua dada. Na sua concepção, o estudo da metalinguagem diz respeito à lingüística geral e à semiótica da linguagem.

1.2 O TRABALHO FUNDADOR DE JOSETTE REY-DEBOVE

1.2.1 A metalinguagem não-lingüística

A *metalinguagem lógica* diz respeito às linguagens formais. Nessa concepção, nenhuma linguagem, enquanto sistema fechado, pode dar provas de sua própria consistência, necessitando, para tanto, de uma outra linguagem mais potente, que dê conta do valor de verdade das frases e de seu sistema. Essa linguagem segunda é, na visão de Tarski (1944), *a linguagem por intermédio da qual falamos da primeira linguagem e com os termos da qual estabelecemos a definição de verdade para a primeira linguagem* (REY-DEBOVE, 1978, p. 13). A primeira linguagem é chamada de *linguagem objeto*, e a

segunda, *metalinguagem*. Na verdade, a metalinguagem toma por empréstimo os termos mesmos da linguagem objeto, mas, ao mesmo tempo, é preciso que a segunda linguagem seja muito rica e que contenha alguma variável de tipo superior. Portanto, para os lógicos, a metalinguagem não se opõe à linguagem objeto, mas a contém, como a própria etimologia o indica. Isto significa que, na hierarquia das linguagens, a linguagem de ordem $n+1$ (o conjunto das frases da metalinguagem) contém a linguagem n . Este acúmulo, que pode parecer estranho aos lingüistas, provém do fato de que a verdade das frases de n se prova pelas frases onde o significado de mundo intervém. No seguinte exemplo: / “Chove” é verdadeiro se, e somente se, chove/, esta frase metalingüística assenta-se de um lado e outro sobre dois sistemas semióticos, aquele da língua (/chove/) e aquele do mundo (/chove)³.

Na concepção dos lingüistas, não se trata de saber se /chove/ é uma frase verdadeira, mas se /chove/ é uma frase aceitável. Os lógicos colocam em relação os enunciados expressos em metalinguagem e os estados de fatos expressos em língua ordinária; enquanto os lingüistas permanecem no interior do sistema da língua, que é um sistema imanente.

Rey-Debove (1978, p. 14) salienta que Tarski descreve a metalinguagem lógica como um conjunto de símbolos que obedecem às mesmas regras que aquelas da escrita lógica (língua-objeto). Esses símbolos são comuns à lógica e à metalógica (expressões lógicas de ordem geral como $=, +, >, \epsilon$, etc.); os símbolos específicos: nome dos objetos

³ A Teoria da Verdade de Tarski, apresentada em 1933, nos seus trabalhos em lógica, sugere que a caracterização do que entendemos por significado de uma sentença é o que constitui os alicerces de uma teoria semântica, e não a caracterização do significado de palavras. Ele propôs que é possível estabelecer-se uma definição de verdade para as linguagens formais construídas pelos lógicos, aplicando-se corretamente para cada sentença da linguagem a fórmula seguinte: *S é verdade se, e somente se, p*, onde *S* corresponde ao nome da sentença (mera pronúncia da seqüência de símbolos que constituem essa sentença) e *p*, às condições que garantem a verdade dessa sentença. Portanto conhecer o significado de uma sentença seria conhecer em que condições esta sentença seria verdadeira (KEMPSON, 1980, p. 33).

que tratam da língua (dentro de aspas simples); termos utilizados para a descrição estrutural de determinada língua (negação, quantificador, etc.).

A teoria semântica de Tarski, na concepção da qual a metalinguagem pode decidir sobre a verdade das proposições da linguagem-objeto, tem se deparado com a oposição dos filósofos que ali vêem o retorno de uma metafísica disfarçada, *déguisée*, como afirma Rey-Debove (1978, p.16).

A partir dessa afirmação, a autora enfatiza que este aspecto diz respeito à metalinguagem natural e cita, nesse momento, a afirmação de Lacan de que *não existe metalinguagem*⁴ (feita para criticar o lógico-positivismo), ou seja, que

nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e que dispõe de outro meio para fazê-lo (LACAN, 1978, p. 882).

Mas a verdadeira fala, ao interrogar o discurso verdadeiro sobre o que ele significa, descobre que a significação remete sempre à significação, não podendo coisa alguma ser mostrada senão por um signo, e, portanto, faz com que ele pareça fadado ao erro (LACAN, 1978, p. 354).

Nessas passagens, Lacan apresenta sua crítica em relação ao lógico-positivismo, e, na perspectiva de Rey-Debove (1978), essa crítica é bastante pertinente por enfatizar que a aplicação das propriedades da linguagem lógica a qualquer tipo de discurso torna-se inadequada e inoperante, já que a metalinguagem não é um discurso verdadeiro sobre a linguagem. Embora ela pareça exercer plenamente essa função probatória que determina indiretamente a ordem do mundo, ela é, antes de tudo, um discurso livre sobre a linguagem.

Carnap é mencionado também por Rey-Debove (1978, p. 15-16) como uma outra perspectiva de abordagem no campo da lógica. Ele apresenta em seu texto *Logical Syntax*

⁴ O aforismo lacaniano “Não há metalinguagem” será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo.

of Language uma descrição formal das frases da linguagem-objeto lógico-matemática. Seu estudo recai sobre a sintaxe pura, independentemente das frases existentes (sintaxe descritiva) e do componente semântico. Nesse aspecto, segundo Rey-Debove (1978, p.15-6), suas investigações assemelham-se às conclusões de Chomsky em *Aspects of the Theory of Syntax*. Portanto o referido teórico chama de sintaxe lógica a descrição formal das frases nas quais o sentido é isolado (separações essas que na lingüística são quase impossíveis), sendo, assim, forçado a estudar por partes o fato autonímico (expressão vs designação dessa expressão).

Na abordagem de Ladrière, segundo Rey-Debove (1978), é notório dizer-se que a sintaxe é uma metalinguagem, e que a semântica é uma outra:

Em uma linguagem L dada, serão chamadas metalinguagens de L as linguagens no interior das quais se pode estudar as propriedades da linguagem L; a última sendo chamada de linguagem-objeto. É possível distinguir-se geralmente três formas dessa modalidade: as metalinguagens sintáticas ou sintaxe, as metalinguagens semânticas e as metalinguagens pragmáticas.

Não é conveniente para a autora caracterizar a metalinguagem pelos aspectos da língua-objeto que ela estuda. Uma metalinguagem é ela mesma constituída por traços sintáticos, semânticos e pragmáticos, pois é uma linguagem como as outras, e se chamamos sintaxe, semântica ou pragmática, é porque ela significa a sintaxe, a semântica ou a pragmática da linguagem-objeto. Assim sendo, não se deve falar de *metalinguagem inglesa* para uma metalinguagem francesa que estuda o inglês. As três formas evocadas por Ladrière são, na verdade, três conteúdos de metalinguagem.

Na abordagem da *metalinguagem semiótica*, aparece o nome de Hjelmslev, o qual manifesta claramente o seu estatuto de continuador de Saussure, *reformulando e articulando entre si, as dicotomias saussurianas de língua e fala, de significante e significado, de forma e substância* (ARRIVÉ, 1994, p. 22).

Nos *Prolégomènes a une théorie du langage* (1968), Hjelmslev propõe uma teoria semiótica. Seu projeto, inscrito na linha de Saussure, é o de construir uma ciência mais abrangente, que tivesse como objeto, além das línguas naturais, tudo aquilo que pode ser descrito como linguagem. A partir daí, surge o problema do estabelecimento da fronteira entre linguagem e não-linguagem, ou melhor dizendo, entre semiótica e não-semiótica.

Nas considerações de Rey-Debove (1978, p.18), Hjelmslev parte da teoria saussuriana, segundo a qual uma língua natural é uma forma e não uma substância, estabelecendo, então, a possibilidade de se construir o modelo dessa forma, qualquer que seja a substância. Este modelo, que apresenta dois planos - plano da expressão e plano do conteúdo -, é uma semiótica. Portanto a noção de semiótica aplica-se às linguagens lógicas e naturais. Porém apenas a língua natural possui a característica fundamental de ser absolutamente abrangente pois para Hjelmslev (1968, p. 148), uma língua é uma semiótica no interior da qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas, como todas as estruturas semióticas concebíveis. Deve-se isso ao fato de que a possibilidade ilimitada de formação de signos e a liberdade das regras que regem a formação de unidades de grande extensão (como as frases) são os elementos responsáveis pelas formulações falsas, ilógicas, precisas, belas e morais. Somente as línguas são responsáveis por formar não importa qual sentido.

Desse modo, a linguagem natural é considerada uma semiótica, conforme o modelo teórico da semiótica denotativa esquematizado por Barthes (1964, p. 162) pela fórmula ERC (Expressão em Relação com um Conteúdo). Ela constitui-se de uma combinação de duas ou mais semióticas: a semiótica denotativa (da qual nenhum dos planos é uma semiótica), a semiótica conotativa (da qual o plano da expressão é uma semiótica) e a metasemiótica (ou metalinguagem), da qual o plano do conteúdo é uma semiótica.

Qualquer sistema de significação comporta um plano de expressão (E) e um plano de conteúdo (C), e a significação corresponde à relação (R) entre os dois planos, ou seja, ERC. Pode ocorrer, algumas vezes, que o sistema ERC se torne um elemento de um segundo sistema (que lhe será extensivo), o que significa, nesse caso, que os dois sistemas de comunicação estarão *embricados* um no outro, mas, ao mesmo tempo, *desengatados* um em relação ao outro. O desengate dos dois sistemas pode ocorrer de dois modos distintos, de acordo com o ponto de inserção do primeiro sistema no segundo, dando lugar a dois conjuntos opostos.

Quando o primeiro sistema (ERC) torna-se o plano de expressão (significante) do segundo sistema, ou seja, (ERC) RC, temos o que Hjelmslev chama de *semiótica conotativa*, onde o primeiro sistema constitui o plano de *denotação*, e o segundo sistema, extensivo ao primeiro, o plano de *conotação*. Portanto o que chamamos de um *sistema conotado* é

um sistema cujo plano de expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação; os casos correntes de conotação serão evidentemente constituídos por sistemas complexos, cuja linguagem articulada forma o primeiro sistema (é o caso da literatura, por exemplo) (BARTHES, 1992, p. 95).

No segundo caso de desengate, o primeiro sistema (ERC) torna-se o plano de conteúdo (ou significado) do segundo sistema: ER (ERC). É o que acontece com todas as metalinguagens: “uma metalinguagem é um sistema cujo plano do conteúdo é, ele próprio, constituído por um sistema de significação; ou ainda, é uma semiótica que trata de uma semiótica” (BARTHES, 1992, p. 96).

Rey-Debove (1978, p. 19) enfatiza que a metasemiótica (ou semiótica metalingüística), na concepção de Hjelmslev, é uma semiótica científica como a dos lógicos; ela não leva em conta a metalinguagem familiar. Hjelmslev considera esta

semiótica globalmente e do ponto de vista lexical, mas sem estudar o problema da autonomia.

Contra-pondo-se às metalinguagens não-lingüísticas, surge Jakobson (1999, p. 127), apresentando uma perspectiva totalmente diferente, permitindo, assim, um novo enfoque da questão. Ao criticar a distinção feita pela Lógica entre os dois níveis de linguagem: a *linguagem-objeto* (que fala de objetos) e a *metalinguagem* (*que fala da linguagem*), diz que a metalinguagem não é apenas um instrumento científico necessário, empregado pelos lógicos e pelos lingüistas, pois ela desempenha importante papel na linguagem do cotidiano. A metalinguagem é praticada sempre que o remetente e/ou destinatário precisam ter certeza de que estão usando o mesmo código. Nessa situação, o discurso passa a focalizar o *código*, desempenhando uma *função metalingüística* (de glosa). Como ilustração, um famoso exemplo do autor:

Imagino este diálogo exasperante: ‘O sophmore foi ao pau.’ ‘Mas que quer dizer ir ao pau?’ ‘A mesma coisa que levar bomba.’ ‘E levar bomba?’ ‘Levar bomba é ser reprovado no exame.’ ‘E o que é sophmore?’; insiste o interlocutor ignorante do vocabulário escolar inglês. ‘Um sophomore é (ou quer dizer) um estudante de segundo ano.’

Essas sentenças dão informações a respeito do código lexical do idioma, sua função é, portanto, estritamente metalingüística. As operações metalingüísticas aparecem também no processo de aquisição da língua materna pela criança.

A metalinguagem é um fator vital de todo o desenvolvimento verbal, para Jakobson (1996, p. 90-91), sendo que a interpretação de um signo lingüístico por intermédio de outros signos, homogêneos em algum aspecto, da mesma língua, é uma operação metalingüística que desempenha importante papel na aprendizagem infantil da língua. As crianças costumam comparar as novas aquisições lingüísticas com outras anteriores e estabelecem comparação entre sua maneira de falar com o modo de expressão das pessoas

que as cercam. A constituição e escolha de palavras e orações, seu som, configuração e significado, a sinonímia e a homonímia são discutidos com vivacidade. As operações metalingüísticas são indispensáveis, tanto para a assimilação da língua materna, quanto para seu domínio.

Nos afásicos que apresentam uma desordem chamada perturbação sensorial a metalinguagem apresenta-se como deficiente. Apesar das instruções, eles não conseguem responder à palavra-estímulo do examinador com uma palavra ou expressão equivalente.

Para Jakobson (1996, p. 90-91), fica claro que toda mensagem verbal recorre ao código de seus constituintes:

Cada vez vemos mais claramente que toda mensagem verbal, na seleção e combinação de seus constituintes, implica um retorno ao código dado, e que nesse perpétuo marco de referência subjaz um conjunto de operações metalingüísticas latentes [Tradução nossa].

Ao encerrar suas colocações relativas às definições não lingüísticas da metalinguagem, Rey-Debove (1978, p. 20) apresenta suas considerações a respeito da hierarquia das linguagens em relação à Lógica e à Semiótica.

Na Lógica, a hierarquia das linguagens tem uma estrutura unitária (*ensembliste*), os conjuntos cujos elementos são frases ou símbolos, incluem uns aos outros ($n \subset n+1 \subset n+2 \subset n+p$). Ou seja, a metalinguagem inclui os elementos da linguagem e os outros que lhe são próprios (chamados de variáveis superiores). As relações entre as diferentes linguagens se exprimem em termos de inclusão.

Em Semiótica, a estrutura também é unitária (*ensembliste*), mas não de inclusões. Os conjuntos, cujos elementos são frases ou signos, significam uns aos outros, mas não se incluem. A metalinguagem significa a linguagem, mas não a inclui. Existe uma relação de identidade parcial (um dos dois planos) entre as linguagens, isto é, o conteúdo de uma

linguagem $\underline{n+1}$ é a linguagem \underline{n} , o conteúdo de uma linguagem $\underline{n+2}$ é a linguagem $\underline{n+1}$, etc. Especificando melhor, através das palavras da autora:

...na lógica, trabalha-se com as relações de inclusão dos conjuntos de signos; e, na semiótica, com as relações de identidade entre um conjunto de signos e um conjunto de significados representando duas linguagens diferentes (REY-DEBOVE, 1978) [Tradução de nossa responsabilidade].

1.2.2 A metalinguagem lingüística

Ao iniciar essa nova configuração da questão da metalinguagem, é necessário, junto com Rey-Debove (1978, p.21), colocar-se, primeiramente, uma questão de terminologia. O sistema metalingüístico codificado é uma metalíngua em relação a uma língua dada e a realização desse sistema no discurso é um metadiscurso em relação a um discurso em uma língua dada. O conjunto da metalíngua e do metadiscurso de uma língua L1 é a metalinguagem M1 de uma língua L1. A autora coloca que é prematuro usar-se a oposição metalíngua/metadiscurso e, portanto, empregará o termo geral metalinguagem, que será usado para denominar a função metalingüística de uma língua dada L1, L2, L3..., Ln: metalinguagem do francês, do inglês, etc., assim como a função metalingüística da linguagem em geral. O termo é, então, aplicado aos enunciados metalingüísticos familiares ou científico-didáticos (naturais ou formais).

Em relação ao termo metalingüística, Rey-Debove constata que ele apresenta um problema morfossemântico. O adjetivo correspondente à metalinguagem é *metalinguageiro* (metalangagier), já que *lingüístico* (adjetivo) significa *aquela que serve para estudar a linguagem*, quando *linguageiro* significa *que é da natureza da linguagem*. O estatuto da linguagem é, portanto, *metalinguageiro* ou *lingüístico*; e o estatuto da *metalinguagem* será *metalingüístico*, ou seja, expresso em linguagem terciária. No entanto, para que não se vá

contra o uso já propalado desta palavra, será empregado o vocábulo *metalingüístico* para significar *metalinguageiro*.

Assim sendo, falar-se-á de *competência metalingüística* para significar *competência para metalinguagem*. A competência lingüística permite a produção de frases aceitáveis sobre o mundo; a competência metalingüística possibilita a produção de frases aceitáveis sobre a língua, especialmente aquelas que afirmam que as frases sobre o mundo são ou não aceitáveis.

Outra questão deve ser levantada nesse momento: justamente aquela relativa ao conceito de linguagem e não-linguagem. A linguagem significa tanto aquilo que não é a linguagem, como aquilo que é ela própria, isto é, a linguagem fala ora do mundo e das coisas e ora da própria linguagem. Entende-se por mundo ou coisa todo o universo referencial que não é a linguagem (seres, fenômenos, qualidades, estados das coisas, etc.).

Rey-Debove (1978, p.21) afirma que essa dicotomia que opõe o mundo (sem linguagem) à linguagem é apenas metodológica e terminológica, já que, na verdade, não existe mundo sem linguagem. Para o propósito da autora, é necessário colocar-se hipoteticamente que é possível a distinção entre dois tipos de discurso: um sobre aquilo que não é a linguagem (tradicionalmente estudado pelos lingüistas), e o outro sobre a linguagem. Ao lingüista, por sua vez, cabe examinar o universo da não-linguagem, como o queijeiro examina o universo do não-queijo em relação ao do queijo. Se o lingüista vai falar da linguagem, ele deve se servir da própria linguagem, mas o mesmo não acontece com o queijeiro em relação a seus queijos.

Nessa abordagem, portanto, *significado mundano* (*signifié mondain*)⁶ é o significado de um signo que remete ao mundo, e *significado languageiro* (*signifié langagier*) é o significado de um signo que remete à linguagem. O primeiro é denominado *signo ordinário* (*signe ordinaire*), e o segundo, *signo metalingüístico* (*signe métalinguistique*).

A *metalinguagem científico-didática* corresponde ao discurso do lingüista (a lingüística) e daquele que, por exemplo, ensina uma língua, ou se interessa por ela como especialista. Ela pode ser caracterizada como natural ou parcialmente simbólica ou, ainda, inteiramente axiomatizada e formal.

A *metalinguagem corrente* diz respeito ao discurso do usuário de uma língua, discurso esse que freqüentemente se apresenta confuso. Nesse tipo de discurso, a enunciação dá provas, ao mesmo tempo, de uma consciência metalingüística menor, no plano do conteúdo e da expressão, e de uma liberdade muito grande, já que os enunciados produzidos não pertencem mais ao discurso científico sobre a língua, conforme palavras de Rey-Debove (1978, p. 22).

Esses enunciados, correspondentes à metalinguagem corrente, podem ser considerados científicos ou didáticos nos seus domínios específicos (ciências não axiomatizadas, história, direito, psicologia, etc.) sem que necessariamente façam um uso científico da metalinguagem. Suas inserções metalingüísticas, que são destinadas a um propósito de outra natureza, dependem geralmente do uso corrente.

O uso metalingüístico da língua não didática e familiar nasce, ao mesmo tempo, de uma necessidade de comunicação e de distanciamento, sendo que, muitas vezes, satisfaz a

⁶ O termo mundano (*mondain*) é tomado de Barthes no mesmo sentido utilizado por ele (REY-DEBOVE, 1978).

uma necessidade lúdica de brincar com as palavras, com a linguagem. As palavras cruzadas, por exemplo, desempenham função relevante no lazer das sociedades. Portanto pode-se dizer que, no emprego corrente da língua, os sistemas *mundano* e *metalingüístico* interferem sobremaneira, de modo voluntário e involuntário.

A metalinguagem, enfim, é, ao mesmo tempo, um elemento de auto-regulagem da linguagem e da comunicação, sendo um dos fatores importantes da evolução das línguas. Relevante papel desempenham nessa função todos os textos didáticos metalingüísticos, ou seja, os dicionários, as gramáticas, assim como os jogos de linguagem e os enunciados que afloram na comunicação do cotidiano.

1.3 A METALINGUAGEM NA ABORDAGEM DE JACQUELINE AUTHIER-REVUZ

O propósito deste item é investigar a propriedade de reflexividade da linguagem, especificamente a capacidade que ela apresenta de ser a sua própria metalinguagem. A forma particular a ser investigada é a *modalização autonímica* na perspectiva proposta por Jacqueline Authier-Revuz em sua tese (1995). Para tanto, é necessário, primeiramente, delimitar-se, através de uma série de *oposições* estabelecidas pela autora, a configuração visada, a qual tem relação com a metalinguagem natural (por oposição às metalinguagens lógicas), a metalingüística comum (por oposição à metalingüística científica), o metaenunciativo (auto-representação do *dizer se fazendo* em oposição ao discurso sobre a linguagem em geral, sobre um outro dizer...), a opacificação (oposta à transparência) e, por último, com uma modalidade reflexiva *particular* (versus as teorias pragmáticas da enunciação como reflexividade).

1.3.1 A metalinguagem natural

O que Authier-Revuz (1995, p. 3) chama de *metalinguagem natural* (ou metalíngua no interior da língua) relaciona-se com o que Rey-Debove (1978, p. 1-23) nomeia de metalinguagem corrente (por oposição à metalinguagem formal) (ver 1.2.2) em seu trabalho fundador, consagrado ao estudo da primeira, e diz respeito à metalinguagem interior à língua e observável, aquela da função metalingüística de Jakobson (ver p.13).

Cabe, neste momento, lembrar a classificação proposta por Arrivé (1994, p. 119), relativa às *metalinguagens lógicas* e às *metalinguagens lingüísticas*, dicotomia essa que, no entender do autor, deve ser encarada com certo cuidado, pois as teorizações das metalinguagens lingüísticas tiveram origem nas metalinguagens lógicas.

O objeto das metalinguagens lógicas é uma linguagem formal, e seus elementos não se confundem com os da língua natural pois não são signos (uniões, eventualmente homonímicas e/ou sinonímicas de significantes e significados), mas símbolos afetados de modo biunívoco a objetos de pensamento.

As metalinguagens lingüísticas provêm das metalinguagens lógicas e se dividem em metalinguagens externas e internas relativamente à língua-objeto. As metalinguagens externas assumem o aspecto de sistemas de cálculo cujo único ponto de contato com a(s) língua(s) é exatamente o fato de terem as mesmas como objeto(s), procedem a uma manipulação da(s) língua(s)-objeto(s) que tem (têm), por exemplo, a função de desambigüizar-lhe(s) as seqüências ambíguas, produzindo um misto de língua natural e de linguagem formal. As metalinguagens (metalíguas) internas, ao contrário, são concebidas como parte integrante da linguagem (da língua) objeto.

A perspectiva que interessa a esse estudo, como já foi mencionado anteriormente, a mesma de Authier-Revuz (1995), é a que diz respeito à metalinguagem lingüística (e não lógica), interna (e não externa), observável no discurso (e não construída).

A autora, em sua tese (1995), sublinha a importância da propriedade de reflexividade da linguagem, ou melhor dizendo, a capacidade de ser sua própria metalinguagem, graças à existência, em toda língua, de um conjunto de formas que permitem garantir essa reflexividade, já que ela se apresenta como característica das línguas naturais e, como tal, especificamente humanas. É a ausência de qualquer forma, por mais rudimentar que seja, de signo referindo-se a signo, que é sublinhada como um dos elementos que distingue a comunicação animal – fundamentada sobre um código de sinais – da linguagem humana. Esta dimensão da linguagem é autorizada por Benveniste (1995, p. 65) quando relata que, entre as abelhas, a comunicação se refere somente a um certo dado objetivo, não é possível tê-la a partir de um dado lingüístico. A abelha, por exemplo, não constrói a mensagem a partir de outra mensagem:

Cada uma das que, alertadas pela dança da primeira, saem e vão alimentar-se no ponto indicado, reproduz, quando volta, a mesma informação, não a partir da primeira mensagem, mas a partir da realidade que acaba de comprovar. Ora, o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição lingüística (BENVENISTE, 1995, p. 65).

Em uma outra abordagem do mesmo autor, ao explicitar uma das três relações entre os sistemas semióticos, aquela chamada por ele de *relação de interpretância*, ele frisa o poder das línguas naturais de interpretarem a elas mesmas (o que Authier, 1995, chama de reflexividade das línguas naturais), dizendo que:

a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma língua na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas

distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma (BENVENISTE, 1989, p.62)⁷.

As duas abordagens da reflexividade, segundo Authier-Revuz (1995, p. 10), que são a definição da função metalingüística de Jakobson e o estudo da metalinguagem natural feito por Rey-Debove, mesmo sendo compatíveis, privilegiam dois aspectos distintos do fenômeno: o primeiro procura compreender a linguagem como *prática linguageira (pratique langagiére)*, supondo, evidentemente, as formas da língua; o outro fornece o *inventário da descrição das formas da língua* da reflexividade.

Explicando melhor, para Jakobson, a reflexividade metalingüística é vista como faculdade ,ou seja, a faculdade de falar *uma língua* implica a de falar *de uma língua*, e também pelo fato de ela fundamentar um aspecto de nosso comportamento verbal espontâneo. Embora ela esteja reservada à esfera da ciência, várias operações qualificadas de metalingüísticas são parte integrante de nossas atividades usuais com a linguagem. Praticamos a metalinguagem sem nos darmos conta dos caracteres metalingüísticos de nossas operações.

Recorrer à metalinguagem é uma necessidade para o funcionamento normal da linguagem. Às vezes a linguagem falha, como ilustram alguns casos de afasia relacionados à perda da capacidade de realizar operações metalingüísticas, mas, em contrapartida, inúmeras outras situações de comunicação ocasionam esse apelo à metalinguagem. Por exemplo, o encontro com uma língua estrangeira (levando a falar *da língua dos outros*); o processo de aquisição da linguagem (onde a interpretação de um signo lingüístico em meio

⁷ Na verdade, o poder de reflexividade das línguas naturais não se opõe ao aforismo lacaniano *não há metalinguagem*; ao contrário, a referida tese enfatiza essa propriedade da linguagem, fazendo uma restrição: a de que não há um lugar exterior à linguagem de onde seria possível tomá-la como objeto. A tese de Lacan opõe-se frontalmente às concepções de enunciação como utilização da língua (como instrumento) por um sujeito que controla sua própria enunciação: *para comunicar seu pensamento, estaria sempre em posição de, a partir de uma exterioridade do dito pensamento, avaliar e controlar, com domínio real sobre eles, o instrumento e sua utilização* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 181).

a outros signos da mesma língua é uma operação metalingüística); a relação interlocutiva (toda a vez que o emissor e o receptor julgam haver necessidade de esclarecer o código).

Essas três situações, ainda na concepção de Authier-Revuz (1995, p.12), apresentam em comum o fato de que o mecanismo comunicacional é aí afetado por um fator de heterogeneidade, de não-um – aquele da pluralidade das línguas e, no interior de uma mesma comunidade lingüística, aquele da desigualdade nas etapas de apropriação do sistema, e aquele da diferença idio/socioletal entre os dois pólos da interlocução. O recurso à metalinguagem é, nesses casos, percebido como uma resposta e mesmo como uma solução para um problema de mau funcionamento da comunicação.

1.3.2 A metalingüística corrente ou epilingüística

Retornando ao trabalho fundador de Rey-Debove (1978), pode-se distinguir, no exercício da metalinguagem, o modo *científico-didático*, aquele da lingüística, onde a metalinguagem aparece como natural ou parcialmente formalizada ou simbólica, ou ainda inteiramente axiomatizada, e o modo *corrente*, ao qual corresponde o discurso do usuário de uma língua. Para Rey-Debove, a metalinguagem, seu objeto de estudo, participa desses dois modos.

No entanto, Authier-Revuz (1995, p. 15) enfatiza que a sua abordagem da prática metalingüística tem relação com o segundo modo, aquele do discurso não-científico, não forçado pelas exigências de coerência, de explicitação, de univocidade. Esta prática metalingüística *não controlada*, vista como um traço constitutivo da prática *lingueira*, funciona como marca de distância interna e não como automatismo comportamental, manifesta-se explicitamente nas *glosas* por meio das quais os enunciadores comentam um enunciado precedente de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação.

Os exemplos apresentados por Authier-Revuz (1995, p. 17) ilustram o caso da *glosa* – 6 recolhido como glosa de 5 (e do *bien* em particular); e no interior de diálogos, como o exemplificado pelo número 7:

- (5) O homem que veio ontem usava, com elegância, um impermeável bege.
- (6) Bem, há alguém que veio ontem e este alguém, é fato, usava efetivamente um impermeável bege [Tradução e grifos nossos] .
- (7) - Ela costura para as pessoas do bairro.
 - Tu chamas isto costurar? Como costura está bastante mal feito [...ela jamais aprendeu] a verdadeiramente coser, o que se chama coser, não pôr três pedaços de tecido juntos [Tradução e grifos nossos]⁸.

Essas manifestações epilingüísticas ou da metalingüística corrente apresentam uma gama preciosa de informações lingüísticas que injustamente são negligenciadas quase sempre.

Neste campo específico da epilingüística, visado por Authier-Revuz, a reflexividade da linguagem (em condições de *falar da linguagem*) se inscreve dentro dos limites restritos de um ato de enunciação retornando em comentário sobre ele mesmo. O propósito da autora é de declarar esta propriedade da linguagem humana de *proliferação da enunciação sobre ela mesma* e de investigar as representações da língua, da enunciação, do sentido, os quais se manifestam nesse quadro.

1.3.3 O metaenunciativo

O metaenunciativo, no enfoque de Authier-Revuz (1995, p. 18-25), diz respeito à auto-representação do dizer *que se vai fazendo*, opondo-se ao que, no campo da

⁸ Convém acrescentar que os exemplos 6 e 7 ilustram o que Authier-Revuz chama de *prática metalingüística não-controlada*, embora eles ainda não representem especificamente o retorno metaenunciativo por ela visado, já que o mesmo diz respeito à auto-representação do dizer que se vai fazendo, sendo produzido espontaneamente pelo enunciador, tendo-se, nessa modalidade, um dizer remetido a seu próprio dizer. Citamos um outro exemplo da autora (p. 19), o qual ilustra a configuração por ela investigada (fazendo-se um paralelo com o exemplo 7): “Ela costura para as pessoas do bairro, enfim, se é possível chamar isto de costura, porque como costura é muito...[etc.]” [Tradução nossa].

metalingüística, é *discurso sobre a linguagem em geral, sobre um outro discurso ou ainda a respeito do discurso do outro na interação, no diálogo.*(A) Relaciona-se, portanto, com a *metalingüística produzida espontaneamente pelo enunciador* (B), e não em resposta a uma solicitação explícita exterior em forma de uma investigação sistemática que ocorre junto aos sujeitos falantes a respeito de determinado fenômeno linguageiro ou sobre o sentido dado a tal frase ou palavra, ou ainda de uma interrogação ocasional do interlocutor a respeito de uma palavra emitida pelo enunciador. Portanto, nessa modalidade, temos um dizer remetido ao seu próprio dizer e não à linguagem em geral ou à língua como sistema. Temos, nessa modalidade enunciativa, o comentário meta/epilingüístico que diz respeito a um elemento da enunciação “aqui” e “agora” que se vai fazendo.

Pode-se traçar um paralelo entre essas duas abordagens (A e B) através dos seguintes exemplos:

A

- O decano já fez seu pronunciamento.
- O que tu disseste? Decano?
- É assim que são chamados os membros mais antigos de uma classe.

B

O ilustre decano, se é que se pode dizer assim, já fez seu pronunciamento.

É oportuna a apresentação, nesse momento, de alguns exemplos esclarecedores fornecidos por Teixeira (2000, p. 155), relativos às formas metaenunciativas, *isoláveis como tais na cadeia, caracterizando-se por referir um segmento que aí está dado*:

(10) A palavra *caridade* vem do latim *caritas*.

(11) A palavra *caridade*, na acepção de Z, não era bem-vinda.

(12) Trata-se de falar agora sobre *caridade*, se é que a palavra convém.

O exemplo (10) é apresentado como uso autonímico lingüístico (a autonímia designa uma unidade da língua); o número (11) ilustra um uso metadiscursivo (a autonímia designa um segmento de discurso atribuído a outro), e apenas no exemplo (12) tem-se um uso autonímico metaenunciativo (a autonímia se inscreve no dizer de um enunciador).

Assim sendo, o modo específico da meta/epilingüística inscrito numa estrutura metaenunciativa deve ser concebido como relacionado ao discurso espontâneo de representação da linguagem enquanto engrenagem da enunciação.

A respeito desse *retorno do dizer*, Authier-Revuz (1998, p. 181) explicita que:

discurso sobre a prática da linguagem emerge dessa prática, nos pontos do dizer que, para se completarem, requerem ‘o a mais’ de um comentário: nesses pontos se conjugam dois planos: o da prática e o da representação, como parte dessa prática, sendo a dimensão imaginária das representações do dizer parte estritamente integrante, portanto, do fato de dizer.

A enunciação, nessa modalidade, apresenta-se *desdobrada*, já que o enunciador enuncia a respeito de sua própria enunciação.

1.3.4 A opacificação

Circunscrito ao campo do metadiscursivo, como oriundo de um modo de dizer desdobrado pela representação que se dá de si mesmo, a forma metaenunciativa visada por Authier-Revuz (1995) coloca em jogo, na representação, via autonímia, a forma significante do dizer.

O signo comum é transparente porque, ao mesmo tempo em que se apaga diante da coisa nomeada, permite a substituição sinonímica de um termo por outro. Já o signo autonímico é opaco, opacidade que resulta de uma interposição “no trajeto” que conduz à coisa designada, de uma consideração sobre o próprio signo.

A descrição da propriedade da opacificação ancora-se em dois estudos fundadores de Rey-Debove (1978): primeiramente, no estudo da descrição das formas da metalinguagem natural e, a seguir, naquele da estrutura complexa da conotação autonímica. O primeiro já foi abordado anteriormente neste capítulo (ver 1.2.2), restando, portanto, o estabelecimento de algumas considerações a respeito do segundo.

A autonímia, para Rey-Debove (1978), não é analisada como relacionada à possibilidade de haver dois empregos: um *normal* ‘em uso’ e outro *especial* ‘em menção’, pois para ela, o signo autonímico é um signo homônimo do primeiro e que apresenta em sua totalidade um significante e um significado:

- (a) “Cantar” é necessário.
- (b) “Cantar” é uma palavra dúbia.

No exemplo (a), *cantar* é um signo simples do qual o significante é /kã'tar/ e o significado é < cantar >. No exemplo (b), *cantar* é um signo autonímico semioticamente complexo, cujo significante é /kã'tar/ e o significado, equivalente à palavra *cantar*, é formado pela associação do significante /kã'tar/ e do significado < cantar >. Para Authier-Revuz (1995, p. 30), o signo autonímico é um signo de dois andares: “...*c'est un signe qui est à deux étages*”. As aspas colocadas em “cantar” no exemplo (b) indicam o caráter autonímico da palavra “cantar”, a qual se apresenta como *um objeto mostrado ao receptor*. Não é esse tipo de aspas que Authier pretende estudar.

Aos exemplos (a) e (b) apresentados anteriormente vamos acrescentar um terceiro:

- (c) Ele é um “corrupto”, como se diz atualmente.

Comparando-se os exemplos (a) e (b) ao (c), observa-se que, no terceiro caso, fala-se de alguém que “pratica a corrupção” e, logo depois, da palavra “corrupto”. Nesse caso, a

palavra, ao mesmo tempo em que é empregada, coloca em destaque a forma significante do dizer, ou seja:

...fala-se da ‘coisa’ e simultaneamente da palavra pela qual se fala da ‘coisa’, acumulando-se dois empregos: o uso e a menção. É esse fenômeno que Rey-Debove chama de conotação autonímica” (TEIXEIRA, 2000, p. 142).

Com base ainda nas considerações de Teixeira (2000), pode-se dizer que o exemplo (a) é relativo à semiótica denotativa, que fala do mundo; o exemplo (b), à semiótica metalingüística, que fala do signo via autonímia. A conotação autonímica, por sua vez, é uma estrutura que acumula as duas semióticas, constituindo-se um *modo bastardo*: “... *ce mode bâtard qui cumule deux niveaux de langage, et l’ont signalé*” (REY-DEBOVE, 1978, p. 254) no qual (como no exemplo c), ao mesmo tempo em que se emprega o signo, ele é citado.

Uma das propriedades fundamentais da autonímia é o *bloqueio da sinonímia*, pelo fato de o significante ser parte constitutiva do significado do signo autonímico. Assim sendo, no caso da autonímia, pelo motivo de o significante ser parte constitutiva do significado, nenhum outro signo pode ser considerado, com seu significante particular, como tendo o mesmo significado. Analisemos, para esclarecimento, os exemplos (20) e (21) de Authier-Revuz (1995, p. 28), nos quais constatamos que é possível opor-se à possibilidade de substituição que ocorre em *Paris/ capital da França*, no exemplo (20), a possibilidade de não-substituição que surge em seus homônimos autonímicos, no exemplo (21):

(20){A capital da França} foi ocupada durante a última guerra.
Paris

(21){A capital da França } é um grupo nominal complexo.
*Paris

Portanto, em (20), é possível a substituição de “A capital da França” por “Paris”, o que não é possível em (21). Assim, fundamentalmente, na sua estrutura semiótica, a autonomia implica a irredutibilidade – o não-apagamento, a não-transparência – do significante (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 28).

Teixeira (2000, p. 156) chama atenção para o fato de que a utilização que as duas autoras⁹ fazem do termo *opacificação* advém da oposição transparência/opacidade referencial trabalhada pela reflexão filosófico-lógica.

Em seu estudo, Authier-Revuz (1995, p. 32) retoma a apresentação dessa reflexão feita por Récanati (1979), na qual ele menciona *o duplo destino do signo*. O autor inicia sua investigação distinguindo a concepção saussuriana de signo da concepção clássica. Enquanto a primeira vê o signo como elemento de um sistema semiótico, a segunda encara-o como “uma coisa que representa uma outra coisa”. As duas teorias, portanto, não têm o mesmo domínio de aplicação. O que para uma é signo, não o é para outra.

Ao considerar a concepção saussuriana de signo como *extremamente estreita e particular*, Récanati (1979, p. 15-16) recorre a Benveniste, que apresenta dois domínios para a investigação lingüística: o semiótico e o semântico. Levando em conta a abordagem benvenistiana, o autor chama atenção para o fato de que a teoria do signo em Saussure diz respeito ao semiótico, enquanto a teoria clássica se relaciona à semântica, enfatizando, outrossim, que, se a noção de signo não se encontra clara, é pelo fato de que o “signo semiótico” e o “signo semântico” devem pertencer a domínios distintos de estudo. Passa, então, a tecer seus comentários a respeito do signo semântico, ou seja, o signo no sentido

⁹ No caso, a referência diz respeito a Authier-Revuz (1995) e a Rey-Debove(1978).

clássico, já que essa noção de signo é extremamente relevante, embora apresentando problemas consideráveis¹⁰.

O signo possui um duplo destino: ele descobre e esconde ao mesmo tempo a coisa significada, estabelecendo-se, assim, uma noção de signo bastante paradoxal, intrinsecamente ligada ao seu duplo caráter, a transparência e a opacidade. O signo transparente entrega a coisa significada: o que o signo é como fato não importa, não aparece – *o signo é antes como o olho, que possibilita a visão das coisas, sem pertencer ele mesmo ao domínio do visível* (RÉCANATI, 1979, p. 24)¹¹. No entanto, quando ele se opacifica, acaba ocultando a coisa representada ou, ainda, acaba rompendo sua ligação com aquilo que ele representa. Portanto, para preencher sua função, o signo deve estar presente e ausente ao mesmo tempo. Explicando melhor, quando nos servimos de um signo, fazendo uso dele, ele é transparente, isto é, o que o signo é como coisa não aparece, a única coisa que aparece é a coisa significada. Inversamente, pode-se tratar o signo como coisa, mencioná-lo, pô-lo entre aspas e, assim, ele perde sua transparência, tornando-se opaco (RÉCANATI, 1979, p. 45-46).

Na perspectiva de Authier-Revuz (1995, p. 31), o signo comum é *transparente*, apagando-se diante da coisa nomeada, tolerando a substituição sinonímica de um termo por

¹⁰ A relevância deriva do fato de que, como é atestado pela história da filosofia, a noção de signo serviu para organizar o conjunto da reflexão sobre o pensamento e o conhecimento durante muitos séculos. Os problemas levantados pela noção de signo são vários. Um deles diz respeito às considerações seguintes: na leitura de um livro, não prestamos atenção aos caracteres, mas ao que eles representam. Se prestássemos atenção neles, ignoraríamos o que eles representam. Ou seja, para apreendermos a coisa representada, devemos recorrer ao signo (a coisa representante), mas, se quisermos aceder àquilo que ela representa, devemos fazer abstração do signo. Aí temos o paradoxo da *presença-ausência do signo*, ou melhor dizendo, é necessário que o signo esteja presente para representar a coisa significada, mas, se ele estiver presente demais (“s’il est trop présent”), na visão de Récanati (1979, p.17), ele acaba ofuscando a coisa que ele deve desvelar. Portanto, para o autor, devemos passar pelo signo, mas não parar aí.

¹¹ Russel no texto *Is Mathematics Purely Linguistic?*, em *Essays in Analysis* (1973, p. 299), enfatiza que a transparência da linguagem possibilita a tradução e a paráfrase. Podendo-se dizer a mesma coisa em duas línguas diferentes, é porque, de certo modo, a particularidade concreta das palavras que empregamos não tem importância. A paráfrase, no interior de uma língua dada, torna-se possível porque com palavras diferentes podemos dizer a mesma coisa, isto é, se algo tem dois nomes, é indiferente utilizar um ou outro, na medida em que se fala da coisa, não da expressão usada para designá-la (RÉCANATI, 1979, p. 36)

outro. No entanto o signo autonímico é *opaco*, opacidade essa resultante de uma referência ao mundo, acompanhada da interposição (no trajeto da nominalização) de uma consideração do objeto signo. Ou melhor dizendo:

A autora restringe o uso do termo opacificação a esse fenômeno de interposição, que suspende a sinonímia, como na menção – emprego dito ‘opaco’ do signo – mas não suspende a designação do objeto através do signo” (AUTHIER-REVUZ apud TEIXEIRA, 2000, p. 157).

1.3.5 Uma modalidade reflexiva particular

A modalidade aqui considerada inscreve-se no quadro das formas estritamente reflexivas, através das quais uma enunciação, ao se produzir, se reveste de um comentário sobre ela mesma; o dizer e uma palavra, ao invés de simplesmente se realizar, vem acompanhado de um “como se diz”, de um “por assim dizer”, de um “é o caso de dizer”, de um “não gosto da palavra, mas...”, etc.

A modalidade autonímica é abordada como forma de reflexividade enunciativa, isolável como tal sobre a cadeia e observável em certos enunciados, distinguindo-se de uma concepção de enunciação como reflexividade em geral, colocada como inerente a todo enunciado (teorias pragmáticas da enunciação como reflexividade).

Authier-Revuz (1995, p. 41) frisa que é na perspectiva da Pragmática que se encontram reunidos *enunciação* e *reflexividade*, mas de um ponto de abordagem diferente do pretendido por ela. Reporta-se a autora às teses que fazem intervir, de modo crucial, a reflexividade na “teoria geral da significação”, as quais pregam que todo enunciado dá indicações a respeito de sua própria enunciação e que é necessário reconhecer-se, no sentido de um enunciado, aquilo que é dito (ou representado), e aquilo que é, reflexivamente, mostrado, indicado ou apresentado. Assim, o exemplo que segue: (a) “O

gato está sobre o tapete”, é reflexivo pelo fato de ele se apresentar como uma afirmação, ao mesmo tempo em que ele representa o fato de “o gato estar sobre o tapete”.

Importa, pois, para a autora, sublinhar que o par *enunciação/reflexividade*, comum a essa concepção anteriormente colocada, apresenta uma diferença radical em relação à forma enunciativa específica visada pela autora, pois, enquanto a primeira propõe uma dimensão reflexiva da enunciação em geral, da ordem do mostrado-indicado-apresentado, colocado como inerente a todo enunciado; a segunda, relativa à concepção aqui proposta, apresenta os fatos particulares da reflexividade metaenunciativa, observáveis em certos enunciados¹². Assim sendo, o exemplo (a) representaria a primeira concepção, e o exemplo (b), a segunda:

- (a) O gato está sobre o tapete.
- (b) O gato, se se pode ainda chamar de gato essa pobre criatura, está sobre o tapete.

Abordando retrospectivamente o presente capítulo, que teve como propósito inicial buscar o conceito de metalinguagem apresentado por Rey-Debove (1978) e percorrer com ela o universo das metalinguagens lógica, semiótica e lingüística, torna-se necessário, neste momento, justificar a dicotomia por nós estabelecida: metalinguagens não lingüísticas e metalinguagens lingüísticas. Sabemos que as dicotomias, muitas vezes, podem apresentar problemas. Arrivé (1994, p. 119) chama atenção para o fato de que, historicamente, as teorizações a respeito das metalinguagens lingüísticas originaram-se nas das metalinguagens lógicas, enfatizando que “...*não é impossível construir metalinguagens*

¹² A teoria de Ducrot (1987), que privilegia o estudo dos operadores argumentativos, da negação, das pressuposições, também é estranha ao campo aqui visado. Assim, à afirmação global de Ducrot, inerente a todos os enunciados, de que “quando se fala, fala-se de sua fala”, opõe-se a afirmação de Authier-Revuz (1995, p. 45), segundo a qual “ocorre que quando se fala, se fala de sua fala”, por ser a segunda bem mais restritiva que a primeira e delimitada pelo mecanismo da opacificação, correspondendo a uma configuração enunciativa particular, que se realiza através de formas particulares. O distanciamento existente entre as duas teorias será trabalhado com maiores detalhes no capítulo seguinte.

lingüísticas com base no modelo das metalinguagens lógicas. Portanto, mesmo sem ignorar essas colocações, tornou-se indispensável a referida dicotomia para efeitos de sistematização e delimitação do campo estudado.

Procuramos, brevemente, fazer um apanhado em relação às metalinguagens, de acordo com o objeto investigado e a forma de investigação de cada uma delas. O que foi chamado de metalinguagens não lingüísticas engloba as metalinguagens lógicas (Tarski e Carnap) e aquelas que a elas se assemelham, por exemplo, a metassemiótica de Hjelmslev, considerada por Rey-Debove (1978, p. 19) como semiótica científica, como a dos lógicos. De outro lado, nos domínios da metalinguagem lingüística aparece Jakobson (1999, p. 27), criticando o procedimento lógico de fazer distinção entre *linguagem-objeto* (que fala dos objetos) e *metalinguagem* (que fala da linguagem), pois, na perspectiva deste autor, a metalinguagem não é apenas um instrumento científico empregado pelos lógicos e pelos lingüistas. Na verdade, ela tem importante papel na linguagem do cotidiano, em situações nas quais as sentenças metalingüísticas dão informação a respeito do código lexical do idioma, sendo que operações metalingüísticas são necessárias, inclusive, ao próprio processo de aquisição da língua materna.

Assim sendo, verificou-se que o objeto das metalinguagens lógicas é diferente do objeto das metalinguagens lingüísticas: já que o das primeiras é uma linguagem formal, a qual não se confunde com a linguagem natural, visto serem símbolos os seus elementos componentes, diferenciando-se, assim, dos componentes da segunda: signos, isto é, elementos de dupla face, constituídos por significantes e significados. Além disso, as metalinguagens lógicas constituem-se no âmbito da estratificação, estabelecendo entre os vários níveis uma relação de hierarquia. Isso acontece quando se separam os estratos da linguagem-objeto e da metalinguagem e no momento em que a noção de verdade relativa a um sistema não pode ser formulada no interior do próprio sistema. No entanto as

metalinguagens lingüísticas têm por objeto as línguas naturais, fornecendo interpretação dos signos lingüísticos através de outros signos também lingüísticos.

Continuando nossa retrospectiva, cabe mencionar, ainda, a abordagem de Rey-Debove (1978) em relação à metalinguagem lingüística, na qual a autora apresenta uma distinção entre metalinguagem científico-didática e metalinguagem corrente. A primeira corresponde ao discurso do lingüista ou do estudioso da língua, podendo se caracterizar como natural, parcialmente simbólica ou axiomatizada e formal; a segunda relaciona-se ao discurso (muitas vezes confuso) do usuário de uma língua. Nesse tipo de discurso, a enunciação apresenta uma consciência metalingüística pequena face a uma liberdade muito grande, já que os enunciados produzidos não se relacionam ao discurso científico a respeito da língua.

Convém, ainda, lembrar a perspectiva de Jacqueline Authier-Revuz relativa à metalinguagem. Por intermédio de sua tese (1995), a referida teórica investiga a propriedade de reflexividade da linguagem (capacidade de ser sua própria metalinguagem) através de uma forma particular: a modalização autonímica. Essa configuração específica estudada pela autora relaciona-se com a metalinguagem natural, o que Rey-Debove (1978, p. 1-23) chama, em seu estudo fundador, de metalinguagem corrente. Ou seja, o que interessa para Authier-Revuz é a metalinguagem lingüística (e não lógica), interna (e não externa), observável no discurso (e não construída).

Essa modalidade também se relaciona à metalingüística comum (por oposição à metalingüística científica). Diz respeito ao discurso não-científico, não forçado pelas exigências de coerência, de explicitação, de univocidade. É uma prática metalingüística não controlada, considerada como um traço constitutivo da prática languageira.

Além disso, a perspectiva aqui enfocada da metalinguagem relaciona-se ao metaenunciativo (auto-representação do dizer se fazendo), ou seja, a um dizer remetido ao seu próprio dizer e não à linguagem em geral ou à língua como sistema; à opacificação (em oposição à transparência), a qual coloca em jogo, na representação, via autonímia, a forma significante do dizer; a uma modalidade reflexiva particular, isolável como tal sobre a cadeia e observável em determinados enunciados, distanciando-se das concepções de enunciação como reflexividade em geral, colocada como inerente a todo enunciado.

Passando, agora, ao próximo capítulo, adiantamos que o mesmo procurará delimitar o campo enunciativo específico no qual a modalização autonímica será investigada. Procuraremos discutir qual o estatuto consagrado ao conceito de língua e à concepção de sujeito e de sua relação com a linguagem e com o sentido, visto terem essas escolhas teóricas incidências marcantes sobre a descrição do fenômeno enfocado no presente estudo, ou seja, a fala do aluno em situações de elocução formal no âmbito acadêmico, e a investigação, nesta modalidade, dos quatro campos das não-coincidências do dizer, através de uma configuração metaenunciativa específica: a modalização autonímica. O fato de a enunciação ser pensada como lugar de uma heterogeneidade e de uma incompletude teórica exige que sejam explicitados os exteriores teóricos da lingüística nos quais a descrição se apoiará.

2 NO CAMPO DA ENUNCIÇÃO

*Ninguém sonha duas vezes o mesmo sonho
Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio*

(MENDES, Murilo. **Versos de Reflexão** n.1, 1935)

O capítulo que ora inicia procura apresentar, no amplo domínio das Teorias da Enunciação, a perspectiva bastante particular estabelecida por Authier-Revuz para a investigação de uma configuração metaenunciativa específica: a modalização autonímica, este modo enunciativo desdobrado, marcado por uma distância interna.

Para tanto, começa seu longo e multifacetado percurso, partindo da abordagem saussuriana de língua como sistema de ordem própria, mas, ao mesmo tempo, ultrapassando o imanentismo (ao qual a lingüística tradicional se prendeu) ao acessar Benveniste, pela possibilidade que o mesmo oferece de articulação entre língua e enunciação. Ao definir o processo enunciativo como *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*, Benveniste estabelece a relação entre locutor e língua, fazendo com que apareçam, na estrutura da mesma, o sujeito e a referência.

Após, chama Ducrot apenas com o propósito de demonstrar a distância existente entre a teoria enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz e a concepção intralingüística da enunciação e do sentido apregoada pelo autor.

Logo a seguir, apresenta o propósito de Authier-Revuz de articular duas teorias: a da “heterogeneidade lingüística” e a do “descentramento do sujeito”, através da convocação de exteriores teóricos da lingüística. O primeiro deles é a releitura de Freud feita por Lacan a respeito do inconsciente, a qual apresenta um sujeito que se constitui e se mostra através da linguagem, sendo, ao mesmo tempo, destituído dos domínios de seu dizer, tornando-se dividido, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo. O segundo traz o dialogismo bakhtiniano como princípio constitutivo da linguagem, privilegiando o plano do “diálogo entre discursos” e do “diálogo entre interlocutores”, definindo o sujeito como *constituído na intersubjetividade do diálogo, como consciência organizada a partir do signo, principalmente lingüístico, que é exterior, ideológico e social* (MARTINS, 1990, p. 26).

Este capítulo não tem a pretensão de esgotar as teorias convocadas, muito menos de lhes dar enfoque distinto dos já conhecidos. Na verdade, seu objetivo primeiro e fundamental é delimitar e especificar os domínios enunciativos acessados para o presente trabalho.

Embora possa parecer estranho e, de certo modo, inusitado agruparem-se teóricos como Saussure, Benveniste, Ducrot, Lacan e Bakhtin num mesmo momento, essa reunião justifica-se pelo fato de que Authier-Revuz, ao investigar a modalização autonímica, parte da concepção de língua como sistema, mas, ao mesmo tempo, ultrapassa esse fechamento pela convocação da subjetividade que afeta o aparelho formal da enunciação, apresentando o sujeito como produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente, constituindo-se na intersubjetividade lingüística, integrando, à sua voz, outras vozes que o antecederam e aquelas que ele antecipa na interação com o outro.

2.1 O PARADIGMA ESTRUTURALISTA COMO PONTO DE PARTIDA

A incursão, ora realizada, pelos vastos territórios da teoria saussuriana, não tem como objetivo apresentar uma leitura sintética de obra tão complexa e já tantas vezes visitada por inúmeros autores. O propósito maior, na verdade, é o de procurar no *Curso de lingüística geral* (CLG)¹³ a ancoragem teórica primeira de Authier-Revuz para a investigação da modalização autonímica, estabelecendo-se, assim, uma articulação inevitável com a lingüística no sentido restrito¹⁴.

No percurso de um trabalho concernente ao fenômeno da metaenunciação, impõe-se, primeiramente, o exame sistemático e descritivo de *atos de língua*, partindo-se do inventário e da análise lingüística – no plano gramatical, lexical, tipográfico (aspas, itálico) das formas através das quais se realiza a modalidade autonímica.

Assim sendo, a abordagem metaenunciativa aqui proposta, ao partir sistematicamente das formas da língua¹⁵ (e não de categorias comunicacionais, como geralmente acontece nos trabalhos sobre o metadiscurso), torna relevante e pertinente a noção de língua como ordem própria, como sistema¹⁶, fato esse que impulsiona o propósito

¹³ Restringimo-nos à abordagem do *Curso de Lingüística Geral* por nos interessarmos pelas considerações saussurianas a respeito do *real da língua enquanto forma, como rede diferencial de signos, que se relacionam com o finito, o regular, o representável, o Um – o qual, para Lacan, se articula a um outro real denominado lalangue, que é na língua o registro do equívoco* (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 718). Não desconhecemos o Saussure dos *Anagramas*, nem tampouco o debate existente em torno da pesquisa anagramática, apresentando posicionamentos entre os quais não há consenso, porém essa investigação a respeito das *palavras sob as palavras* e essa busca de *estruturas latentes* não é nosso propósito no momento.

¹⁴ O motivo segundo deste encontro com a obra de Saussure justificar-se-á mais adiante, neste mesmo capítulo, quando, ao serem estabelecidos pressupostos relativos aos exteriores lingüísticos (relacionados com a obra de Bakhtin e Lacan), será enfatizada a leitura de Lacan sobre o conceito de signo em Saussure, a partir da qual o primeiro estabelece o primado do significado sobre o significante. Vale lembrar que, de acordo com Arrivé (1999, p. 29), a referência de Lacan a Saussure não se limita ao conceito de significante.

¹⁵ Authier-Revuz (1998, p. 184), ao apresentar sua leitura de Fuchs (1981), relata a distinção apresentada a respeito de duas correntes enunciativas: a pragmática, dos conceitores lógico-lingüísticos ou das categorias relativas à linguagem em atos ou à interação; e uma corrente enunciativa em sentido restrito, neo-estruturalista, que parte das formas da língua, marcada, em particular, pelos nomes de Bally, Benveniste, Culioli. A essa segunda corrente, filia-se o trabalho de Authier-Revuz

¹⁶ Benveniste (1995, p. 98) chama atenção para o fato de que Saussure, embora tenha sido chamado de precursor do estruturalismo moderno, jamais empregou em qualquer sentido a palavra *estrutura*. Aos seus olhos (de Saussure), a noção essencial é a de *sistema*.

de chamar Saussure e alguns de seus pressupostos básicos, como as noções de linguagem, língua/fala, signo lingüístico e valor¹⁷.

O objetivo de Saussure no CLG é delinear os aspectos que devem ser abordados no estudo do fenômeno da linguagem, estabelecendo, assim, as bases da lingüística como ciência.¹⁸ Para tanto foi escolhida a língua como objeto autônomo e homogêneo, oriundo de uma realidade heteróclita onde figura a *linguagem*, concebida como tendo um lado individual e um social estreitamente articulados, implicando simultaneamente um sistema estabelecido e uma evolução (SAUSSURE, 1975, p.16).

Tendo como objetivo possibilitar novos rumos aos estudos da linguagem (estava desgostoso com a linha histórica e comparativista)¹⁹, Saussure cria seu objeto totalmente higienizado, limpo de impurezas exteriores, do qual ele exclui o sujeito, a referência, o sentido (o signo é concebido em uma rede de relações internas, sendo desvinculado, portanto, da realidade extralingüística) e qualquer contato com algum campo vizinho (sociologia, biologia, psicologia). Através desse modelo, separa-se o que é social e essencial do que é individual, acessório e mais ou menos acidental. Embora possa parecer que a fala é menosprezada por Saussure, na verdade ele não a exclui do campo dos estudos lingüísticos, ele simplesmente distingue dois campos vizinhos e opta pelo estudo de um deles: o que se impõe de modo imperioso à lingüística, na abordagem de Saussure, é o estudo da língua. Portanto *ele prevê o lugar da lingüística da fala do mesmo modo – só*

¹⁷ É necessário destacar que, embora a investigação a respeito da modalização autonímica parta de uma abordagem lingüística no sentido restrito, ela não menospreza os exteriores teóricos, que, oportunamente, serão chamados, os quais estão relacionados à questão do sujeito e sua relação com a linguagem.

¹⁸ A opinião de que Saussure funda a lingüística moderna não é compartilhada por todos os autores; filiamo-nos a Teixeira (2000, p. 99) quando a autora refere-se a Saussure como fundador da lingüística moderna, tendo em vista que ele é quem confere à lingüística uma epistemologia.

¹⁹ A preocupação maior de Saussure é ir à procura dos “dados elementares” que constituem a linguagem, desviando-se pouco a pouco da ciência de seu tempo, em que não vê senão “arbitrariedade e incerteza”, num momento em que a lingüística indo-européia tentava atingir, com sucesso crescente, o método comparativo (BENVENISTE, 1995, p. 36).

um pouco menos explícito – que situa previamente a semiologia no inventário das ciências (ARRIVÉ, 1999, p. 38).

Mas, afinal, o que é a língua para Saussure? Ela é, essencialmente, objeto completo em si mesmo, com uma ordem própria, permitindo, assim, sua investigação no plano científico. A língua, desse modo, é definida como *algo adquirido, convencional, social em sua essência e independente do indivíduo* (SAUSSURE, 1975, p. 17-27).

A unidade lingüística, por sua vez, *é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos*, e, em nosso cérebro, unem-se por vínculo de associação. Desse modo, é importante frisar que *o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica* (SAUSSURE, 1975, p. 80). A imagem, podemos descrevê-la como sensorial, e o conceito, como sendo mais abstrato. Sendo assim, nesta *entidade psíquica de duas faces*, os elementos (conceito e imagem acústica) estão intimamente unidos, e um reclama o outro.

Conservando o termo *signo* para designar o total, o autor substitui *conceito e imagem acústica*, respectivamente, por *significado e significante*. O princípio da arbitrariedade do signo estabelece que não existe qualquer elo intrínseco entre o significante e o significado²⁰. Saussure (1975, p. 81) exemplifica:

²⁰ A arbitrariedade do signo, para Saussure, não dá idéia de que o significado depende da livre escolha de quem fala (já que o indivíduo não manipula o signo a seu bel-prazer, uma vez que o mesmo já está estabelecido no grupo lingüístico). Arbitrário significa *imotivado*, explicando melhor, *arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade* (SAUSSURE, 1975, p. 83). Em relação à colocação anterior, vale trazer Benveniste (1995, p. 54), o qual questiona a coerência dessa afirmação, dizendo que esse raciocínio é falseado pelo recurso a um terceiro elemento (a realidade) que não estava contido na definição inicial. Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s* refere-se ao fato de que esses termos aplicam-se à mesma realidade. Eis aí, pois, *a coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. Se a língua é forma e não substância, a lingüística torna-se a ciência das formas exclusivamente, excluindo a substância do signo. Para Benveniste (ibidem, p. 55) há contradição entre a maneira como Saussure define o signo lingüístico e a natureza fundamental que lhe atribui, pois, na sua concepção, o laço entre significante e significado, ao invés de arbitrário, é necessário. O significado ‘boi’ é forçosamente idêntico na minha consciência ao significante *boi*, juntos foram expressos no meu espírito.

Assim, a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual.

A questão relativa à arbitrariedade é tão importante para Saussure, que ele tenta justificá-la inclusive nos casos relativos às onomatopéias e às exclamações. Embora, nos casos de onomatopéias, o som do significante pareça, de certo modo, ser imitativo, elas são pouco numerosas, e sua escolha é de certo modo arbitrário, pois representam imitações aproximativas e convencionais de determinados ruídos. As exclamações permitem observações análogas. Elas são expressões espontâneas da realidade e, na maior parte delas, não há um vínculo necessário entre o significado e o significante, basta comparar duas línguas para ver o quanto tais expressões variam de uma para outra.

Pelo princípio da arbitrariedade, o autor desvincula qualquer relação do signo com a realidade, com o mundo dos objetos, fazendo, assim, com que o referente fique fora do campo de estudo. Portanto o signo constitui-se dentro do sistema lingüístico, da língua como ordem própria²¹.

Para Culler (1979), a natureza arbitrária do signo pode nos levar a questões mais amplas: por exemplo, a pensar na língua como uma nomenclatura – *uma relação de nomes arbitrariamente selecionados e ligados a um conjunto de objetos ou conceitos*.

No entanto, isso não acontece, pois, se assim ocorresse, seria muito fácil fazer tradução de uma língua para outra, e a aprendizagem de uma nova língua seria tarefa muito simples. Mas, na verdade, os conceitos ou significados de uma língua podem diferir essencialmente dos de outra, pois cada uma delas organiza o mundo diferentemente. *As*

²¹ Tentando esclarecer o princípio da arbitrariedade do signo, pode-se fazer valer as considerações do próprio Saussure (ibidem, p. 82) a respeito da inadequação do uso da palavra *símbolo* para designar *signo* lingüístico. A aplicação de um pelo outro é inconveniente justamente porque o *símbolo* tem como característica não ser jamais inteiramente arbitrário, ele não é um elemento vazio, existe, no mínimo, algum vínculo natural entre o significante e o significado. Por exemplo, a balança (tida como símbolo da justiça) não poderia ser substituída por qualquer outro objeto.

línguas não nomeiam categorias existentes: articulam as suas próprias categorias (CULLER, 1979, p. 16). Por exemplo, o inglês “*to know*” (saber, conhecer) cobre dois significados em francês: “*connaître*” e “*savoir*”. Portanto, é possível concluir-se, de acordo com Culler (1979, p. 18), que o fato de a relação entre significante e significado ser arbitrária leva a crer que, como não existem conceitos universais fixos, ou significantes universalmente determinados, o significado em si é arbitrário, o mesmo acontecendo com o significante.

Neste momento surge, então, a pergunta: “O que define, portanto, um significante e um significado?” A resposta a esse questionamento nos leva a examinar a teoria do valor. Antes de responder à pergunta anterior, é preciso investigar o segundo princípio do signo: o caráter linear do significante²².

Apresentado por Saussure como um princípio evidente e fundamental, embora muitas vezes tenha sido esquecido por sua simplicidade, o autor coloca-o no mesmo grau de importância do primeiro (o da arbitrariedade). Por sua natureza auditiva, o significante desenvolve-se unicamente no tempo, tomando dele suas características: *a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha* (ibidem, p. 84). Seus componentes se apresentam um após o outro, dando origem a uma cadeia. Essa característica fica bem clara na escrita, ao substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos. Assim sendo, todo o mecanismo da língua depende deste princípio pois os termos estabelecem entre si, devido ao seu encadeamento, relações

²² Investigar essa afirmação de Saussure é importante não apenas para o conhecimento de sua teoria, mas também pelo fato de que seu entendimento torna-se primordial para a análise das formas marcadas da modalização autonímica, já que a mesma parte da “linearidade frasal”, levando em consideração que o dizer submete-se à restrição física da materialidade linear do significante lingüístico, realizando-se no tempo. Seu exame é fundamental inclusive porque Lacan conserva essas duas noções (arbitrariedade e linearidade) em condições diferentes.

baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo.

Voltando agora à questão anterior (O que define, portanto, um significante e um significado?), chega-se à afirmação saussuriana de que a língua é um sistema de valores. Por quê? Pelo fato de ambos serem arbitrários, tornam-se entidades essencialmente relacionais ou diferenciais, sendo definidos negativamente por suas relações com os outros elementos do sistema. Ou seja, significante e significado formam o signo e este, por sua vez, entra em relação com os outros signos que constituem o sistema da língua.

Saussure (1975, p. 130) fornece um exemplo simples e elucidativo que nos ajuda a entender este *sistema de valores puros*, quando faz uma comparação com o jogo de xadrez. O “cavalo”, tomado em sua materialidade pura, fora de sua casa e apartado das regras do jogo, não pode ser, por si só, considerado um elemento do jogo. Ele só se torna um elemento real e concreto do jogo quando estiver revestido de seu valor. Assim sendo, se durante uma partida essa peça for danificada ou perdida, ela poderá ser substituída por outra idêntica ou totalmente diferente, contanto que a essa nova peça seja atribuído o mesmo valor da anterior. Os valores são estabelecidos pela comunidade através do uso e do consenso geral, o indivíduo sozinho não fixaria um sequer. Portanto, definir o signo apenas como a união entre elementos do som e do pensamento, seria isolá-lo do sistema porque ele se relaciona na totalidade com outros signos: *Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros* (1975, p. 133).

Os valores são regidos por um princípio paradoxal: de um lado, um fator de dessemelhança (podem ser comparados a um valor semelhante). Por exemplo, a palavra pode ser trocada por algo dessemelhante – uma idéia; mas, ao mesmo tempo, permite a

comparação com alguma coisa da mesma natureza: uma outra palavra. Portanto, os valores emanam do sistema e são essencialmente diferenciais (tanto na parte conceitual quanto na material) e definidos negativamente por suas relações com outros elementos do sistema. Sua característica primeira é ser o que os outros não são.

Levando-se em conta os pressupostos saussurianos presentes no CLG, percebe-se o quanto a lingüística imanente, circunscrita pelos domínios que ela mesma estabeleceu, apartando-se das relações com outras ciências, estabelece-se a partir de uma distinção fundante, conforme Flores (1999, p. 33) especifica:

O ideal de ciência em Saussure está estreitamente relacionado com a fundação da lingüística enquanto ciência a partir da distinção entre os *fenômenos* e as *coisas em si*, ou seja, de um lado, a linguagem, o som como fluxo sonoro, a idéia ou o sentido, a ligação entre um som e uma coisa do mundo (coisas em si) e, de outro lado, a língua, o som como segmento ou fonema ou significante, o significado e o arbitrário do signo (os fenômenos).

Para Milner (1987, p.77) essa lingüística, prisioneira de suas próprias fronteiras e ordenada pelo UM, interessa muito pouco e mesmo entedia. A lingüística, além do mais, incomoda, sem que isso possa surpreender. Na verdade, ele faz referência à lingüística imanente, fechada em si mesma, autônoma, una e individual, que descarta uma série de problemas relevantes (*a Outra via à qual ela se fecha*) para se constituir como ciência:

Mas, nos dias de hoje, o Todo não atrai mais, e as inscrições que ele permite passam de bom grado por opressivas. A lingüística participa deste descrédito, inteiramente depositada na conta da ordem monótona que ela manteria nas almas e na sociedade.

Se retornarmos ao *narcisismo ferido*, de Freud, em que o homem deixa de ser o centro do universo e, ao mesmo tempo, perde o domínio de seu psiquismo, veremos que o mesmo acontece em relação à lingüística: ao dedicar-se à língua como tal e *reconhecer nela as facetas de um real*, é o mesmo que dizer ao sujeito falante que *ele é, na língua e em toda locução, alguma coisa da qual ele não é nem mestre nem responsável* (MILNER,

1987, p. 78). Assim sendo, destitui-se o sujeito falante do que lhe é mais caro, do que o constitui: a linguagem. Essa ferida é o que o homem suporta mal. A constituição dos seres falantes como mestres de seu dizer só pode acontecer ao se inscrever correlativamente a língua como Todo. De acordo com Milner (1987, p. 78), é exatamente isso que a lingüística faz de maneira paradoxal, *instalando no coração mesmo desse todo a instância que despoja o ser falante de toda responsabilidade, daquilo que o faz homem e mestre do universo*. Assim nasce o que Milner chama de uma antilingüística, preocupada em restituir a homogeneidade teórica e a completude, abrindo-se para outros campos (sociolingüística, semântica gerativa, etc.). Desse modo, a paz é restituída e o gênero humano cura-se da *inqualificável ferida que poderia constituir a suposição de que a língua ou alguma coisa dela lhe escapa* (MILNER, 1987).

Authier-Revuz (1995, p. 50), pensando a respeito da mesma questão, ou seja, dessa saturação provocada pela lingüística saussuriana, que levou alguns teóricos a se afastar da mesma, introduz uma outra abordagem em relação a esse problema, enfatizando que as tendências que direcionam os estudos lingüísticos para *outra coisa* que não seja o estrito sistema da língua acabam, fatalmente, desembocando, não na fronteira entre a língua e o discurso, lá onde a língua encontra um sujeito, mas, na verdade, no lugar em que a homogeneidade teórica e a completude do campo são restituídas. Isso acontece devido a um apagamento da especificidade do objeto língua como “ordem própria”, decorrente da abertura a exteriores psicológicos, sociais, biológicos.

Relacionando-se ao procedimento investigativo descrito no parágrafo anterior, encontra-se a tendência, chamada por Authier-Revuz (1995, p. 50) de “Penser contre Saussure”, na qual ela situa primeiramente Bourdieu e, logo após, o Voloshinov de *Marxismo e filosofia da linguagem*, pelo fato de ambos consagrarem seus estudos a uma lingüística preocupada com as relações entre língua e as condições de sua utilização, ou

seja, com uma lingüística que, em última análise, se dilui no social. O primeiro é invocado como *representante exemplar* dessa tendência por recusar o conceito de língua em proveito de um todo social que exerce suas forças no setor da linguagem²³; o segundo, por praticar uma abertura em relação à palavra viva e concreta que passa por uma sociologização integral da mesma, associada a um desconhecimento ofensivo da abordagem saussuriana de língua como sistema de diferenças, transformada em *palavra monológica acabada, isolada, separada de seu contexto verbal em ato* (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 51).

Há duas razões fundamentais que justificam o percurso feito nos domínios da teoria de Saussure: a primeira delas refere-se ao próprio objeto de estudo, pelo fato de ele não ser definido por uma categoria psicológica ou interativa (do tipo “distância” ou “estratégias de desdobramento do enunciador”), mas por uma configuração formal – *a modalização autonímica*; a segunda justifica-se pela abordagem da diversidade das formas através das quais se realiza a configuração metaenunciativa visada, já que ela literalmente inicia pela análise de formas lingüisticamente descritíveis em termos de léxico e sintaxe. Portanto parte-se da materialidade significante para caracterizar o tipo de jogo enunciativo ao qual essa configuração corresponde.

Na visão de Authier-Revuz (1998, p. 182), a modalidade aqui estudada *toca duplamente a língua enquanto sistema de signos*: por apresentar um desdobramento, a reflexividade, e por provocar uma alteração da transferência, assim definindo-se formalmente como *um fato de língua – sustentado na mobilização da categoria lingüística*

²³ O sociólogo francês Pierre Bourdieu, entre os que estudam o papel da linguagem na estrutura social, é aquele que com sistematicidade e profundidade investiga as relações da língua e as condições sociais de sua utilização nas situações de interação verbal. Para ele, não é possível separar-se a linguagem da estrutura social em que é usada, desse modo promovendo o deslocamento do foco de análise: da caracterização da linguagem para a descrição das condições em que ela ocorre. Na verdade, de acordo com suas próprias palavras, citadas em Soares (1997, p. 55), ele busca a *reintrodução do mundo social na ciência da linguagem*.

da autonomia, tornando visível um enunciador que luta com a materialidade da língua (as palavras).

2.2 A SUBJETIVIDADE AFETANDO O SISTEMA FORMAL DA LÍNGUA

Ao situar sua teoria no campo da enunciação, Authier-Revuz descarta a visão de língua como instrumento de comunicação e transcende para a afirmação (colhida em Benveniste):... *bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver, sendo que, se a mesma faltasse, não haveria possibilidade de sociedade, nem de humanidade* (BENVENISTE, 1989, p. 222). Resgatando a evidência de que *é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem* (BENVENISTE, 1995, p. 285) e de que *é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui em sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, que é a do ser, o conceito de ego* (BENVENISTE, p. 286), ela busca, em Benveniste, o alicerce para a investigação da subjetividade, ou seja, a capacidade, inerente ao locutor, para se constituir em sujeito.

Neste momento, recupera-se para o interior do próprio campo investigado aquilo que a lingüística muitas vezes ignora, em outras palavras, *o que é exorbitante para sua própria escrita*, o qual concentra-se em um ponto específico: *o sujeito da enunciação* (MILNER, 1987, p. 29). Esse mesmo sujeito possibilita a descrição de elementos que aparecem na rede do real, os quais não poderiam ser descritos sem a sua intervenção.

Esses segmentos realmente existem, para Milner (1987, p. 29) fazem parte deles, além do *ne expletivo* e de certos *imperfeitos*, notados por Damourette e Pichon²⁴, outros

²⁴ Damourette e Pichon, em *Des mots à la pensée – Essai de grammaire de la langue française 1011-1927*, v. I, Livro II, CAP. VII, estudam o *ne expletivo* e seu funcionamento no enunciado como *ponto de búscula* do sujeito da enunciação, que presentifica o desejo do mesmo (MILNER, 1987, p. 29).

mais: as pragas, os insultos, o discurso indireto, etc.²⁵ Na visão de Benveniste, esses elementos são os pronomes pessoais, os demonstrativos, os advérbios, determinados tempos verbais, os indicadores da dêixis, etc. Para Authier-Revuz, a *modalidade* faz parte desse conjunto de formas, isto é, desses elementos do aparelho formal da enunciação que Benveniste apresenta como as marcas na língua daquilo que lhe é essencialmente outro. Essa lista, que, para Milner, se mantém em aberto, com seus dados de impossível, exige, para sua explicitação, que se recorra a esse *heterogêneo do sujeito da enunciação* (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 49).

Sem dúvida, a autora, ao estabelecer uma relação intrínseca entre língua e enunciação, parte dos pressupostos saussurianos, abrindo o campo para uma exterioridade que não implica deixar o objeto da lingüística aí se diluir, fato esse que deriva de sua *filiação a Benveniste*²⁶, já que o autor, ao mesmo tempo em que parte de Saussure, vai além dele, ao instaurar a questão da subjetividade e da referência.

²⁵ Vários autores enfocam a mesma questão, porém em perspectivas distintas: Lacan retoma várias vezes em sua obra a questão do *ne*; Jakobson estuda os *shifters* ou *embrayeurs*; Austin investiga os *performativos*. Nos obrigamos, inclusive, a citar a *Gramática de Port-Royal* que, inicialmente, distingue os pronomes dos nomes, enfatizando que os primeiros são um recurso substituto oferecido pela língua para que não sejam repetidos termos enfadonhamente. Dentre os pronomes há uma referência especial aos demonstrativos (*os que indicam como que com o dedo a coisa de que se fala*). Mais tarde, na quinta edição da *Gramática*, Arnould e Nicole retomam a idéia de que os pronomes ocupam o lugar dos nomes, introduzindo um elemento novo à definição, ao considerarem, então, os pronomes do ponto de vista de sua maneira de significar: os nomes *representam* aquilo que os pronomes apenas *designam* de maneira confusa. Os pronomes remetem às *substâncias*, mas são desprovidos de conteúdo conceitual particular do qual o nome é portador e pelo qual *descreve o objeto ao espírito*. Num outro capítulo, acrescentado à mesma quinta edição da *Logique*, os demonstrativos são analisados a partir da significação dos signos, no entanto a significação atribuída a eles não é igual àquela proposta aos pronomes. A significação própria do demonstrativo neutro – isto – (*idéia de coisa presente*), por ser muito ampla, exige que outras idéias juntem-se a ela para complementá-la, as quais serão *exitadas pelas circunstâncias de seu uso e não significadas pelo próprio demonstrativo*. Portanto *Port-Royal*, ao apresentar os pronomes como *substitutos*, oferece descrições diferenciadas dos pessoais em relação aos demonstrativos, os quais, ao serem percebidos como índice de ostensão, relacionando a significação própria do demonstrativo neutro – isto – à idéia de coisa presente, idéia geral que necessita de outros atributos, os quais provêm das circunstâncias de uso, estabelece um estatuto diferente a eles, deixando claro que desde então já aparecia em seu estudo o embrião de hipóteses que mais tarde contemplariam a interferência de elementos da exterioridade lingüística (o sujeito, o sentido, a intância de enunciação) no funcionamento de componentes intralingüísticos.

²⁶ Expressão empregada por Teixeira (2000, p. 132).

A seguir, procuramos transitar por pontos essenciais da teoria benvenistiana que, no nosso entender, possibilitam a configuração dos propósitos de Authier-Revuz. São eles os seguintes: o princípio da dupla significância como consequência de dois modos distintos de significação: o semiótico e o semântico, e o aparelho formal da enunciação.

Benveniste (1989, p. 64) afirma que a língua é o interpretante de todo sistema significante, inclusive dela mesma, porém, ao examinarmos os sistemas não lingüísticos, comprovaremos que os signos da língua não podem ser integralmente por eles interpretados²⁷, fato esse que Teixeira (2000, p. 134) sintetiza e esclarece, dizendo que *a língua tem a capacidade de falar dela mesma, criando um segundo nível de enunciação pela faculdade de ser sua própria metalíngua.*

Essa *preeminência* da língua como sistema significante deriva do fato de ela comportar uma dupla significância através de dois modos diferentes de significação: o semiótico por um lado e o semântico por outro.

O primeiro modo de significação é próprio do signo lingüístico, que o constitui como unidade. Percebe-se, aqui, um nítido retorno à noção saussuriana de língua como sistema de signos. Evocando, para cada membro da comunidade lingüística, as mesmas associações e as mesmas oposições, é chamado a significar de uma maneira particular em meio ao conjunto de signos. Portanto o estudo semiótico consiste na identificação das unidades, na descrição de suas marcas distintivas e no descobrimento de critérios de distintividade (TEIXEIRA, 2000, p. 65).

Flores (1999, p. 187), por sua vez, estabelece uma relação entre o modo semiótico de significação e o nível intralingüístico:

²⁷ Essa colocação é compartilhada por Rey-Debove (1978), já anteriormente mencionada no capítulo I, item 1.1 deste trabalho.

Assim, o primeiro modo de significação corresponde ao nível “intralingüístico”, onde cada signo é distintivo e significativo em relação aos demais. A esse nível Benveniste denomina de semiótico. Desse ponto de vista, não interessa a relação do signo com as coisas denotadas nem da língua com o mundo. Somados a isso, os signos possuem valores opositivos e por isso mesmo genéricos, dispostos por uma organização paradigmática.

Ao colocarmos a língua em ação, entramos no *modo de significância engendrado pelo discurso* e denominado de *semântico*. A língua, nesse nível, é vista como produtora de mensagens, e enquanto o primeiro modo se realiza e se divide em signos, o segundo o faz através das palavras e, conseqüentemente, da frase.

Questão relevante, nesse momento, é a da referência, que é elaborada distintamente por esses dois níveis. Flores (1999, p. 187) pode nos ajudar a percebê-la com maior nitidez:

No semiótico, ela está ausente; no semântico, ela é definidora do sentido porque este se dá na relação estabelecida entre as idéias expressas sintagmaticamente na frase e os objetos do mundo, a situação de discurso e a atitude do locutor.

Finalizando essas considerações, poderíamos ainda colocar que esses dois modos de significação, os quais exigem cada um seu próprio aparelho conceitual, também fundamentam-se em bases distintas: o semiótico toma como base a teoria saussuriana do signo, e o semântico, ao necessitar de um aparelho novo de conceitos e de definições, identifica-se ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.

É relevante enfatizar, outrossim, a respeito do percurso até aqui realizado, que Benveniste propõe-se a ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria a estrutura e o funcionamento da língua, e esta ultrapassagem só se realiza no momento em que acontece uma nova dimensão de significância: a da fala, a do uso, que denominamos semântica, distinta da que está atada ao signo, a semiótica.

Continuando nossa busca de elementos conceituais que, oriundos da teoria de Benveniste, sedimentam em Authier a questão da subjetividade, temos que passar pelas

colocações propostas pelo autor em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Ao afirmar que *as condições de emprego das formas não são idênticas às condições de emprego da língua*, Benveniste estabelece uma oposição entre a lingüística que se dedica ao estudo das formas e a lingüística que se preocupa com a enunciação. A primeira dedica-se ao conjunto de regras que fixam as condições sintáticas nas quais as formas (vistas como um paradigma) normalmente aparecem. A segunda parte dessas mesmas formas, mas vai além, pressupondo a enunciação como objeto de estudo, isto é, ... *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (Benveniste, 1989, p. 82). Desse modo, coloca-se em prática o emprego da língua através de um mecanismo abrangente que afeta, por sua vez, a língua inteira, colocando-se em foco, então, o ato de produção do enunciado e não o texto do mesmo.

Assim, esse processo de semantização da língua só acontece através de um ato de apropriação desencadeado pelo sujeito em relação a ela. Este ato de apropriação dá origem a um processo dialógico, no momento em que, para se efetivar, necessita de um locutor que se apropria do aparelho formal da enunciação e se enuncia como tal, assumindo a língua, implantando, diante de si, um alocutário. Nesse processo, o primeiro estabelece uma relação com o mundo através do discurso e o segundo co-refere.

Neste processo intersubjetivo que é a enunciação, aparecem determinadas formas da língua que fazem parte de sua estrutura, as quais são efetivamente *promovidas à existência*. Distintas das entidades que têm na língua seu estatuto *pleno e permanente*, surgem as entidades que, ao derivarem da enunciação, *não existem senão na rede de "indivíduos" que a enunciação cria em relação ao "aqui-agora" do locutor* (op. cit., p. 86). Desse universo de termos que não se produzem a não ser *na e pela* enunciação, emergem inicialmente os índices de pessoa (a relação eu-tu) que vem à tona nesse processo: eu como o indivíduo que profere, e o tu como o segundo elemento, o alocutário.

Fazem parte desse conjunto também os numerosos índices de ostensão (este, aqui, etc.), as formas temporais que se determinam em relação ao EU, centro da enunciação.

Embora tenhamos passado por Benveniste de forma rápida e sucinta, observamos que o processo investigativo desse autor pode, de um certo ângulo de abordagem, ser comparado ao de Authier-Revuz. O referido teórico toma como ponto de partida o aparelho formal da língua, mera virtualidade, do qual o locutor se apropria, atualizando-o, instaurando, nesse momento, a abertura para a subjetividade. Authier-Revuz propõe-se a investigar “fatos de língua” que, ao serem mobilizados pelo sujeito através de uma configuração metaenunciativa específica (a modalização autonímica), instauram na língua os sinais do que lhe é radicalmente outro, ou seja, a subjetividade via enunciação.

Portanto a teoria benvenistiana interessa sobremaneira a autora quando enfatiza a propriedade da língua de tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma, já que Authier-Revuz privilegia em seu estudo a questão da metalinguagem: a abordagem da língua como sistema imanente, mas sem perder de vista a abertura para o que é da ordem da enunciação, e a abordagem de certas formas da língua (em Benveniste, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os índices de ostensão; em Authier, a modalização) que resgatam para os estudos lingüísticos o que foi excluído, a exterioridade que a lingüística ignorou para se constituir como ciência.

Ao mesmo tempo em que há uma aproximação em relação à teoria de Benveniste, existe um afastamento em direção à concepção intralingüística da enunciação de Oswald Ducrot. Embora reconheça que o trabalho do teórico ocupa um lugar de destaque no campo da enunciação, Authier-Revuz dele se afasta, justificando esse distanciamento em muitos de seus textos. Selecionamos especificamente as razões apresentadas em sua tese (1995).

No entender de Authier-Revuz (1995, p. 60), há dois modos de se rejeitar a heterogeneidade e a incompletude que afetam o campo enunciativo: o primeiro é aquele que ignora as fronteiras próprias da língua e dilui seu objeto num exterior comunicacional, psicológico, biológico, e o segundo que vai no sentido inverso, promovendo um reforço nas fronteiras, apresentando uma concepção de enunciação como encerrada no interior de uma língua, abordando o objeto língua como uma totalidade autônoma isolável, fechando-se, assim, a lingüística para a exterioridade.

Essa concepção intralingüística da enunciação e do sentido, que pressupõe a autonomia e a completude do campo lingüístico, é criticada pela autora no trabalho de Ducrot, pelo fato de realmente faltar em sua obra a explicitação de uma exterioridade teórica para a lingüística²⁸.

Ducrot (1987), ao abordar a enunciação como o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado, apresenta a polifonia como uma questão intralingüística, isto é, um processo dialógico interno ao próprio enunciado e, assim, acaba deixando de lado o sujeito da enunciação, distanciando-se do dialogismo de Bakhtin, que encara a relação lingüística como constituidora da intersubjetividade. Na verdade, ele está interessado em uma multiplicidade de vozes que se fazem presentes no enunciado e que são responsáveis pelo seu sentido. Contrariamente, o campo da enunciação, para Authier-Revuz, é marcado por uma exterioridade teórica na qual intervêm, na descrição dos fatos da língua, questões estranhas à lingüística *stricto sensu*, como as relativas ao sujeito e à sua relação com a linguagem. A autora distancia-se de Ducrot pela inexistência de explicitação de uma exterioridade teórica para a lingüística. A questão, portanto,

²⁸ Nosso propósito não é estendermos a análise a respeito da teoria de Ducrot. Citamos essas considerações feitas por Authier, apenas com o objetivo de possibilitar uma definição mais apurada do que ela chama de heterogeneidade e incompletude que afetam o campo enunciativo.

reveladora dos direcionamentos distintos entre as duas teorias fundamenta-se na abordagem relativa ao sujeito, como apresenta Teixeira (2000, p. 138):

...o sujeito múltiplo-desdobrado do autor é diferente do sujeito dividido-descentrado de Authier-Revuz. Para ela, as formas de representação que os enunciadores têm de seu próprio dizer não podem ser tomadas como o reflexo direto do processo enunciativo, nem a lingüística deve ser vista como uma ciência completa, uma totalidade autônoma, sem *outro* nem *real*.

Antes de encerrarmos as considerações a respeito do distanciamento entre as duas teorias, cumpre mencionar o alerta feito por Authier-Revuz (1995, p. 68-9): não se deve confundir o que Ducrot chama de *alteridade constitutiva*, ou seja, o fato de que o sentido de um enunciado descreve a enunciação como um tipo de diálogo cristalizado, onde inúmeras vozes se entrecrocaram, com aquilo que a autora denomina de *heterogeneidade constitutiva da enunciação*, a qual é afetada por um *Outro*, um heterogêneo radical, ao qual nenhuma (auto)representação do dizer pode atribuir um papel num diálogo interno desse dizer.

Evidentemente que a psicanálise, convocada por uma releitura de Freud feita por Lacan, e o dialogismo de Bakhtin desempenham papel fundamental no estatuto do termo heterogeneidade, sendo, portanto, o estudo dessas duas abordagens fundamental para o nosso trabalho. Passemos, então, a elas: primeiramente, investigando a questão do sujeito dividido e, logo após, acessando o dialogismo bakhtiniano.

2.3 UM SUJEITO DIVIDIDO, EFEITO DE LINGUAGEM

A enunciação é vista por Authier-Revuz como o lugar de uma inevitável heterogeneidade, ou seja, de uma incompletude teórica que afeta a pesquisa lingüística dos fatos enunciativos, convocando opções teóricas exteriores à lingüística no sentido restrito,

nas quais a descrição se vê obrigada a buscar apoio. Esses exteriores teóricos invocados, relacionados à questão do sujeito e sua relação com a linguagem, colocam-se como obrigatórios na abordagem de fatos metaenunciativos, com o que eles implicam da auto-representação do dizer e, portanto, do distanciamento interno em uma enunciação desdobrada por seu próprio reflexo.

É preciso, neste momento, que seja delimitada com precisão a linha divisória que situa de um lado o sujeito-origem de seu dizer (aquele da psicologia e suas variantes neuronais ou sociais) e, de outro, o sujeito-efeito (aquele assujeitado ao inconsciente), pois essa divisão é fundamental, já que ela coloca a questão da *representabilidade*, para um enunciador, de sua enunciação e do sentido nela produzido.

Se nos colocarmos de um lado dessa linha demarcatória, a do sujeito-fonte intencional do sentido que ele expressa através de uma língua instrumento de comunicação, então se torna pertinente considerar que o enunciador encontra-se em condições de (se) representar sua enunciação e o sentido que nela se produz, o qual lhe é transparente. Assim sendo, o desdobramento metaenunciativo aparecerá como uma forma de controle funcional exercido pelo enunciador sobre o processo comunicacional.

Ao contrário, se nos apoiarmos em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer (perspectiva essa pretendida pelo presente trabalho), procurando radicalmente uma ancoragem na teoria de Jacques Lacan a respeito do inconsciente, iremos nos deparar com um sujeito *que se constitui e que se mostra* através da linguagem, sendo clivado pelo inconsciente e a ele assujeitado, não se centrando onde pensava, isto é, na consciência, dividido, então, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo. Nessa configuração, o dizer não pode mais ser visto como transparente, e a palavra, supostamente capaz de veicular certezas e intenções conscientes, viabilizando a efetiva comunicação, não

chega, na verdade, ao destino planejado, desviando-se, falhando, introduzindo-se na cadeia linear e fragmentando a continuidade lógica do pensamento.

Desde Freud, em *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901) e nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1916), segundo Kaufmann (1995, p. 55), são investigados esses desvios sob a denominação de *atos falhos*²⁹, procurando-se desvendar o fracasso das palavras com relação à intenção de seu interlocutor. Esses atos, portanto, são situados como uma formação de compromisso entre o consciente e o recalcado, e isso quer dizer que o inconsciente se mostra com frequência através de falhas, de fraturas, as quais não devem ser decifradas em sua forma, mas na intenção a que servem. O fenômeno dos lapsos e seus equivalentes, bem como os atos sintomáticos são exemplos de conflitos entre as tendências à descarga e as forças que se lhe opõem, ou seja, quando uma pessoa comete um *lapsus linguae*, de acordo com Zimerman (2001, p. 247), está inconscientemente demonstrando resistência de algum modo ao que conscientemente tinha se proposto a dizer.

Freud ilustra esse fenômeno com a narrativa de que, numa peça teatral, um personagem, Hirsch Hyacinthe, contava suas relações com o milionário barão de Rothschild e terminava sua fala dizendo que o barão dirigia-se a ele de igual para igual, de forma *familionária*, lapso esse considerado por Freud como revelador do desejo inconsciente do personagem (ZIMERMAN, 2001). Ou seja, o barão tratava-o de forma

²⁹ Toda palavra, segundo Freud, carrega em si mesma uma intenção consciente: com ela, um homem pode tornar seu semelhante feliz ou levá-lo ao desespero; com sua ajuda o mestre transmite o saber aos discípulos, um orador convence seus ouvintes; no entanto, ela pode, também, *errar o alvo*, tropeçando. Os atos falhos apresentam-se sob forma de lapsos, falsa leitura, falsa audição, esquecimento, descumprimento de uma intenção, incapacidade de encontrar um objeto, perdas, certos erros. Podem ser detectados, inclusive, em certos fenômenos psíquicos: as idéias espontâneas (chiste, associação livre), os sonhos, os atos sintomáticos acidentais. Authier-Revuz (1982, p. 124-5) adiciona a esses atos aquilo que ela chama de *a fala do corpo: paralisias, dores localizadas, gravidez psicológica, perdas de voz*, que constituem manifestações independentes da vontade do sujeito, sintomas inscritos no corpo e, portanto, concernentes à medicina, mas que podem desaparecer no momento em que o sujeito, por razões psicológicas, não recorre mais a essa expressão corporal. Esses fenômenos representam a articulação entre o *desejo* e o *corpo*, os quais são reconhecidos pela medicina como “fenômenos psicossomáticos”.

familiar, quer dizer, tanto quanto é possível a um milionário. O relevante na análise desse vocábulo é certamente o mecanismo que deu origem a sua constituição: a condensação. Assim, Chemama (1984, p. 368), explicando o mesmo exemplo, acrescenta que a palavra *famillionário* representa uma condensação de *familiar* e de *milionário*. Um termo apenas contém duas idéias opostas: o barão mostrou-se familiar de uma tal maneira que permitiu ao personagem perceber que havia nesse comportamento uma certa distância entre ambos. A palavra de Hirsch demonstra uma certa agressividade contra os milionários ao expressar, de modo velado, que um milionário, por mais familiar que seja, está sempre distante. Ao expressar sua agressividade de modo implícito, ele escapa à censura social e à censura interna. O que se apresenta aqui, então, é o que Freud chama de *senso no não senso*: *famillionário* não apresenta sentido, não está no dicionário, mas é justamente no discurso de Hirsch Hyacinthe que adquire mais sentido, porque, através dessa palavra, ele abandona sua máscara e se revela.

O sentido se apresenta no lapso, no tropeção, no ato involuntário. É justamente no momento em que a palavra fraqueja, quando o sujeito não diz o que pretendia dizer, é então que ele diz mais. Para a psicanálise, esses atos são acidentes facilmente localizáveis no discurso do sujeito e, através deles, é possível entender como o desejo inconsciente pode aflorar na palavra, atestando, assim, o que Lacan repetiu inúmeras vezes em sua obra, ou seja, *o inconsciente é estruturado como linguagem*. Portanto um sintoma pode ser resolvido através da análise da linguagem, já que ele mesmo é estruturado desse modo.

Essa afirmação pode ser considerada em inúmeras direções, sendo que a primeira delas refere-se ao fato de Lacan ter buscado sustentação favorável na lingüística estrutural (Saussure, Benveniste, Jakobson) para afirmar que o inconsciente é a condição da lingüística.

Lacan trouxe, de Saussure, o conhecido postulado do lingüista: em todo signo lingüístico há um significante (um lado voltado para a expressão) e um significado (outro para o conteúdo). Lacan interpreta esse modelo como algoritmo e o representa sob a forma de \underline{S} , lendo-se: *significante sobre significado*, em que *sobre* corresponde ao traço que separa as duas etapas do algoritmo. A escolha dos símbolos S , s e a posição invertida dos mesmos em relação ao modelo de Saussure são propositais; para ele, existe autonomia do significante em relação ao significado, e o traço que separa as duas fases do algoritmo, na verdade, separa rigorosamente dois domínios distintos. Esses dois domínios, para Saussure, integram-se na unidade do signo lingüístico concreto, fato que Lacan não leva em consideração.

Nas considerações de Goeppert (1980, p. 102-103), para Lacan, o fundamento da linguagem e do discurso encontra-se no significante, em sua cadeia, e, assim sendo, a base é constituída pelos sons, ou pela letra, isto é, por um todo estruturado e analisável por intermédio da lingüística. O significado é o resultado da “cadeia significada” integral e não se prende ao significante. E, assim sendo, somente o domínio do significante pode oferecer-se como estrutura: por um lado, porque é possível analisar-se este domínio em elementos distintivos últimos que são os fonemas, ou seja, as letras; por outro, é possível reunir as unidades desse domínio em unidades cada vez maiores. E nessa diferenciação estabelecida por Lacan, é possível reconhecer a distinção entre as duas dimensões da linguagem: os *eixos paradigmático e sintagmático*. Essa dupla estruturação faz parte somente do significante³⁰. A partir daí, o significado não se refere especificamente ao

³⁰ O que vem a ser o *significante* para Lacan? Nasio (1995, p. 111-112) responde, considerando que o *significante* não tem relação com uma realidade observável, mas corresponde à necessidade da psicanálise de abstrair e formalizar certos fatos, eles sim observáveis e repetitivos durante o percurso da vida. Ele é uma entidade formal, indiretamente relacionada a um fato que se repete, e definida através de relações lógicas que estabelece com outras entidades significantes. *O significante representa, na ordem formal e abstrata, o fato concreto de um equívoco que surpreende e confunde o ser falante. Pode-se representar através de uma grande variedade de formas e permite formalizar uma grande variedade de fatos. Ele pode ser uma palavra, um gesto, um sonho, um sofrimento ou mesmo um silêncio* (NASIO, 1995).

conteúdo do signo lingüístico, mas ele se relaciona antes ao sentido de uma oração ou de um texto. O significado resulta da cadeia significante global, por meio de relações contextuais complexas e de associações de ordem lingüística. Lacan (1998, p. 506) confirma essas colocações:

Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento. Impõe-se, portanto, a noção de um deslizamento incessante do significado sob o significante.

Assim, a partir do momento em que uma cadeia significante, isto é, uma seqüência de palavras, pode significar algo diverso do que ela diz, palavra por palavra, comprova-se a independência do significante em relação ao significado. Esta autonomia do significante e sua propriedade de dizer mais do que aparentemente diz, de acordo com Lacan, baseia-se em suas duas propriedades: a metafórica e a metonímica.

A psicanálise, através do estudo dos sonhos, mostrou que aí é justamente onde o inconsciente revela mais a dimensão da combinação verbal, pois qualquer estudo dos mecanismos do sonho torna-se efetivo se for encarado segundo as propriedades da linguagem. Lacan, através da interpretação dos dois aspectos da linguagem, de Roman Jakobson, apresentou uma releitura dos dois processos principais pelos quais o inconsciente produz um sonho manifesto com a ajuda dos pensamentos latentes. No entender de Jakobson, existem dois grandes eixos da linguagem: o da *combinação* (horizontal e da continuidade) e o da *seleção* (vertical e da similaridade). Exemplificando, temos, no primeiro, a sucessão dos fonemas na palavra, das palavras na frase, e no segundo a substituição, na frase, de uma palavra por outra que com ela apresenta qualquer similaridade. Correspondendo aos dois eixos da linguagem, existem dois tipos de substituição possíveis: a *metáfora* (no eixo da seleção) e a metonímia (no eixo da combinação).

Assim, seguindo-se Kaufman (1996, p. 267), a articulação *inconsciente/linguagem* torna-se compreensível através dos mecanismos inconscientes como o *deslocamento* e a *condensação*, pelo pressuposto de que os dois parecem obedecer à estrutura dos *topoi* do discurso, ou seja, da *metonímia* e da *metáfora*. É sabido, portanto, que o sonho realiza um desejo que, para escapar à censura, manifesta-se de uma forma velada. Para Freud, os dois tipos principais de transformação do latente em manifesto são justamente a *condensação* e o *deslocamento*. O primeiro permite a um elemento do sonho manifesto substituir inúmeros elementos do sonho latente, aproximando-se dos mecanismos da metáfora, a qual, segundo Chemama (1984, p. 366), ao possibilitar uma expressão condensada a muitos dos sonhos e desejos do sonhador, é, de certo modo, *o descobridor do obstáculo do recalçamento*. Quanto ao segundo tipo, o *deslocamento*, assenta-se no fato de que o sonho manifesto não está, muitas vezes, representado de nenhuma forma neste, havendo, assim, um deslocamento:

...a intensidade separa-se de uma representação e passa a uma outra à qual se encontra ligada. É, aliás, aí que encontra o próprio movimento do desejo, a sua fuga desvairada de significante em significante para escapar à censura (CHEMAMA, 1984, p. 366).

O trabalho psicanalítico, na interpretação de Authier-Revuz (1982, p. 125), consiste em trazer à tona *conflitos esquecidos, demandas recalçadas*, eventualmente portadoras de sofrimento, que, sem o sujeito tomar conhecimento disso, agem em sua vida presente. E, assim, um trabalho de regressão se opera então dentro da análise, regressão essa em direção ao tempo dessas demandas, desses conflitos que, embora longínquos, esquecidos e censurados apresentam-se sempre ativos em um presente em que não têm mais lugar, por serem arcaicos e não existirem mais. Essa regressão efetiva-se *através das e nas palavras*.

Esta *cura através da fala* só acontece por intermédio de uma transgressão das leis normais da conversação, segundo Authier-Revuz (1982, p. 126), ou seja, de um outro

estatuto para a palavra, aquele da escrita poética, dos ditos espirituosos, dos trocadilhos, dos discursos da embriaguez, da possessão, da iluminação, da loucura, das associações livres.

A eficácia específica da linguagem, segundo Authier-Revuz (1982, p. 127-128), deve-se ao reconhecimento de alguns princípios negativos e a uma posição *positiva* de conjunto. Os princípios negativos são os que seguem: *não há um discurso próprio ao inconsciente, pois ele (o inconsciente), na verdade, age no discurso cotidiano; a escuta analítica do discurso também não é um comentário, uma interpretação, um “a mais”, a partir daquilo que é dito*. Quanto à posição positiva de conjunto, a autora salienta que *o lugar da interpretação analítica é a linguagem*, ou seja, trata-se de um trabalho de escuta através do *recorte*, da *pontuação*, do *eco*, os quais são detectados sobre a materialidade da cadeia falada. Voltaremos a discutir essa posição mais tarde. Por ora, nos interessam os princípios negativos.

Como foi previsto no capítulo I, cabe, neste momento, colocar-se em cena, juntamente com os princípios negativos trazidos por Authier-Revuz, a (de)negação lacaniana *não há metalinguagem*, já que as considerações a respeito da mesma possibilitam entender de modo mais adequado as afirmações da autora em relação à linguagem como lugar da interpretação analítica.

Dizer *não há metalinguagem* é contrapor-se à existência da própria lingüística, a qual se fundamenta justamente na possibilidade de emergência da metalinguagem (ARRIVÉ, 1994, p. 113). Uma simples expressão gramatical – “a palavra casa é do gênero feminino” - é uma operação de metalinguagem, tanto pela prática da autonomia (a palavra casa aqui é autonímica), quanto pelo emprego de termos metalingüísticos: palavra, gênero e feminino. *Produzir uma frase negativa “não há metalinguagem”, por exemplo, é provar*

a existência do movimento andando, visto que já é produzir uma frase metalingüística com relação a uma frase afirmativa antecedente (ARRIVÉ, 1994, p. 16).³¹

Na verdade, a questão maior de Arrivé (1994, p. 118) é saber *Qual é o tipo de metalinguagem que é objeto da (de)negação lacaniana. É o todo que Lacan denega? Ou algum de seus aspectos? Quais?*

Fica claro, através das colocações de Arrivé, que Lacan, com esse aforismo, não se contrapõe à lingüística, pois a linguagem que ele tem em vista não é inicialmente a linguagem tal como a constroem os lingüistas, mas uma linguagem específica, particular, isto é, *aquela como a qual está estruturado o inconsciente*. Portanto, como é ressaltado por Arrivé (1994, p. 119), é preciso sempre se ter em vista, ao mesmo tempo, a distância e a relação entre a linguagem e a linguagem da qual é dito que não há metalinguagem e a linguagem para a qual os lingüistas construíram sua(s) metalinguagem(ens). O próprio Lacan (1985, p. 25) torna evidente que o fato de o inconsciente ser estruturado como uma linguagem não é do campo da lingüística, mas se refere a uma linguagem específica cuja característica principal é que dessa linguagem não há metalinguagem. Ressalta, ainda, que o inconsciente é estruturado *como* uma linguagem, o que não significa dizer que ele seja estruturado *por* uma linguagem (LACAN, 1985, p. 65-66).

Explicar com firmeza as colocações de Lacan a respeito da metalinguagem é tarefa bastante trabalhosa e difícil, já que essa máxima é citada inúmeras vezes em sua obra, sendo que a interpretação das citações não é unívoca, permitindo, em cada momento, uma

³¹ Este é um dos modos de encarar a negação e, a propósito, endossado por Benveniste (1995, p. 91): *A característica da negação lingüística consiste em que ela pode anular apenas o que é enunciado, que deve apresentá-lo explicitamente para suprimi-lo, e que um julgamento de não-existência tem necessariamente também o status formal de um julgamento de existência. Assim, a negação é em primeiro lugar admissão.*

concepção diversa. Chama atenção, inclusive, o fato de que Lacan nem sempre negou a existência da metalinguagem, e, para tanto, nem é necessário ir-se muito longe na evolução de sua reflexão:

Toda linguagem implica uma metalinguagem, ela já é metalinguagem de seu registro próprio. É porque toda linguagem se destina virtualmente a ser traduzida que ela implica metáfrase e metalingua, a linguagem falando da linguagem (LACAN, 1988, p. 258).

Ao final do percurso feito por Arrivé (1994), na tentativa de interpretação da (de)negação da metalinguagem, fica evidente que ela tem relação com o significante lacaniano, ou seja, aquele que é objeto do recalque originário, pois a linguagem de que é dito que não há metalinguagem é a linguagem como a qual é estruturado o inconsciente, isto é, a língua (*lalangue*), é em relação a ela que não há metalinguagem, já que ela (*lalangue*) é o real.

O aforismo lacaniano, na verdade, nos desperta a atenção para as questões relativas à metalinguagem. Ao enfatizar tais colocações, o autor nos avisa, implicitamente, que elas devem ser tratadas com vagar, alertando-nos a respeito de que, embora existam relações estreitas entre lingüística e psicanálise, essas relações, bem como a terminologia empregada por elas, embora, muitas vezes, seja homônima, deve ser especificada com cuidado, para não ocasionar interpretações incorretas. Na abordagem psicanalítica, a linguagem não é vista como objeto, mas, na verdade, ela é o meio através do qual o objeto da psicanálise (objeto do desejo) pode ser apreendido.

Retornando a Authier-Revuz (1982, p. 43), vemos que a eficácia específica da linguagem na escrita analítica deve-se não apenas a princípios negativos, mas inclusive a uma *posição positiva de conjunto* (como já havíamos colocado anteriormente), a respeito da qual é necessário salientar os pontos seguintes: o lugar da interpretação analítica é a linguagem, a qual é duplicada em *uma outra cena* na qual a mesma linguagem efetua

rupturas, provocando estranhamento. Os chistes, os lapsos, os sonhos, os atos falhos são a prova de que o discurso não se reduz ao seu sentido explícito, ele carrega em si mesmo o outro que nós próprios desconhecemos ou recusamos. Trata-se, portanto, de desvendar o significante escondido, pois o sujeito não sabe com o que fala. Assim sendo, é necessário *tomar o inconsciente ao pé da letra*, pois é na letra do discurso, na materialidade lingüística, que se detém a escuta analítica.

A análise, ao permitir a identificação dos traços do discurso inconsciente, leva à constatação de que todo discurso é polifônico, e o trabalho do analista consiste em ouvir, ao mesmo tempo, as diferentes vozes, partes, registros da partitura ou da cacofonia do discurso (AUTHIER-REVUZ, 1982, p.134). Dito de outro modo, a estrutura material da língua, a superfície lingüística, permite, através da linearidade de uma cadeia, que aí se inscreva a polifonia de um discurso através daquilo que *tropeça* e que *falta*:

...nada, por mais que uma mão venha a enterrá-lo nas entranhas do mundo, jamais estará escondido ali, uma vez que outra mão poderá encontrá-lo, e que o que está escondido nunca é outra coisa senão “aquilo que falta em seu lugar”, como é expresso na ficha de arquivo de um volume quando ele está perdido na biblioteca (LACAN, 1998, p. 28).

A abordagem do discurso como atravessado pelo inconsciente é articulada por Authier-Revuz à concepção de *sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado, que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem* (AUTHIER-REVUZ, 1990, p 28).

A descoberta do inconsciente ocupa lugar, segundo Freud, nas *feridas narcísicas*, inflingidas ao homem, inicialmente por Darwin (o homem descende do macaco), logo após por Copérnico (a Terra não está no centro do universo) e, a seguir, pelo fato de o sujeito, a partir da descoberta do inconsciente, não ser mais o dono de sua morada. O que Freud coloca, segundo Authier-Revuz (1990, p. 28) é que *não há centro para o sujeito fora*

da ilusão e do fantasmagórico, mas esta ilusão é necessária e normal para o sujeito, pois a ilusão do centro permanece, sendo inerente à constituição do sujeito. Assim sendo, constitutivamente no sujeito e no seu discurso, está o Outro.

Authier-Revuz (1982, p. 138), trazendo Roudinesco (1977, p. 48), esclarece a natureza dessa divisão do sujeito, explicando que o sujeito (do inconsciente), representado pelo significante, não é desdobrado, nem dividido como as metades de uma pêra. Ele, na verdade, é um sujeito em que falta o fato de uma subjetividade psicológica. *Ele é barrado pelo desejo, a própria expressão de uma divisão.*

O sujeito do inconsciente, descrito por Teixeira (2000, p. 152) como sendo *atravessado por uma heterogeneidade radical que o descentra*, não deve ser tomado “pelo que fala”, mas “na sua fala”. E, portanto, justamente aí, no fio do discurso, onde um locutor único produz um determinado número de formas, que podem ser apreendidas na materialidade da frase ou do discurso, que se instaura o outro (dos *outros discursos* e do *discurso do Outro*), estabelecendo uma articulação entre a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Porém Authier-Revuz (1982, p. 142) enfatiza que, no discurso, as formas da heterogeneidade mostrada não são o reflexo fiel da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva. Estas formas *são a representação fantasmática que o locutor (se) dá de sua enunciação*. O papel do lingüista, portanto, consiste em reconhecer a realidade das formas pelas quais o sujeito se representa como centro de sua enunciação, sem que ele (o lingüista) se deixe enganar por essa representação ilusória.

A autora, ao aconselhar o lingüista a não acreditar piamente no enunciado, exemplifica sua afirmação, relatando que as artimanhas da autonomia podem, com freqüência, ser observadas sob o disfarce de palavras apresentadas como *objeto da fala*, mas que, na realidade, querem ser ouvidas como fala direta. Essas estratégias são apenas *a*

parte visível do iceberg, pois a autonomia é o abrigo inconsciente onde se realiza a parte mais significativa da troca verbal.

Authier-Revuz salienta, ainda, que a heterogeneidade mostrada não é um espelho da heterogeneidade constitutiva do discurso, nem tampouco é independente, ela corresponde a uma forma de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva, sendo que a forma dessa negociação assume a forma de uma *denegação*³². Assim, o locutor, ao marcar explicitamente, pelas formas de distância, pontos de heterogeneidade em seu discurso, *delimita e circunscreve o outro e, fazendo isso, afirma que o outro não está em toda parte.*

Ainda na abordagem de Authier-Revuz (1982, p. 144), o locutor, ao designar o outro, em um ponto do discurso, institui diferencialmente o resto deste discurso como oriundo do próprio locutor e apresenta cada palavra como apropriada, transparente e óbvia; afirma, ao mesmo tempo, que o discurso, em geral, é potencialmente homogêneo, já que as retificações ou os sinais de imperfeição que constituem os múltiplos comentários metalingüísticos questionam uma forma ideal do discurso uno e absoluto; reitera, pela posição lingüística na qual se coloca, seu domínio de sujeito falante em condição de separar “o um” do “outro”.

Ao designar “o outro” localmente, num ponto específico do discurso, apontando para o caráter heterogêneo de toda enunciação, o sujeito falante empenha-se *em fortalecer o estatuto do um*, condição essencial para a realização de qualquer fala, e é nesse sentido

³² A denegação, no sentido freudiano, no seu importante trabalho *Die Verneinung* (1925), é um mecanismo defensivo do ego que consiste em o sujeito recusar a percepção de uma evidência que se impõe no mundo exterior, da mesma forma que, na situação psicanalítica, nega as evidências do que está reprimido. Por exemplo, quando alguém recusa, dizendo não (nunca desejei tal coisa) é muito provável que indiretamente esteja querendo confirmar (sim, meu inconsciente deseja tal coisa).

que a heterogeneidade mostrada pode ser encarada como um modo de denegação, no discurso, da heterogeneidade constitutiva.

Através de um tipo específico de configuração metaenunciativa, a modalização autonímica, Authier-Revuz estuda a maneira pela qual o sujeito falante negocia com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso pelo viés da denegação, situando sua abordagem nas formas linguisticamente marcadas na estrutura da língua.

2.4 A LINGUAGEM E SUA NATUREZA CONSTITUTIVAMENTE DIALÓGICA: INTERLOCUÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE

Ao descrever as formas da reflexividade opacificante da modalização autonímica, este “boucle” metaenunciativo sobre o dizer, observável no fio do discurso, Authier-Revuz articula essas formas a uma concepção de enunciação como radicalmente marcada por uma heterogeneidade, buscando fundamentação no dialogismo do círculo de Bakhtin³³. Esse princípio bakhtiniano privilegia a dimensão de *outro*, de *não-um* na sua abordagem do sentido, princípio esse colocado como constitutivo do sujeito e da linguagem. O dialogismo, na perspectiva da *inscrição do outro no um*, refere-se ao plano da relação interlocutiva, e no prisma de abordagem do *outro relacionado ao já-dito* (antes, em outro

³³ A reflexão bakhtiniana a respeito do dialogismo é rica e prolixa, muitas vezes marcada pela abundância de formulações e, em outros momentos, pelas hesitações ocasionadas até por problemas de tradução, segundo considerações de Authier-Revuz (1982, p.102). Já na concepção de Flores (1999, p. 51), o estudo do dialogismo torna-se uma tarefa difícil pela amplitude de suas idéias e pela discussão a respeito da autoria de textos assinados com nomes de outros integrantes do círculo de Bakhtin, do desconhecimento a respeito da totalidade de seu pensamento e da diversidade de objetos de reflexão do autor. Outra abordagem a respeito do dialogismo é trazida por Martins (1990, p. 18), quando expõe que a comunicação, enquanto relação de alteridade, constituidora do *eu* pelo reconhecimento do *tu*, fundamenta a investigação do autor em quase todas as áreas em que desenvolve alguma reflexão: teoria do conhecimento, teoria e história do romance, filosofia da linguagem. Nossa intenção, no presente trabalho, é a de centralizar nossa discussão a respeito do dialogismo a partir do enfoque que interessa à teoria de Jacqueline Authier-Revuz, ou seja, na *interlocução* e no *interdiscurso*, não trazendo para a investigação outras perspectivas do multifacetado pensamento do referido autor a respeito desse princípio, bem como deixando de lado a polêmica em relação à autoria de sua obra.

lugar) diz respeito aos outros discursos. Complementando, o princípio dialógico interessa para a nossa investigação em duas perspectivas: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos.

O *outro* do dialogismo bakhtiniano é visto por Authier-Revuz (1982, p. 103) como um outro que não é *nem o duplo de um frente a frente, nem o diferente, mas um outro que atravessa constitutivamente o um*. Assim sendo, o homem não possui território interior soberano, *olhando no interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro*. Tudo o que toca a consciência do sujeito, a começar por seu nome, vem pela boca dos outros (AUTHIER-REVUZ, 1982).

Através do princípio do dialogismo, Bakhtin afirma que o enunciado monológico, construído pela abstração dos locutores e da situação, embora seja objeto da lingüística, a ele não interessa. Sua preocupação é em relação à enunciação como realidade concreta da língua, devido a sua historicidade (o aqui e o agora) e por seu caráter interacional, intersubjetivo, dialógico. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra publicada em 1929 e assinada por Volochinov, o autor critica duas correntes de estudo do pensamento lingüístico-filosófico da época. Buscar a essência de seu pensamento em relação a essas correntes, nomeadas por ele de *subjetivismo idealista e objetivismo abstrato*, permite situá-lo com maior adequação no âmbito das teorias da enunciação. Assim sendo, filio-me a Flores (2000, p. 55), quando ele coloca que, a partir dessa crítica, é possível pensar-se, em Bakhtin, um conceito de subjetividade distinto daquele oriundo de outras versões das Teorias da Enunciação, tais como as de Benveniste ou Ducrot.

Através de seu posicionamento, Bakhtin estabelece que o seu objeto de estudo é a *fala concreta*, e não a língua como objeto visado pela lingüística, sendo que esses elementos concretos de estudo situam o campo de abrangência de sua teoria nos limites do

que ele denomina de translingüística. Na sua concepção, só é possível pensar-se a linguagem num quadro em que o emissor e o receptor, e o próprio som, situem-se num contexto social. Ou seja, é necessário que esses indivíduos façam parte de uma mesma situação social imediata, pois só assim a troca lingüística se torna possível. Mas chama atenção para o fato de que é preciso não se deixar a análise dos fatos lingüísticos perder-se nesse complexo de relações de *diversas naturezas e de múltiplas facetas* (BAKHTIN, 1999, p.71). Conhecendo-se, então, sua abordagem a respeito da linguagem como constitutivamente dialógica, torna-se mais fácil a compreensão relativa a sua postura crítica, tendo, como alvo, as duas linhas mestras do pensamento filosófico-lingüístico da época.

Para o subjetivismo idealista, o psiquismo individual constitui a fonte da língua, sendo o ato de fala (de criação individual) o fundamento da mesma. Deste ponto de vista, a criação lingüística é uma criação significativa, semelhante à criação artística. A língua apresenta-se, nessa perspectiva, como sistema estável (léxico, gramática, fonética) construída por abstrações lingüísticas com o objetivo de sua aquisição prática como instrumento para ser manuseado.

Nessa perspectiva, a enunciação é um ato puramente individual e o enunciado, a expressão do conteúdo da consciência de cada indivíduo, de seus desejos, fantasias, conhecimento, etc (MARTINS, 1995, p. 25). A referida autora continua sua apreciação a respeito desta orientação, dizendo que, assim sendo, o enunciado origina-se de um indivíduo e não de um sujeito constituído na intersubjetividade do diálogo, num contexto social determinado e por meio de um material semiótico comum. A enunciação, portanto, é apresentada como monológica, sendo a expressão de uma consciência individual.

De acordo com a segunda orientação, *o objetivismo abstrato*, o núcleo organizador de todos os fatos da língua situa-se no próprio sistema lingüístico (o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais). Cada enunciação é vista como única e impossibilitada de repetição, mas em cada uma há elementos idênticos aos de outras enunciações no âmbito de um grupo específico de locutores. São esses traços idênticos (normativos) entre todas as enunciações (traços fonéticos, gramaticais, lexicais) que permitem a compreensão de uma língua por sua comunidade falante. Para melhor entender essa orientação, basta dizer que o autor nomeia Saussure como seu mais notório representante. Novamente pode-se especificar melhor essa corrente com as palavras de Martins (1990, p. 25):

O estruturalismo saussuriano, como sabemos, isola do campo da investigação lingüística o sujeito da linguagem e as condições históricas nas quais ela se realiza. Propõe uma entidade abstrata e supra-individual, que chama de língua, à que contrapõe a fala. Esta, sim, ligada ao sujeito e, por isso, suscetível de uma tal gama de variações, que lhe tiram qualquer possibilidade de sistematização.

As duas correntes apregoam pressupostos antagônicos e ambas são criticadas por Bakhtin (Volochinov)³⁴. A primeira, *o subjetivismo idealista*, por vincular a linguagem ao sujeito visto como indivíduo hipotético individualizado em sua interioridade, e a segunda, *o objetivismo abstrato*, por apresentar o sistema lingüístico como não acessível à consciência do sujeito falante. Critica, também, o erro dessas duas linhas que ignoram, no estudo da linguagem, o seu caráter social. Na visão de Bakhtin (Volochinov), para se estudar o fenômeno da linguagem, é necessário situar os sujeitos (emissor e receptor do som, bem como o próprio som) no âmbito social. É preciso, inclusive, que os dois estabeleçam uma relação de pessoa para pessoa num meio bem definido.

³⁴ Vinculamo-nos a Brait (1997, p. 99) em relação às suas considerações a respeito da crítica feita por Bakhtin a essas correntes, quando ela observa que a mesma não tem como objetivo destruir a perspectiva de estudos lingüísticos e estilísticos desenvolvido por essas tendências. Bakhtin, a partir de sua avaliação em relação a elas, tem como propósito apresentar uma outra perspectiva para a investigação das questões lingüísticas, que não se restrinjam à formalização abstrata nem às especificações dos talentos individuais. Ele não despreza a contribuição desses estudos e reconhece, como mostra o conjunto de sua obra, o papel da língua na constituição do universo significante e o papel da literatura enquanto gênero discursivo privilegiado em relação à representação na natureza dialógica da linguagem.

As duas correntes lingüísticas, anteriormente relatadas, estudam a linguagem através de uma perspectiva monológica, negando a interação verbal como realidade fundamental da língua e afirma, esse teórico, que *a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida* (BAKHTIN - VOLOCHINOV, 1999, p. 95).

O princípio do dialogismo manifesta-se na obra de Bakhtin através das investigações feitas a respeito do *plurilingüismo* (variedade de língua, estratificação em dialetos sociais, em falares de um grupo, de uma geração...), do riso da cultura carnavalesca (a palavra popular alegre, livre, lúcida), do romance polifônico (a personagem como uma outra consciência, estrangeira, mas não *reificada*, sua voz ressoando, de algum modo, ao lado daquela do autor, um diálogo de pontos de vista colocados em pé de igualdade) das formas do discurso bivocal (a estilização, a paródia em todas as suas gradações, o *skaz*³⁵ estilizado, o diálogo). Embora todas essas abordagens sejam relevantes para o estudo da multiplicidade de vozes que permeia a comunicação humana, nosso propósito, relacionado ao tipo de análise a ser encaminhada neste estudo, situa-se, como anteriormente já foi mencionado e justificado, na abordagem do princípio dialógico pelo viés da interdiscursividade e da interlocução, ambos mencionados por Authier-Revuz (1982, p. 140):

O dialogismo do círculo de Bakhtin faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de todo discurso. Duas modalidades de interação, às quais remetemos em termos de interdiscursividade e interlocução, inscrevem, constitutivamente, no discurso, a presença das *palavras dos outros* [Tradução nossa].

³⁵ É um tipo particular de narrativa elaborado como narração de uma pessoa distanciada do autor (concretamente nomeada ou subentendida) portadora de uma forma própria de discurso (BAKHTIN, 1981, p. 185).

Em *Problemas da Poética em Dostoievski*, Bakhtin deixa claro que a palavra para o indivíduo falante de sua língua materna, nunca se apresenta neutra, como se fosse tirada do dicionário. Ela, na verdade, não é um objeto, mas um meio constantemente ativo e mutável de comunicação dialógica. Ela não basta a uma consciência, a uma única voz. As palavras, ao passarem de boca em boca, ao mudarem de um contexto ou de um meio social a outro, não perdem seu caminho, mas tampouco libertam-se completamente, pois, na verdade, elas não estão isentas das aspirações e das avaliações dos outros. As palavras encontram-se sempre povoadas por outras vozes. Essas considerações são fundamentais para o autor e, no entender dele, devem pautar os estudos metalingüísticos: *a orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela são provavelmente os problemas mais candentes do estudo metalingüístico de toda palavra.*

A palavra, ao mesmo tempo em que vem pontilhada por outras palavras já ditas antes em algum lugar, não se subjuga ao meio constituído pela palavra do outro, pela maneira do outro, pois, na verdade, não existe uma fusão completa, há sempre uma ressalva, um outro distanciamento, uma refração.

Já em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a palavra é investigada no interior de uma realidade social: *cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais* (BAKHTIN-VOLOCHINOV, 1999, p. 66). Na concepção do referido autor, a investigação da linguagem, quando feita na abrangência apenas das três esferas da realidade: física, fisiológica e psicológica, torna-se reducionista pelo fato de seus elementos estarem apenas alinhados ao invés de se apresentarem *unidos por um conjunto de regras internas que lhe atribuiria vida e faria dele justamente um fato lingüístico.* Este conjunto, embora já tão

complexo, para tornar-se completo, deveria ser investigado *na esfera única da relação social organizada, ou seja, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa tornar-se um fato de linguagem.*

Ainda nessa mesma obra, Bakhtin (Volochinov) enfatiza que os falantes não se valem da *forma lingüística enquanto tal* para a comunicação:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN-VOLOCHINOV, p. 95).

Assim, o discurso se constrói em relação aos outros discursos e, nesse direcionamento, Bakhtin investiga, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, as formas que, nos níveis sintático, discursivo e literário, ilustram representações do *discurso no discurso, da enunciação na enunciação* e, ao mesmo tempo, *de um discurso sobre o discurso, de uma enunciação sobre a enunciação* (BAKHTIN, 1999, p. 144).

Ao investigar a questão relativa ao discurso relatado, percebe-se que as formas lingüisticamente marcadas do discurso direto e do discurso indireto, que oferecem representações em discurso do discurso do outro, vistas pelo prisma dialógico, apresentam uma abordagem inovadora a respeito dessa modalidade discursiva.

O discurso direto e o discurso indireto não são tratados apenas como um processo de formalização sintática, através de descrições gramaticais abstratas, mas são encontrados, nessas formas, *documentos que mostram como a língua, numa ou noutra época de seu desenvolvimento, apreende a palavra de outrem e a personalidade do falante* (BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1991, p. 194). Além disso, o autor não perde de vista o fato de que *as*

vicissitudes da enunciação e da personalidade do falante na língua refletem as vicissitudes sociais da interação verbal, da comunicação ideológica verbal nas suas tendências principais (BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1991, p. 194).

Quando falamos a respeito de algo, relata Bakhtin (1991), isto é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras (exemplo de um tema seria “o pronome” – um dos temas da morfologia). Situação distinta ocorre com o *discurso de outrem*, pois ele pode entrar no discurso e em sua constituição sintática, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção e, assim sendo, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem modificar a trama lingüística do contexto que o acolheu.

É importante observar, inclusive, que a enunciação citada, tratada apenas como um tema do discurso, só pode ser caracterizada superficialmente; para se ter acesso ao seu conteúdo, é preciso integrá-lo na construção do discurso. Limitando-nos ao tratamento do discurso em termos temáticos, podemos responder às questões “como” e “de que falava fulano?”, mas o que ele dizia só pode ser descoberto através de suas palavras, mesmo que só sob a forma de discurso indireto.

O falante vê o discurso citado como a enunciação de outra pessoa, datada de uma construção completa e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e alguns elementos de sua integridade lingüística e da sua constituição estrutural primitiva. Por sua vez, a enunciação do narrador, ao integrar uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, tornando-a parte de sua própria unidade, embora conservando de modo rudimentar a autonomia do discurso de outrem.

Esse fenômeno da *reação da palavra à palavra* é fundamentalmente distinto do que acontece no diálogo, no qual as réplicas são gramaticalmente separadas e não são integradas num contexto único, já que não há formas sintáticas com a função de construir a unidade do diálogo. Quando o diálogo se apresenta no contexto do discurso narrativo, estamos diante do discurso direto.

Nas formas do discurso citado, encontramos *um mapa* bastante esclarecedor a respeito de como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele exerce sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida. Esse mapa, se bem interpretado, nos fornecerá indicações preciosas, não a respeito dos processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na *alma* do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis, características da apreensão ativa do discurso de outrem, que se manifestam nas formas da língua. Na verdade, o mecanismo desse processo tem relação não com a subjetividade de cada indivíduo, mas com a sociedade, a qual seleciona e gramaticaliza, ou melhor dizendo: *associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por conseqüência, têm seu funcionamento na existência econômica de uma comunidade lingüística* (BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1991, p. 146).

É conveniente levar-se em conta nessa abordagem o fato de haver diferenças relevantes entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. Toda transmissão tem seu fim específico (narrativa, processos legais, polêmica científica) e leva em conta a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. A importância dessa terceira pessoa é que ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Isso não significa dizer que são as formas sintáticas (as do discurso direto e as do discurso indireto) que exprimem

de maneira direta e imediata as tendências e as formas de apreensão ativa e apreciativa da enunciação de outrem, pois essas formas são apenas esquemas de base padronizados para citar o discurso. A língua não reflete as hesitações subjetivo-psicológicas, mas sim as relações sociais estáveis dos falantes.

A apreensão da enunciação de outrem (sua compreensão e sua apreciação) efetiva-se no quadro do discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outro não é um ser privado da palavra, mas um ser povoado por palavras no seu interior: *Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar “o fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior* (BAKHTIN – VOLOCHINOV, 1991, p. 147).

Na concepção do autor, o erro fundamental dos estudiosos que se debruçam sobre as formas de transmissão do discurso de outrem é divorciá-lo do contexto narrativo, quando o objetivo fundamental da pesquisa deveria ser a interação dinâmica de duas dimensões: o discurso a transmitir, e aquele que serve para transmiti-lo.

O discurso e o contexto de transmissão fazem parte de uma relação mútua dinâmica, a qual reflete os mecanismos da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

A dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado apresenta, segundo Bakhtin - Volochinov (1991, p. 148), duas orientações: a primeira procura conservar a integridade e a autenticidade do discurso de outrem, sendo o mesmo recebido *como um único bloco de comportamento social*, só o *quê* do discurso é apreendido, o *como* não interessa. A palavra apresenta-se, então, dogmática, e as formas de transmissão do discurso de outrem tornam-se radicalmente impessoais. Essa primeira tendência apresenta

um estilo linear cuja principal característica é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do fator individual interno.³⁶

Na segunda tendência, o contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar suas fronteiras. Esse estilo pode ser chamado de *pictórico*. Sua tendência é apresentar um discurso bem mais individualizado, pondo em evidência os diferentes aspectos da enunciação. Não apenas o seu sentido objetivo é apreendido, mas também todas as particularidades lingüísticas de sua enunciação podem ser colocadas em relevo. O narrador é capaz de, deliberadamente, apagar as fronteiras do discurso citado, com o objetivo de colori-lo com seu humor, suas entonações, sua ironia, etc.³⁷

Portanto, para o autor, as formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem não são determinantes por si mesmas, elas atrelam-se estreitamente a uma situação específica de enunciação, sofrendo determinações de um contexto sócio-histórico ideológico.

Bakhtin (Volochinov), ao analisar a transmissão do discurso de outrem, procura caracterizar o seu modo de apreensão através do discurso direto e do discurso indireto, fundamentando sua investigação na distinção entre *esquema de base e variante*. Chama atenção para o fato de que no discurso indireto é necessário fazer-se a análise da enunciação simultânea ao ato de transposição do discurso direto para o indireto, os elementos emocionais e afetivos não são literalmente transpostos ao discurso indireto, pois não aparecem expressos no conteúdo, mas nas formas da enunciação e, antes de fazerem

³⁶ Esse tipo de apreensão e transmissão lingüisticamente despersonalizado e preocupado com o sentido objetivo impera em francês antigo e medieval e nos documentos russos antigos, segundo informações do autor.

³⁷ Toda a segunda orientação, de acordo com Bakhtin, caracteriza-se por um desenvolvimento notável dos modelos de transmissão do discurso: discurso indireto sem sujeito aparente, discurso indireto livre (forma última de enfraquecimento das fronteiras do discurso de outrem).

parte da construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo, ou encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do *verbum dicendi*. Por exemplo, na seguinte enunciação direta: “Muito bom!”, não é possível fazer a transposição simplesmente por “Ela disse que muito bom”. É necessário fazer a transposição de outra maneira, por exemplo: “Ela disse que era muito bom”. Os elementos que povoam o discurso direto e que se relacionam a questões afetivas e emotivas não são admitidos no discurso indireto por sua característica analítica, só entram em sua construção e acentuação relativas aos enunciados interrogativos, exclamativos, imperativos, que vão aparecer apenas no conteúdo. Para o autor, *a análise é a alma do discurso indireto*.

Portanto a análise pertinente ao discurso indireto segue duas direções: a enunciação de outro pode ser transposta como tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante, ou seja, por intermédio da construção indireta, apreende-se, de forma analítica, sua composição objetiva exata (o que o falante disse); ou, de outro lado, a expressão de outrem pode ser apreendida e transmitida como expressão que caracteriza o objeto do discurso e ainda o próprio falante (seu modo de falar, seu estado de espírito, sua capacidade ou incapacidade expressivas). Bakhtin nomeia a primeira de *discurso indireto analisador de conteúdo* e a segunda de *discurso indireto analisador de expressão*. A primeira direção efetiva-se geralmente em contextos epistemológicos ou retóricos (de cunho científico, filosófico, político, etc) nos quais a intenção do autor é de expor a opinião de outros sobre determinado assunto e opô-las ou delimitá-las, ela é rara na expressão literária.

Concluindo, a primeira variante interessa-se pela apreensão da enunciação de outrem no plano temático, ou seja, o sentido é decomposto em constituintes semânticos objetivos, havendo uma certa despersonalização do discurso citado. A segunda preocupa-se

em apreender e transmitir de forma analítica a enunciação de outrem, as palavras e as maneiras de dizer são introduzidas de tal modo que sua subjetividade é percebida.

Devemos, neste momento, retornar a Authier-Revuz, já que o discurso relatado é também objeto de estudo da autora, que investiga as formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto, as quais introduzem, no âmbito da frase, um outro ato de enunciação. No discurso direto, as palavras do outro ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 92), o locutor é apenas um porta-voz. No entanto, no discurso indireto, o locutor, ao se comportar como tradutor, usa as próprias palavras, remetendo a um outro como *fonte do sentido dos propósitos que ele relata*. No capítulo 3, quando abordarmos especificamente a teoria da autora, apresentaremos mais detalhes a respeito dessas duas modalidades, através das quais o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso.

Entramos, agora, em outro ângulo do dialogismo: a intersubjetividade. O sujeito, para Bakhtin, se constitui na alteridade, por intermédio do diálogo. O dialogismo, entendido como interação verbal entre interlocutores, não se relaciona ao que o autor chama de *diálogo externo* (perguntas/respostas, conversações), mas diz respeito à maneira pela qual a interlocução intervém constitutivamente no sujeito e na linguagem. Para Bakhtin (1981, p. 223), *duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência*. Todo discurso direciona-se a um interlocutor, porém é preciso ter-se bem claro que esse interlocutor não se insere no quadro de uma comunicação estática, unilateral, que se realiza entre dois pólos simétricos através dos quais passa a informação. Não existe, para o autor, mensagem pronta, acabada, remetida de A para B, pois ela, na verdade, se constitui no processo de comunicação.

A lingüística do século XIX é criticada por Bakhtin, em sua obra *Estética da Criação Verbal*, por apresentar o processo da comunicação verbal através de uma abordagem distorcida, quando os estudiosos introduzem os dois parceiros da comunicação verbal (locutor e ouvinte) através de um esquema dos processos ativos da fala no locutor e dos processos passivos de percepção e compreensão da fala no ouvinte (de acordo com o autor, visão essa presente até nos cursos sérios como os de Saussure). Para Bakhtin, esses esquemas não estão errados, pois correspondem a abstrações relativas a *certos aspectos reais*, mas falham quando intencionam representar *o todo real da comunicação verbal*, minimizando, dessa forma, o papel ativo do outro no processo da comunicação verbal. O ouvinte, que recebe e compreende a significação lingüística de um discurso, mantém em relação a ele uma *atitude responsiva ativa*:

[...] ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes, já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor (BAKHTIN, 1992, p. 290).

A resposta fônica, muitas vezes, não sucede ao enunciado fônico, a compreensão responsiva ativa do que foi ouvido pode apresentar-se em forma de ato (execução de uma ordem compreendida e acatada), pode, por algum tempo, permanecer como compreensão responsiva muda (os gêneros líricos exemplificam esse tipo de compreensão), nesse caso considerada como uma compreensão responsiva de ação retardada, e, dentro de algum intervalo de tempo, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo se refletirá no discurso ou nas atitudes do ouvinte. Esse tipo de compreensão responsiva de ação retardada fundamenta-se na maior parte dos gêneros secundários da comunicação verbal, valendo, também, para o discurso lido ou escrito.

O locutor, para Bakhtin, anseia por uma resposta, seja ela uma adesão, uma discordância, um ato. Mas o locutor é visto, também, como um respondente, visto não ser o primeiro a proferir a palavra pois ele acessa não apenas um sistema pré-existente da língua, mas pressupõe a existência de enunciados anteriores, aos quais seu enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pressupondo-os já conhecidos do ouvinte. A orientação em direção a um destinatário salienta-se no próprio tecido do discurso que está em construção. Assim sendo, todo discurso pressupõe um diálogo interno entre este discurso e aquele oriundo do receptor. A essas colocações anteriores, podemos acrescentar as de Lacan (1998, p. 249): [...] *Ora, toda fala pede uma resposta. Mostraremos que não há fala sem resposta, mesmo que se depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte.* Ou ainda a seguinte citação (LACAN, 1998, p. 299): [...] *a linguagem humana constituiria, então, uma comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida [...], a fala sempre inclui subjetivamente sua resposta.* Ou mesmo a que segue (LACAN, 1998, p. 259): [...] *a alocação do sujeito comporta um alocutário, ou em outras palavras, que o locutor constitui-se ali como intersubjetividade.*

O locutor, portanto, não é algo exterior ao discurso, mas sua compreensão incorpora-se ao próprio discurso já que ele é interindividual, havendo, assim, a colocação do interlocutor como fator constitutivo do discurso:

O outro do dialogismo bakhtiniano não é nem o objeto exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o duplo, não menos exterior do locutor: ele é a condição do discurso, e é uma fronteira interior, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 121).

Portanto, para Bakhtin, a alteridade, na perspectiva dialógica, efetiva-se através da articulação mantida entre “os outros discursos” e “o discurso do outro interlocutor”.

Procurando, finalmente, sistematizar as colocações apresentadas neste capítulo, buscamos justificar a caminhada até aqui realizada, já que essas escolhas teóricas diversificadas apresentam extrema relevância para a descrição do fenômeno ora investigado.

O conceito de *heterogeneidade*, largamente difundido na obra da autora, justifica a mobilização de tão amplas e diferentes tendências na área enunciativa, possibilitando, assim, a reflexão sobre o lugar específico selecionado por Jacqueline Authier-Revuz para discutir as relações sujeito, linguagem e sentido.

Ao investigar o conceito de heterogeneidade, a autora coloca-se fundamentalmente como lingüista, buscando incansavelmente a descrição da língua através de sua materialidade lingüística, do fio do discurso (quando busca Saussure e Benveniste), deixando de lado as abordagens que investigam língua, sujeito e discurso através de outros exteriores (a análise ideológica do discurso feita pela AD) ou de outros interiores (a teoria intralingüística de Ducrot).

Apesar de convocar dois exteriores teóricos de origem e conseqüência distintas, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a revisão, feita por Lacan, da teoria do inconsciente freudiano, a autora encontra, entre eles, pontos de convergência: o fato de fornecerem para a relação sujeito, linguagem e sentido a idéia de alteridade constitutiva, de não homogeneidade. Amparamo-nos, neste momento, nas palavras de Brait (p. 3-4), quando ela afirma que é o conceito de “*outro constitutivo do eu/discurso*”, portanto, que sustenta a originalidade e a contribuição decisiva dessas duas teorias para os estudos do sujeito e da linguagem[...] é o conceito de “*outro*” que constitui o núcleo central, nevrálgico, ao mesmo tempo ponto de contato e diferenciação entre as duas teorias.

O conceito de outro em Bakhtin é construído a partir da abordagem da linguagem como constitutivamente dialógica, apontando para duas perspectivas: “o outro enquanto discurso” (interdiscursividade), e o outro enquanto receptor (a intersubjetividade), perspectivas essas que, ao atravessarem o sujeito, não impossibilitam a instauração do um absoluto e da homogeneidade.

O outro para Lacan tem origem no inconsciente e pode ser definido de vários modos: *é o lugar em que se constitui o sujeito; o inconsciente é o discurso do outro; o outro é a outra cena (o inconsciente) descrito por Freud.*

Se o “outro de Bakhtin” ancora uma perspectiva de abordagem e o “outro lacaniano” sedimenta outra, nem por isso Authier-Revuz as contrapõe em seu estudo. Na verdade, ela se serve das duas para investigar as formas de heterogeneidade marcada numa dimensão lingüística, verificando as intersecções existentes entre sujeito, língua e sentido.

O capítulo seguinte abordará especificamente o cerne constitutivo da teoria da autora, partindo do estudo da heterogeneidade mostrada e da heterogeneidade constitutiva articulado à conotação autonímica, chegando às não-coincidências do dizer, através da investigação específica da modalização autonímica, visto que na língua o sujeito se revela e, por seu intermédio, ele se constitui, sendo essa abordagem relevante para nosso estudo.

3 O PERCURSO DAS HETEROGENEIDADES ÀS NÃO-COINCIDÊNCIAS: DA CONOTAÇÃO À MODALIZAÇÃO

... o próprio do discurso inter-humano é o mal-entendido.

Lacan, 1981, p. 184

... essas palavras embutidas, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se..

Authier-Revuz, 1998, p. 26

Passamos, neste terceiro segmento de nosso trabalho, à descrição dos fundamentos básicos da teoria da autora. Se inicialmente nos preocupamos em relatar o trabalho fundador de Rey-Debove a respeito da metalinguagem, o qual serviu de ancoragem para a teoria de Authier, e, logo após, buscamos situar a perspectiva enunciativa na qual insere-se o estudo de nossa teórica, agora é chegado o momento de procurarmos delinear, embora de modo conciso, as linhas mestras da teoria que sustenta nossa investigação a respeito da fala do aluno em situações específicas de discurso no âmbito acadêmico.

Primeiramente, descreveremos as formas de heterogeneidade mostrada no discurso, vistas como manifestações dos diversos tipos de *negociação* do sujeito falante com aquilo que a autora chama de heterogeneidade constitutiva, procurando, em pinceladas rápidas, fazer referência às primeiras abordagens da autora relativas às *rupturas enunciativas*, desde seu enfoque relacionado ao *discurso citado* (1978) até seu trabalho “Paroles tenues à distance”, apresentado no Colóquio *Matérialités Discursives* (1980).

Logo após, abordaremos as não-coincidências do 11dizer e as formas lingüísticas através das quais se realizam na materialidade do fio do discurso.

3.1 HETEROGENEIDADE MOSTRADA NO DISCURSO E HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA DO DISCURSO: DUAS ORDENS DE REALIDADE IRREDUTÍVEIS, MAS ARTICULÁVEIS E SOLIDÁRIAS

Assentando a interpretação analítica na materialidade lingüística, Authier (1982) apresenta a heterogeneidade como constitutiva da enunciação. O sujeito, projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, situa seu discurso em relação ao discurso do *outro*, que envolve não apenas o destinatário, para quem planeja e ajusta sua fala, mas que também encerra outros discursos anteriormente constituídos (interdiscurso) e que emergem em sua fala, tendo-se, desse modo, um sujeito que divide o espaço discursivo com outro. Percebe-se a manifestação dessa heterogeneidade na própria superfície discursiva, através de formas marcadas que vão das mais simples às mais rebuscadas, passando pelos tipos mais explícitos e chegando, inclusive, nos que dependem de interpretação.

As primeiras abordagens da autora em relação às rupturas enunciativas partem do seu estudo a respeito do *discurso citado* (1978)³⁸. Authier-Revuz aborda essa modalidade discursiva como propriamente um relato de atos de enunciação e não apenas de palavras. Expõe, no decorrer de sua investigação, várias teorias que já abordaram as formas do discurso citado, tanto as do DD como as do DI, estabelecendo um grande recorte, dividido em duas abordagens distintas: uma que considera o DD e o DI como dois modos distintos

³⁸ As considerações pertinentes a essa investigação da autora são apresentadas aqui de forma reduzida, apenas com o propósito de resgatar seus trabalhos iniciais a respeito da heterogeneidade. É importante ressaltar que, a partir de 1982, quando desenvolve as noções de *heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva*, a perspectiva de Authier-Revuz muda sensivelmente. Mais tarde, a autora volta a estudar o discurso relatado, aprofundando e apresentando novas abordagens a respeito do tema: “Observações no campo do discurso relatado” (*Palavras incertas*, 1998, p. 133-61, cf. bibliografia).

de relatar a palavra do outro entendida como ato de enunciação; a outra, que apresenta o DD e o DI como variações morfossintáticas do fenômeno mais geral do discurso citado. Apresenta a oposição entre ambos do seguinte modo: dizer

{: “...” para DD e dizer {: que... para o DI.

Um outro texto da autora, “Paroles tenues à distance” (1980), vislumbra também a questão da heterogeneidade. Ao trabalhar a problemática das *aspas*, introduz a perspectiva do *outro* no discurso do sujeito. As aspas são vistas como uma marca de distanciamento que o locutor pode colocar em suas palavras quando escreve. Seus valores são da autonomia e da conotação autonímica³⁹. Restringindo sua investigação às aspas de *conotação autonímica*, Authier trabalha com duas perspectivas: na primeira, as aspas ilustram a suspensão de responsabilidade do enunciador, e na segunda, sinalizam que estão deslocadas de seu lugar pelo fato de pertencerem a outro discurso.

A autora embasa sua investigação em cinco tipos diferentes: aspas de *diferenciação*, de *condescendência*, de *proteção*, de *questionamento ofensivo* e de *ênfase*.

As aspas como *instrumento de distinção* são empregadas em estrangeirismos, neologismos, palavras técnicas e familiares, assinalando a distância existente entre as palavras do locutor e as dos outros:

A “giscardização” acelerada da administração superior.

Nas aspas indicando *condescendência*, o locutor utiliza uma palavra apropriada ao universo do receptor, marcando seu distanciamento em relação ao contexto especificado por ela. Aspas paternalistas, concessivas, pedagógicas, de vulgarização:

³⁹ Os termos *autonomia* e *conotação autonímica* são desvendados pelo universo teórico de Josette Rey-Debove (1978) e, a partir deles, mais tarde, Authier-Revuz estabelece seu estudo sobre a *modalização autonímica*. Maiores esclarecimentos a respeito desses termos encontram-se nas páginas 25-7 deste trabalho.

Ora, muitas vezes, essa atividade das células torna-se lenta. A pele, especialmente se for seca ou fina, “estica”... (Publicidade de produto de beleza, em **Elle**, 1980).

Uma outra modalidade de distanciamento em relação à palavra “não plenamente apropriada” é a palavra “dita por um outro”. Acontece quando o enunciador se vê obrigado a empregar palavras povoadas de um saber que ele não considera ter ou de uma situação social que julga não ser a sua, emprego retraído das palavras, fala receosa de um *locutor ilegítimo*. Nessa situação são usadas as aspas de proteção:

Os leitores de La Croix acompanharam “ao vivo” o lançamento do foguete Ariane (Publicidade para **La Croix**).

Existe ainda o caso em que as aspas questionam de modo ofensivo a adequação de uma palavra. Ou melhor dizendo, quando o locutor vê-se obrigado a falar com palavras que são impostas pelo exterior, ele pode defender-se com essas aspas que são uma *reação ofensiva em uma situação dominada* (AUTHIER-REVUZ, 1981, p. 132):

O “nervosismo tradicional” das mulheres está presente para corroborar a idéia de que estamos sempre no limite do equilíbrio...(F. **Magazine**, mar. 1980)

E, o último tipo, as *aspas de ênfase* (substituíveis por itálico ou negrito) ressaltam que *é isso exatamente o que eu quero dizer*.

Sobre todos os assuntos (...) LA CROIX lhe traz as informações, as precisões, os números, graças aos quais você formará uma opinião (“sua” opinião)... (Publicidade em **La Croix**)

Finalizando, se as aspas representam, em um discurso, seu discurso com o exterior, ao mesmo tempo elas afirmam um interior: o próprio discurso do locutor e, desse modo, a ilusão do sujeito de que há palavras suas é mantida justamente pelo distanciamento que

promoveu em relação a esse exterior ao discurso. Assim sendo, mantém-se a ilusão, para o locutor, de uma fala própria e adequada em oposição a uma outra fala vinda de outro lugar, mas nem por isso essa palavra outra pode ser desprezada, já que ela, ao mesmo tempo, delimita e constitui o discurso⁴⁰.

Em um outro texto, o qual foi publicado posteriormente à sua tese de estado⁴¹, Authier-Revuz refere-se ao estudo das aspas em uma outra perspectiva, situando-as no campo da modalização autonímica, ou seja, *como um sinal pleno, autônomo, não apenas um sinal de acompanhamento, de repetição, mas um sinal que marca uma modalização do dizer*. No texto mencionado anteriormente, a autora, inclusive, estabelece relações desse sinal da escrita com sua ocorrência no oral, constatando a falta criada no discurso oral pela ausência de tal sinal escrito, a qual ocasiona vários fenômenos próprios às aspas: *a gesticulação* (fazer *gesto de aspas* no ar com os dois dedos, com uma ou as duas mãos), ilustrando uma escrita no espaço da palavra que reintroduz o discreto, a ser distinguido da gesticulação em geral (sorriso, gesto com a cabeça, etc.), que pode acompanhar diversas entonações; *a verbalização do sinal escrito* (os muitos *com aspas, entre aspas*) não se reduzindo essa verbalização a uma simples realização de enunciado escrito (ou aos empregos enfáticos no oral de *ponto final, ponto de exclamação*, etc.). Refere, ainda, nessa direção, a *proliferação de intensificadores* dessa verbalização das aspas, a qual o sinal escrito não permite (*seis pares, toneladas, um imenso par de aspas*).

Salientamos, outrossim, como extremamente relevante nesse seu estudo, o fato de ele inserir as aspas no terreno do que Rey-Debove (1978) denomina de *metalinguagem natural*, ou seja, o conjunto dos sinais da língua através dos quais pode-se fazer um estudo

⁴⁰ Para maiores informações a respeito do estudo sobre as aspas, ver “Paroles tenues à distance”, apresentado no Colóquio Matérialités Discursives de 1980, cf. bibliografia.

⁴¹ Maiores detalhes podem ser obtidos no texto publicado por DEFAYS, J. M.; ROSIER, F. Tierin (org.). *À qui appartient la ponctuation?* 1998, cf. bibliografia.

reflexivo sobre ela própria, levando sua distribuição a reconhecer duas ocorrências específicas: *a conotação autonímica* (uso com menção), estrutura semiótica completa descrita por Rey-Debove (1978); *a modalização autonímica*, correspondendo a uma *marca lingüística autonímica, portadora de um valor enunciativo próprio*, tratando-se de um desdobramento metaenunciativo que opacifica. Para a autora, *essa parada sobre a palavra* pode suscitar vários conflitos e polêmicas a respeito de seu emprego, o que demonstra *a latitude interpretativa* que eles representam.

Em um artigo de 1982⁴², Authier-Revuz descreve as formas da heterogeneidade mostrada no discurso, vistas como manifestações dos diversos tipos de negociação do sujeito falante com aquilo que a autora chama de heterogeneidade constitutiva.

Aborda, inicialmente, as formas explícitas da heterogeneidade, dizendo que *No fio do discurso que, de fato, um locutor único produz materialmente, um certo número de formas lingüisticamente apreensíveis ao nível da frase ou do discurso, inscrevem, na linearidade, o outro.*

Inicia a descrição dessas formas pelo discurso relatado, mostrando como as formas sintáticas do DD e do DI designam, de maneira unívoca, no quadro da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor, através de suas próprias palavras, remete a um outro como origem do sentido dos propósitos por ele relatados. No discurso direto o locutor apresenta-se como *porta-voz*.

Outra forma mais complexa de heterogeneidade surge nas várias formas marcadas da conotação autonímica, ou seja, o locutor faz uso de palavras *inscritas no fio do seu discurso* e, ao mesmo tempo, mostra-as. O locutor, ao mesmo tempo, é usuário e

⁴² O referido artigo, intitulado “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para a abordagem do outro no discurso”, corresponde a uma série de conferências realizadas no seminário do DRLAV, entre novembro de 1980 e janeiro de 1982.

observador das palavras utilizadas. O fragmento assim empregado é marcado por aspas, palavras em itálico, uma entonação e/ou as formas de comentário (glosa, retoque, ajustamento). Essas formas podem ser consideradas como um tipo de metadiscorso que *especifica e explica* o estatuto particular do elemento referido. Authier salienta que seu objetivo não é detalhar o conjunto dessas formas, mas pretende revelar esquematicamente esses *mecanismos normais* da comunicação. E continua, apresentando outras formas da autonímia que serão relatadas a seguir.

A realização do discurso numa língua ou variedade de língua (técnica, regional, familiar, etc.) adequada aos interlocutores e à situação comunicativa (palavras que nomeiam o outro, ou o traduzem, ou o explicam): *Vagens, al dente, como dizem os italianos.*

A concordância de dois locutores quanto à adequação da palavras à coisa e à situação, através de elementos que expressam dúvida, reserva (*x, de algum modo, metaforicamente*); hesitação (*x, enfim x; se se pode dizer,...*); retoque ou retificação (*x, ou melhor, y*); jogos sutis (*x, se você permitir, se você me der a palavra*): *Esta noite marcamos um evento, um feliz evento, se me permitem esta fórmula...*

A significação da palavra como normalmente evidente, através de instruções variadas a respeito da interpretação de um elemento em destaque (*x, no sentido de p; não no sentido de p, mas...*): (*...*) *ela se refugia nos lugares românticos no sentido em que se entende então essa palavra, como sinônimo de pitoresco e selvagem.*

A pertença de palavras ou seqüência de palavras ao discurso que está sendo feito, ou seja, as várias formas de um outro discurso já realizado (*x, como diz x; usando as palavras de x; de acordo com x...*): *-(O poeta) é, segundo Baudrillard, de quem retiramos a acidez, um acelerador de partículas da linguagem.*

A seguir, as formas do discurso indireto livre, da ironia, da antítese, da imitação, da alusão, da reminiscência, do estereótipo são vinculadas à noção de conotação autonímica, mas, nesse caso, a presença do outro, ao contrário, não é explicitada por marcas unívocas dentro da frase, são marcas interpretadas no discurso em razão de seu exterior; esse jogo acontece no espaço do sugerido, do não-explicito. Através desse tipo de jogo, determinados discursos obtêm sua eficácia retórica, colocando, em relevo, a presença do outro, a qual se instala sem o auxílio do *dito*.

Um outro tipo de heterogeneidade mostrada pode se inscrever na linha do discurso: *o das outras palavras, sob, nas palavras*. São modalidades explícitas através das quais a presença de um outro significante pode ser marcada numa seqüência, para um interlocutor que não pode ignorá-lo. Como modalidades desse tipo temos as seguintes: o envio explícito a uma forma gênero repertoriada, que codifique a dupla leitura (palíndromo, acróstico ou inversão); a construção de uma cadeia que não poderá receber um sentido, a não ser que em um ponto o interlocutor decida-se por escutar dois; a justaposição-superposição por invasão da palavra-valise: *accumonceler* ou *amoncumuler* (esgoelar/engolir: esgolir); a realização direta de uma inversão lúdica das palavras em textos que tenham sofrido transformações do verlan (linguagem que inverte sílabas), de metáteses (*un juor miid sru la palte-frome* no lugar de *un jour midi sur la plate-forme*), de inversões burlescas (*Allo, le copissaire de molice?* no lugar de *Allo, le commissaire de police?*).

Iniciando-se pelas formas marcadas que dão lugar lingüisticamente descritível ao outro, passando-se pelo continuum das formas perceptíveis da presença do outro, desemboca-se na presença do outro em tudo, sempre no discurso, o que não pertence a uma abordagem lingüística. Segundo a autora, a heterogeneidade constitutiva é, para a descrição

lingüística das formas da heterogeneidade mostrada, uma *ancoragem necessária*, exterior à lingüística, mesmo nas formas mais explícitas, intencionais e delimitadas da presença do outro no discurso.

Nesse seu estudo, a autora procura fundamentação em duas abordagens não lingüísticas para a heterogeneidade constitutiva: o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise (através de uma releitura de Freud feita por Lacan)⁴³. Frisa a importância, para os estudos lingüísticos, desses pontos de vista exteriores e os deslocamentos provocados por eles nesse campo.

Assim sendo, as formas de heterogeneidade mostrada são uma manifestação direta da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso, elas são elementos da *representação fantasmática* que o locutor apresenta de sua enunciação.

As formas marcadas da heterogeneidade mostrada, ao mesmo tempo em que colocam um exterior em relação ao discurso, possibilitam uma outra exterioridade, a do enunciador, o qual é capaz de se distanciar de sua língua e de seu discurso, de tomá-los como objeto, mirando-os de longe. Esse distanciamento objetiva-se principalmente nas glosas de retificação, de reserva, etc., as quais fazem desse enunciador um juiz de seu próprio dizer.

A heterogeneidade constitutiva do discurso refere-se aos processos reais de constituição de um discurso, e a heterogeneidade mostrada relaciona-se aos mecanismos de representação, num discurso, de sua constituição. Assim sendo, no campo da enunciação, esses dois níveis distintos convivem lado a lado, solidariamente, e eles são as condições

⁴³ Essas abordagens já foram descritas no item II deste trabalho.

reais de existência de um discurso e de sua representação⁴⁴.

3.2 ENCONTRO E REPRESENTAÇÃO DAS NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER

A questão da dupla heterogeneidade é retomada minuciosamente por Authier-Revuz, em sua tese de doutorado de Estado (1995), sob a denominação de *não-coincidências*. Através de um corpus composto por quatro mil exemplos de enunciados expressos (oriundos de diversas modalidades e gêneros discursivos), a autora identifica, inventaria, classifica e descreve as formas - lingüísticas ou discursivas – através das quais se realiza o desdobramento metaenunciativo próprio à modalização autonímica. Procura, logo após, caracterizar a particularidade desse modo enunciativo desdobrado, portador de uma distância interna, investigando sua função na economia enunciativa, demonstrando suas diversas realizações oriundas de posições enunciativas particulares a discursos, gêneros, sujeitos.

A modalização autonímica suspende localmente, no termo visado, o caráter *evidente* vinculado ao uso padrão, conferindo a um elemento do dizer *o estatuto de uma maneira de dizer relativizada entre outras*. Essa configuração, que sobrepõe dois planos - *x e uma representação do dizer de x, realizada sobre o fio único do discurso* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 19) - , afeta de não-um o funcionamento da enunciação, a qual se apresenta como alterada duplamente, no sentido de *alteração e alteridade*.

⁴⁴ Por outro lado, tanto o discurso científico, quanto a escritura poética são tipos de discurso que não apresentam, tendencialmente, nenhuma marca de heterogeneidade mostrada. Como *palavras sem margem*, ou seja, sem outro reconhecido e mostrado nelas mesmas, esses dois discursos se encontram. Nos dois casos, tem-se a tendência de abolir a distância essencial que o sujeito, em sua fala, marca entre ele e a realidade exterior: em um caso, puro significante; no outro, preso a uma proliferação de sentidos, o sujeito se apaga em detrimento de um processo de produção do discurso por uma *lei interna*. Em ambos os casos, o discurso escapa da vontade do sujeito falante e de um projeto consciente de significação (AUTHIER-REVUZ, 1982, p 148).

Vários tipos de não-coincidência ou de heterogeneidade são, assim, representados como alterando localmente o dizer: a não-coincidência interlocutiva entre enunciador e enunciatário; a não-coincidência do discurso com ele mesmo; a não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras com elas mesmas.⁴⁵

Procurando entender melhor essas imagens dadas pelos enunciadores do *encontro* que eles fazem em seu dizer, com diversas não-coincidências, e da *resposta* que eles fornecem a elas, é preciso não confundir o plano das *representações do dizer* pelo locutor e do seu *funcionamento real*. As formas de representação de fatos de não-coincidência aparecem, no processo enunciativo, preenchendo uma *função positiva de desconhecimento* das não-coincidências fundamentais que o cercam. A função dessas formas metaenunciativas deve ser reconhecida de dois modos: daquele em que representam gestão local de pontos de não-um (precaução, correção, diferenciação, etc.) em termos de estratégias comunicacionais e, no outro, em que elas manifestam (num modo que não depende da intencionalidade) a negociação obrigatória do enunciador com o fato das não-coincidências que afetam irredutivelmente seu dizer, o reconhecimento do jogo do não-um, ao modo da denegação, pela representação que dele é dada, como uma falha, um tropeço, um acidente, reafirmando desse modo, o fantasma de coincidência, de UM, que é tão necessário ao sujeito.

3.2.1 Pontos de não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores

Articulando um imaginário da coincidência a um real de não-coincidência, esse conjunto de glosas metaenunciativas coloca em funcionamento a distância entre os sujeitos falantes, produzindo figuras de não-coincidência interlocutiva.

⁴⁵ As não-coincidências do dizer são apresentadas neste capítulo de forma extremamente esquemática, visto não ser nosso objetivo esgotar a abordagem da autora, já que pretendemos apenas selecionar os elementos mais significativos para nossa investigação. Os exemplos usados para ilustrar cada domínio das não-coincidências foram colhidos em sua tese (1995).

Nesta modalidade, deve-se levar em conta o fato de que toda enunciação é endereçada a um interlocutor, o qual comporta-se como co-autor do enunciado, sendo chamado para produzir um sentido compartilhado (o *tu* intervém na representação reflexiva da enunciação do *eu*).

Tomando um direcionamento distinto das interpretações que apresentam essas formas como atestadoras de *cálculos, estratégias* interpessoais de precaução, ataque, sedução (recebendo assim um estatuto simples e bastante *ingênuo* de respostas instrumentais, operatórias, para um problema de funcionamento), Authier salienta que, na verdade, elas marcam a relação de dois sujeitos não simetrizáveis, abordagem essa que se apóia em uma concepção pós-freudiana do sujeito não-coincidente com ele mesmo, através do inconsciente (ver item II). Nessa concepção, a comunicação concebida como produção de UM entre os co-enunciadores é vista como um engodo, pois ela é marcada pela distância de uma irreduzível não-coincidência cuja diferença, *de nenhum ponto de vista pode ser preenchida* (MILNER, 1978, p. 63). Mas é importante salientar que isso não significa cair em *algum negativo absoluto da incomunicabilidade e da morte do sentido* (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 9), mas, por outro lado, é propor que o não-um na intersubjetividade seja *condição positiva para que o sentido aí se produza* (idem, ibidem). Portanto, o que é chamado aqui de não-coincidência interlocutiva é posto como fato estrutural e não acidental. E o desconhecimento do sujeito falante em relação a esse fato é condição para que o discurso possa ser produzido *ao abrigo* do sentimento permanente da falha que o atravessa.

A partir daí, as glosas metaenunciativas que põem em jogo explicitamente a dimensão interlocutiva apresentam um estatuto enunciativo complexo, já que não se trata aqui de negar a realidade, no processo co-enunciativo, das estratégias comunicacionais, nem de recusar o caráter operatório das categorias empregadas nas análises

conversacionais; mas, sim, de articular tais imagens de regulação da co-enunciação ao real do não-um que, constitutivamente, a afeta. Assim, o estatuto simples dessas glosas (de resposta funcional a uma dificuldade local de comunicação) se desloca para aquele sintomático, contraditório, de irrupção e de máscara do não-um constitutivo da relação interlocutiva.

3.2.1.1 Panorama das figuras da não-coincidência interlocutiva

Partindo de uma infinidade potencial e de um conjunto concreto de “400 glosas de interlocução”, colhidas nos mais variados tipos de discurso (orais e escritos), a autora procura, em sua tese, registrar e descrever aprofundadamente o funcionamento de cada um dos tipos de jogo enunciativo que essas glosas inscrevem no processo da interlocução. Authier-Revuz (1990, p. 11) destaca que é impossível fazer-se um inventário completo dessas formas pois, mesmo se for destacada uma incontestável tendência à estereotipia, ao congelamento, prestando-se à formação de *tiques*, a criatividade metaenunciativa permanece inteira.

As respostas do enunciador ao não-um interlocutivo inscrevem-se em dois grandes movimentos: umas colocam em cena a tentativa de *conjurar* os efeitos negativos para a co-enunciação dessa não-coincidência ao reinstaurar ali o UM. Outras, ao contrário, o movimento representado consiste em *constatar* o fato de não-coincidência e em *fazer representar o dois*.

1 – Conjurar a não-coincidência local - restaurar o UM

Diferentemente das formas arquetípicas do enunciado fático (“Oi, você está me ouvindo?”), destinado a verificar a transmissão física da mensagem, condição da

comunicação, as formas aqui apresentadas visam a assegurar condições de outro tipo: as do compartilhamento pelos co-enunciadores das maneiras de dizer e do *sentido* dessas mesmas maneiras. Nesses dois planos, realizar-se-á a conjunção da ameaça que o não-um faz pesar sobre a co-enunciação, em estratégias que procuram *prevenir* seja *uma recusa de co-enunciação de uma maneira de dizer*, ou *um risco de não transmissão do sentido pretendido*.

a) Prevenir uma recusa de co-enunciação de uma maneira de dizer

No primeiro caso, essas figuras colocam em cena um outro *comprometido* e não apenas um simples registrador que tais glosas põem em cena, um outro cuja participação na co-enunciação, mesmo no modo do desacordo, é condição de execução.

Três modalidades distintas restabelecem o UM numa interlocução que o dois ameaça: a injunção a dizer em uma só voz (*digamos x*); o apelo à boa vontade do outro (*x, permia-me dizer...*); suspensão do dizer ao querer do outro (*x, se você quiser, se entende o que quero dizer*). Todas essas figuras, encenando uma *evitação* da recusa do outro, comprovam o fato de que “quando eu lhe falo” “somos nós que falamos”.

Digamos X (a injunção a dizer em uma só voz)

Através das formas *digamos x* e suas variantes (suponhamos, chamemos), o enunciador elimina a não-coincidência do *eu* e do *tu*, anexando o outro a seu próprio querer e reduz a diferença existente entre ambos pela assimilação de um nós-enunciador, estabelecido imperativamente *por ele*, como fonte das palavras que *ele escolhe* (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 183): A – (...) *conseguirá sair do buraco a equipe da França*. B- *do impasse, digamos*. (Comentário a respeito de uma partida de futebol)

Os dois ingredientes dessa figura preventiva de redução do dois ao UM de um querer comum estabelecido pelo eu são de ordem pessoal – um nós, inclusivo, restrito à comunidade interlocutiva do eu + tu/você – e modal – realizada pelo imperativo, segundo Authier-Revuz (1995, p. 185). Excetua-se o caso de junção *x*, *digamos (de preferência) y* de valor retificativo, colocando uma reserva sobre o termo anterior em relação ao qual o enunciador é convidado a participar: (...) *a reedição sistemática de obras, digamos, dos opúsculos de Nathalie Barney (...)* (LE NOUVEAU F, n. 13, p. 38, 1983).

Digamos x e todas as suas variantes prenunciam uma reserva potencial sobre *x* que reúne o par *eu/tu* e ultrapassa-a no modo de um *digamos a despeito de* ou *mesmo se*, cujo leque de possibilidades se distribui em duas vertentes: a de uma incitação, na tonalidade de escusa, a contentar-se simultaneamente com um termo pouco satisfatório – é o valor dominante de *digamos x*, o exclusivo de *suponhamos (aceitemos, admitamos, conservemos, chamemos isso desse modo, etc.)*: *O que é dos sistemas...bem, mantenhamos esse modo de falar, esses sistemas.* (Oral, Seminário, 8 fev. 1985); ou de uma exortação, com tonalidade de encorajamento, para transgredir em conjunto, com audácia, uma hesitação em enunciar uma palavra necessária (*digamos a palavra, ousemos a palavra, não tenhamos medo da palavra*): (...) *que a própria feminilidade, seu atrativo, e digamos a palavra, sua beleza, possam(...)* (ROSALATO, *Le désir et la perversion*, Seuil, p. 86).

Authier-Revuz (1995, p. 187) chama atenção para outras ocorrências da forma *digamos x*, quando empregada como “tique” de linguagem, pontuando o discurso de certos enunciadores, permanentemente ou em determinadas situações, mostrando que, nesses casos, mesmo que automáticos, não convém falar de desmotivação⁴⁶, pois isso voltaria a

⁴⁶ Explicitando esse conceito, Authier-Revuz (1995, p. 187) cita Vendryès (1939) a respeito da *descoloração* (décoloration) dos elementos subjugados ao domínio do automatismo: é próprio das formas da linguagem afetiva o fato de serem usadas com muita rapidez. A parte afetiva se apaga (s'en efface) e resta apenas uma expressão descolorida. A linguagem falada pontua de bom grado suas frases com uma grande quantidade de termos desprovidos de expressão: “bem”, “né”, “viu”, “tá”...

estabelecer uma classe de elementos “tiques” de linguagem, equivalentes e intercambiáveis em sua função de acompanhamento do dizer. Através dessa forma de modalidade autonímica “tique”, manifesta-se no(s) parâmetro(s) de não-coincidência e no tipo de negociação com essa não-coincidência que aí são ditos, a relação profunda e singular do enunciador com o fato da enunciação. Ao contrário, do ponto de vista da relação do sujeito enunciador com seu dizer, os *tiques argumentativos* do tipo *bem, então, por exemplo*, não são equivalentes aos tiques especificamente metalingüísticos das glosas reflexivas, pois esses últimos, não dominados pelo enunciador, não são redutíveis a uma função de pontuação, de estruturação.

X, permita-me dizer (apelo à boa vontade do outro)

Outra figura de prevenção de uma recusa de co-enunciação, não mais a que exige do outro que ele se funda ao UM do nós, é a que requer do outro que ele não recuse as palavras que o um lhe dirige.

Os componentes dessa forma são de ordem pessoal (*você/eu*) e modal: por um lado, em forma de *ato consumado*, uma injunção realizada por ordem decrescente de frequência, através do imperativo, subjuntivo – *que alguém me passe* - e futuro – *você me passará*; por outro lado, como *ato descrito*, com os verbos passar, permitir, perdoar, com as expressões *não franza as sobrancelhas, não grite*, ou ainda a forma sintética corrente: *x, perdão, y*.

X, se você quiser (a suspensão do dizer do um ao querer do outro)

Aqui o dizer de x é apenas uma *potencialidade do dizer*, enquanto ele não *tomou corpo* no querer do outro, condição de sua efetuação. Essas respostas, em um diálogo,

levantam dois querereres distintos, o *se quiseres* reflexivo evita o risco de não-coincidência entre dois querereres, subordinando o dizer do um à única lei do querer do outro.

Assim, essas figuras (*se você quiser mesmo, se você faz questão, como você quiser*) transferem ao você a tarefa de atualizar uma das potencialidades do dizer propostas pelo enunciador.

A modalidade *se você quiser*, mesmo nas situações em que se apresenta como expressão congelada, não é vista por Authier-Revuz (1995, p. 195-196) como forma desmotivada, ou seja, descolorida, desprovida de expressão, automatizada, mas como maneira específica da reserva como suspensão do dizer de si ao desejo do outro que, quando usada repetitivamente, transforma-se em signo representante da maneira pela qual, para um enunciador, se processa a relação com o outro e ao seu *distanciamento* na palavra. Pode figurar como contrapartida metaenunciativa da crítica de A dirigida a B (1) ou como um tique do locutor A ativado ao dirigir-se a um B considerado mais competente (2):

1 - Não, escuta, o que eu penso, não sei, talvez fosse preferível, talvez não fazer um verdadeiro projeto, acabado, se quiseres, antes proposições, mesmo um pouco vagas, se quiseres, até mesmo se tivesses refletido muito mais antes, há momentos em que isso vai mal, se quiseres (**Conversa particular**, 12 out.1985).

2 - Não era verdadeiramente falho, se quiseres, era um pouco..., faltava unidade, se quiseres, cada peça era até bem feita, mas tinha um jeito finalmente um pouco| mal-acabado, se quiseres (**Conversa particular**, 8 fev.1986).

b) Prevenir um risco de não-transmissão “do” sentido

A não-coincidência interlocutiva apresenta-se aqui como a do não-um no nível do sentido, entre o que o um *quer dizer* dizendo X, e o que o outro compreende ao receber X. Nesse tipo de glosas, o enunciador se previne contra o risco da ruptura de transmissão, quando o outro *nada compreende* ou quando *não compreende exatamente*. Assim, entra em cena o outro como intérprete, através de duas estratégias: uma senha de interpretação

dirigida ao outro e uma suspensão da enunciação na realização da coincidência dos sentidos *desejados e aceitos*.

Instrução de “boa interpretação” – *X, compreenda*

No universo das glosas opacificantes destinadas à especificação do sentido de um elemento *X* (*x, no sentido de..., x, o que significa*), as glosas que nos interessam nessa modalidade, ao contrário das primeiras, colocam em cena o interlocutor. Através de formas injuntivas, combinando elemento modal (imperativo, subjuntivo, infinitivo, futuro) e elemento pessoal (você, alguém, nós), a enunciação de *x* é desdobrada por uma instrução interpretativa, endereçada ao outro com o objetivo de anular o desvio suscetível de se produzir na transmissão entre “aquilo que digo” e “o que você compreende”. A balizagem interpretativa do enunciador a respeito do sentido de suas palavras assume três formas: instruções de tradução do tipo *X, traduza, compreenda Y*; indicações especificadoras: *X, tome a palavra no sentido...* e senhas de recepção atenta: *X, note bem a palavra*.

Transmissão do não-dito afirmada ou dada como condição do dizer: *X, se você percebe o que eu quero dizer*.

Essas formas congeladas: a da afirmação, com nuances imperativas e interrogativas (percebe) e a da condição estabelecida na efetividade do dizer de *X* (*não digo realmente X, se você percebe o que quero dizer com isso*) aparecem como elementos explícitos da implicação e designam o subentendido, a eufemização de um dito oculto em relação ao querer dizer, situando a (não)-coincidência interlocutiva quanto ao sentido no nível do *não-dito*, do UM a ser reconstruído pelo outro.

Não devemos reduzir essas figuras às manobras retóricas que objetivam enfatizar, sob a figura de sua ausência, a palavra adequada, presente na mente do falante. Essas

manobras, na verdade, podem vir a designar e preencher um distanciamento interno, para o próprio sujeito, entre seu querer dizer e o seu dito. Assim sendo, o *não-dito* corresponderia não ao *tu*, mas a um querer dizer não concluído em um determinado sentido como aproximativo, insuficiente. E o que faz o *se você percebe o que eu quero dizer* é depositar no outro (que percebe) a realização desse querer dizer colocado em suspenso pelo dito: *Ela foi, digamos assim, desmoralizada, se você percebe o que eu quero dizer, isso durou muito tempo para ela, até mesmo ela é às vezes...como dizer...mal-humorada, sabe* (Conversa, fevereiro de 1985). Outras glosas que empregam também o “eufemismo” (*X, é dizer pouco, para falar honestamente...*) ou a “não-conclusão” (*x, enfim, esta não é a palavra...*) testemunham uma posição particular do enunciador em sua relação conjunta com o outro interlocutor e com seu próprio sentido: a de uma palavra incerta em relação a ela mesma, tentando achar em uma coincidência com o outro, *restituidor do não-dito*, o UM cuja falta ela sente nela mesma.

2 – Constatar a não-coincidência – fazer funcionar o dois

Esse segundo tipo de gestão põe em cena, em vários gêneros discursivos: polêmica, vulgarização científica, entre outros, não o *você* em sua atividade de recepção, perdoando, compreendendo, percebendo, mas o próprio *você*, portador de um certo discurso, ou seja, de uma rede de maneiras de dizer não idêntica à do enunciado.

A representação dessa não-coincidência entre minhas palavras e as suas inscreve-se em duas configurações inversas: *as palavras que eu digo são as minhas, não as suas e as palavras que eu digo são as suas, não as minhas*. As primeiras são as formas do tipo *X, como você não diz/não diria* (ou: *eu sei que você não gosta da palavra*); *X, como nós dizemos* (nós exclusivo) e *X, você diz/diria Y* (junções de maneiras de dizer). O enunciador, através dessas glosas, coloca-se a partir do ponto de vista do outro, marcando como não

óbvias palavras que, dirigindo-se a um alter ego, ele teria utilizado de maneira transparente. No segundo caso, o enunciador marca, para ele próprio, como não óbvias, palavras que, dirigindo-se a um alter ego, ele *não teria enunciado*. As formas passíveis de retorno em *X, como você diz* podem sinalizar, em uma modalidade, a retomada de um termo enunciado anteriormente pelo outro (*X, como você acaba de dizer*), sendo que essa encenação de um dialogismo interlocutivo marca a continuidade de um mesmo fio e a diferenciação através do *eu digo X como tu dizes*; em outra direção, o empréstimo é feito no espaço *exterior* do fio do discurso, do já dito pelo outro, em outro local (*X, como eu sei que você diz/ que você disse*). O “eu o conheço bem” que está implícito nessas glosas de dialogismo interdiscursivo, reflete tanto a convivência cúmplice, a adaptação pedagógica ou paternalista ou ainda o combate aproximado com o outro.

Finalizando, podemos observar que, através do conjunto das formas que reflexivamente designam pontos de não-coincidência interlocutiva, é possível esboçar modos diversificados da enunciação nesse tipo de prática, percebendo-se modos singulares de um sujeito e até modos regrados de um gênero ⁴⁷.

Através dessas formas, o enunciador dá explicitamente uma imagem do jogo interlocutivo, e a abordagem aqui realizada – em termos quantitativos e qualitativos – é esclarecedora pelo fato de recusar facilidades de uma *desmotivação*, não reduzindo as mesmas ao estatuto de variantes que realizam estratégias interativas repertoriais, possibilitando, assim, a investigação de inscrições diferentes no distanciamento interlocutivo que elas designam, apreendendo-se, dessa maneira, essas glosas

⁴⁷ Em sua tese, Authier-Revuz (1995, p 221-3) tece considerações a respeito de certos aspectos enunciativos do funcionamento do discurso de divulgação científica para o grande público, um discurso repetitivamente marcado pelas formas simétricas da não-coincidência interlocutiva. Ela faz o levantamento das formas mais produtivas nessa modalidade e observa que a onipresença das mesmas parece responder a uma função social bem particular nesse tipo de discurso, aquela de representar, *no* discurso, a mediação do contato entre dois mundos – a ciência/o grande público – dos quais a separação muito radical ameaçaria a coesão social.

metaenunciativas como as formas de um compromisso - reconhecimento/desconhecimento - as quais, segundo equilíbrios diversos - qualquer enunciação realiza obrigatoriamente com o não-um que a perpassa constitutivamente.

3.2.2 Imagens da não-coincidência do discurso consigo mesmo

Assinalando entre as suas a presença estrangeira de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso desenha nele mesmo o percurso relacionado a uma interdiscursividade representada – de uma fronteira interior/exterior (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 193). Através das formas que aí se inscrevem, é possível especificar tipos de fronteiras entre si e o outro.

Não há aqui referência às formas significativas de um outro discurso que são objeto do discurso atual, que são apreendidas em termos de *conteúdo* como no discurso indireto, ou na materialidade de suas palavras, como no discurso direto e outras formas oriundas da autonomia (ex.: a palavra X de l é lamentável). O objetivo, neste momento, é a investigação da modalização autonímica (*X, como diz l; X, para falar como l...*), formas através das quais se manifesta o encontro para o enunciador, nas palavras de seu discurso, com as palavras vindas *de outro lugar*.

Na verdade, trata-se, neste caso, de uma *interdiscursividade mostrada, pela qual o enunciador se encontra com o fato incontornável de que o sentido do que diz se constrói em outro lugar: no campo que escapa à sua intencionalidade*, como enfatiza Teixeira (2000, p. 160-1), citando Authier-Revuz (1991). Portanto a não-coincidência do discurso consigo mesmo é vista como constitutiva, tendo por referência o dialogismo bakhtiniano, considerando-se que toda palavra, por se produzir em “meio” ao já-dito de outros discursos, é habitada por um discurso outro (ver capítulo II deste trabalho), e a teorização

do interdiscurso no quadro da Análise de Discurso (Pêcheux) que, por intermédio de uma evolução que dá cada vez mais lugar à heterogeneidade das formações discursivas, sustenta o princípio para o dizer em sua determinação por um *isso fala em outro lugar*.

O interdiscurso é definido pela Análise de Discurso como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. É chamado também de *memória discursiva*: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do *pré-construído*, o *já-dito* que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. *O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada* (ORLANDI, 1999, p. 31). Assim, todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em algum momento, têm efeito sobre o dizer *hic et nunc*, comprovando que o dizer não é propriedade particular e que as palavras não são nossas.

Em sua tese, Authier-Revuz (1995, p. 257) filia-se à concepção de interdiscurso como espaço discursivo exterior a um discurso dado, fazendo constitutivamente irrupção no interior do mesmo, que responde à elaboração das noções de *pré-construído* e de *discurso transverso*. Essa noção, ainda segundo Authier-Revuz (*idem, ibidem*), abre uma brecha nesse fechamento do discurso sobre ele mesmo e faz pensar as formações discursivas não mais como isoladas de seu exterior, mas sim sob a dependência do interdiscurso, colocando, desse modo, a constituição do sentido num espaço discursivo exterior cuja presença deixa marcas no próprio discurso. Disso se conclui que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, entre o *interdiscurso* e o *intradiscurso*, enfim, entre a *constituição do sentido* e sua *formulação*⁴⁸.

⁴⁸ A constituição (interdiscurso) é representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos. A formulação (intradiscurso) seria o eixo horizontal e representaria aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições específicas (COURTINE, 1984 apud ORLANDI, 1999, p. 32-33).

É necessário lembrar que Authier-Revuz (1995, p. 59) frisa que, se o seu trabalho se apóia na teoria do discurso e do sentido de Pêcheux (e na teoria lacaniana do sujeito), não é de modo algum um trabalho de *Análise de Discurso*, muito menos de *Psicanálise*.

Mesmo havendo pontos de convergência entre os dois autores – busca de uma exterioridade teórica e constatação de que a investigação sobre o lingüístico não deve relegar a um segundo plano a ausência de transparência que caracteriza o material estudado –, o distanciamento entre eles acontece no momento em que Authier estuda, na materialidade lingüística, o que é marcado, e Pêcheux, embora se detendo na materialidade da língua, empreende sua observação naquilo que não é diretamente observável.

No dialogismo bakhtiniano, a autora busca *isso que é dito antes*, ou seja, a heterogeneidade que constitui o discurso, levando em conta que esse outro que se coloca através da fala do sujeito diz respeito aos outros discursos como constitutivos do discurso e ao outro da interlocução⁴⁹. Busca, enfim, em Bakhtin (e em Pêcheux) a dimensão do não-um constitutiva do UM, ou melhor dizendo, aquilo que se apresenta do outro lado da fronteira do discurso visto como um lado de cá, destruindo a delimitação rígida de dois campos que são um mesmo.

3.2.2.1 Conjunto das formas ilustrativas da não-coincidência do discurso com ele mesmo

A diversidade das formas que são encontradas nessas não-coincidências, ou seja, aquelas pelas quais um discurso caracteriza as palavras por ele enunciadas como oriundas *do exterior* de um discurso outro – qualquer que seja a relação que ele estabeleça com esse

⁴⁹ Vale considerar que Teixeira (2000, p. 186) redimensiona o conceito de outro em Bakhtin, dizendo que a constituição do sujeito e do sentido, na teoria do autor, transcende a relação com o interlocutor imediato e vai na direção de um *outro* que fala por nós, que contém a memória coletiva – lugares comuns, estereótipos, já-ditos.

exterior - basicamente apresentam-se, segundo Authier-Revuz (1995, p. 171-172), num primeiro modo, em dois grupos.

No primeiro, a *não-pertença* (*l'inappartenance*) de um elemento do discurso no qual ele aparece é expressa de modo explícito e unívoco: um certo número de formas, descrevendo uma operação discursiva *de empréstimo, de cópia, de imitação*, coloca explicitamente em jogo os dois discursos: o exterior (Ext)⁵⁰ e o discurso que se está fazendo COMO o primeiro. Algumas formas através das quais essa modalidade se realizam são as que seguem:

- a) *X, eu tomo emprestado, retomo essas palavras de Ext*
- b) *X, eu emprego esse termo junto com, segundo...*
- c) *No sentido de Ext*
- d) *X, para retomar, citar, tomar emprestado, plagiar, adotar, guardar... as palavras de Ext*
- e) *X, para falar como Ext*
- f) *X, como diz, chama, nomeia, entende...Ext*
- g) *X, segundo as palavras de Ext*
- h) *X, para ser, parecer Ext (simples, pedante, esnobe, grosseiro)*
- i) *X, para falar de maneira Ext (= de modo militar, técnico, familiarmente, vulgarmente)*

Os exemplos seguintes ilustram algumas dessas formas apresentadas anteriormente:

- d) *A linguagem ordinária - para retomar a terminologia mallarmeniana [...] (D. OSTER, 83, p. 45)*

⁵⁰ Authier-Revuz (1995, p. 272) explica que EXT corresponde, segundo as abordagens sintáticas, aos sintagmas nominais, aos adjetivos, aos advérbios em locuções adverbiais.

- f) *Eles estão lado a lado, como dizia a todo momento Bernard Spindler* (TF1, 16 fev. 1984, corrida automobilística).

Ainda no primeiro conjunto, de acordo com Authier-Revuz (op. cit., p. 72-73), um outro agrupamento de formas assinala somente a presença do dizer exterior (a fonte exterior aparece majoritariamente na função de sujeito de um verbo de dizer) sem verbalização da operação de empréstimo (de enxerto) efetuada pelo enunciador. O empréstimo pode tomar o lugar de uma palavra do interior, que falta, ou se justapõe a uma palavra do interior:

- a) *o (X) Ext diz (X')...*
- b) *X – Ext diz Y'*
- c) *como Ext diz isso? X'...*
- d) *Este N que Ext chama, nomeia, designa, batiza,... X'*
- e) *X palavra de EXT*
- f) *X no sentido de Ext, que lhe dá Ext*
- g) *X em Ext Y (Ext = em inglês, em termos...)*
- h) *X Ext dixit...*

Exemplos dessas formas:

- f) *... os amores contingentes, no sentido de Sartre* (Oral univ. 25.4.87)
- g) *...o amigo que eu amo tanto quanto as batatas fritas em finas lâminas denominadas pelos meus amigos ingleses de “chips”...* (COHEN; MANGECLOUS, p. 89).

No segundo grupo, na ausência de toda a verbalização unívoca, o retorno ao exterior de um discurso outro deriva da interpretação. Encontramos, então, aqui, as diversas formas de união X – Y, de um exterior, formas que manifestam o encontro de dois territórios discursivos: X, quer dizer, Y; X ou Y; X, Y; X – Y; X (Y) e as formas simples a serem interpretadas em função do contexto discursivo: “X” no valor de como Exterior diz;

“X” (!) no valor de *sic*; “X” (?) no valor próximo do pretendido; X etc...; X...; palavras ou expressões como sinal de estereótipo; os retornos ao Ext fundados sobre uma clivagem discursiva interna e/ou na convivência (ironia, contradição, discurso indireto livre, retomadas não marcadas, etc.).

Exemplos de algumas formas:

- a) *Isso que chamamos de “bons” ou “maus” analistas[...]*(J. DURANDEAUX (82), p. 146) Palavras estereotipadas
- b) *Em dez anos, ele fundou o que chamamos hoje de lacanismo e que deveria ser chamado de freudismo* (ROUDINESCO (86), p. 307) X – Y, forma que apresenta um julgamento hierarquizante de uma preferência em favor da segunda maneira de dizer.

Assim sendo, a variedade das glosas metaenunciativas que se relacionam às não-coincidências do discurso consigo mesmo permitem a investigação das oposições que aí se estabelecem, possibilitando a especificação dos tipos de fronteiras entre *si* e o *outro*, através das quais um discurso produz nele mesmo, por diferença, uma imagem de si.

Muitas vezes, partindo de jogos que delimitam bem as margens, deixando claro o tipo de empréstimo feito; outras, situando esses limites no campo do nebuloso, do não-marcado explicitamente, se constitui a relação entre o *interior* e o *exterior*, entre o que se está fazendo e aquilo que foi enxertado, deixando à mostra os tipos de delimitação estabelecidos e, em alguns casos, nos fazendo pensar se essas fronteiras realmente existem.

3.2.3 A não-coincidência entre as palavras e as coisas

O que está em jogo neste território de não-coincidência é, no âmago da operação de nominalização que associa as palavras às coisas, o encontro da não-coincidência fundamental de duas ordens heterogêneas: aquela da língua e aquela do real.

Em relação a esse parâmetro de não-coincidência, esse do desencontro entre as palavras e as coisas jogando na enunciação, há um afastamento em relação ao dialogismo de Bakhtin. Agora, o que o enunciador encontra no caminho de seu objeto não é mais o outro (inter)locutor, nem mais o outro discurso (com os quais entra em ressonância dialógica). Na verdade, ele se depara com a resistência de um outro radical: o real da língua, de sua ordem própria, da materialidade de sua forma interposta entre ele e o mundo e, mais crucialmente ainda, interposta nele, como condição de sua existência como sujeito. Portanto, de um lado temos a língua – sistema finito de unidades discretas – e de outro, o contínuo, as infinitas singularidades do real a nomear, inscrevendo um jogo inevitável na nomeação e, ao mesmo tempo, em termos lacanianos, do real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, isto é, da falta (constitutiva do sujeito como falho) da “captura do objeto pela letra”. Authier-Revuz (1997, p. 257) explica que essa *falha em nomear* surge, no próprio princípio da nomeação, da não-coincidência fundamental entre as duas ordens heterogêneas que a nomeação sobrepõe – a que se relaciona ao geral, ao finito, ao discreto dos signos, e a que concerne ao singular, ao infinito, ao contínuo das coisas.

Essa falha em nomear, para o sujeito falante, é particularmente *falha para se nomear*, falha para dizer a verdade que não se diz toda porque *as palavras faltam* (Lacan). Authier-Revuz (1995, p. 535), lendo Pontalis (1986), constata que *se a palavra não coincide com a coisa, como poderá o sujeito coincidir consigo mesmo?* O sujeito, assim, estruturalmente se constitui em um irreduzível desvio de si mesmo; sujeito, pelo fato de que ele é falante e, portanto, falho.

A fenda que o *fracasso* inerente à nomeação inflige ao sujeito é insistente. A prova disso está nas *ficções consoladoras* que respondem à tentativa de escapar à linguagem real e à perda que está nela através de um interminável inventário de línguas imaginárias,

artificiais, as quais respondem pela apresentação fictícia de um lugar outro, resgatando para as palavras a nomeação perfeita, sem perda nem desvios, restituindo ao sujeito, fantasmaticamente, a coincidência consigo mesmo que, constitutivamente, lhe interdita a língua real⁵¹ e a perda que está nela; de modo diverso a *literatura* responde a essa fuga: prática só de linguagem, inscrita no lugar mesmo do desvio, nessas palavras que são falhas.

Em outro lugar, longe da radicalidade dessas respostas à fenda da falta do dizer, vislumbra-se o campo da *negociação cotidiana* dos enunciadores, em seu dizer, com a falta que o afeta, desdobrando-se através de inúmeras figuras uma outra resposta é dada.

Esta resposta é no fio do dizer, pontualmente, que a encontramos, nos “laços” metaenunciativos de um dizer que retorna reflexivamente sobre um ponto de seu desenvolvimento, para, no tempo deste “laço” – o de uma interrogação: *é esta a palavra?*, de uma crítica: *a palavra não convém*, de uma aceitação: *isto que eu chamarei na falta de algo melhor*, de uma renúncia: *eu não encontro a palavra* etc. – suspender “o que vai por si mesmo” sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente a *falta* (AUTHIER-REVUZ, 1997, p. 259).

No desenvolvimento contínuo do *fio do discurso*, os *acidentes* que constituem as formas de desdobramento opacificante da enunciação de um elemento (*X, como vocês diriam; X, segundo expressão consagrada...*) aparecem, contraditoriamente, como traços, como emergências, reconhecidas pelo enunciadador, e, ao mesmo tempo, como máscaras.

A seguir, serão apresentadas as figuras metaenunciativas que, *dizendo a falta do dizer, dizem-na sob ângulos, com acentos e modos diversos*.

⁵¹ Outra tentativa para escapar à linguagem e à perda que está nela configura-se de modo diverso na *não-fala*: ao que há de não-dito em todo dizer, responder por um radical não dizer; a essa parte de silêncio que atravessa toda nomeação, após o vazio da não-nomeação. Ainda podemos lembrar o apelo à música de Nietzsche, “*Canta! Não fales mais!*”; o silêncio da experiência mítica; a exigência de uma língua infinita, uma não-língua (aquela que dá a cada singularidade seu nome próprio) evocada por Funes na obra de Borges (AUTHIER-REVUZ, 1997, p. 258).

3.2.3.1 Figuras representativas da não-coincidência entre as palavras e as coisas

As figuras que, pontualmente, marcam essa falta no dizer se apresentam, de acordo com Authier-Revuz (1995, p. 548-711), em três tipos: 1– figuras do UM realizado na nomeação; 2 – figuras da adequação pretendida; 3 – figuras da falta da nomeação.

1 – Figuras da coincidência: o UM na nomeação

No espaço dessas figuras, a representação metaenunciativa fornece um conjunto de formas: do dizer de um elemento *X* da cadeia e aquele de uma nomeação *sem outra, sem desvio*, uma nomeação oriunda da coincidência. Esta coincidência situa-se em dois lugares: de um lado, a coincidência do enunciador com seu dizer (através de diversos modos, o enunciador se apresenta como formando UM com seu dizer, aderindo a um dizer pleno, não atravessado pelo desvio, ou pela falha interna de um sentimento de erro, de dúvida, de reserva; de outro lado, a coincidência da palavra com a coisa, aquela de uma palavra plenamente adequada, absoluta, fazendo UM com a realidade que ela nomeia).

As figuras que ilustram esses lugares são as seguintes: a) adesão a um dizer pleno - *X e eu afirmo X; ousou dizer X; digo X plenamente; X, sim; X, eu digo mesmo X* ; b) e as que representam a coincidência da palavra com a coisa – *X é a palavra exata, justa, que convém; X, no sentido estrito; X, propriamente dito.*

Exemplos de enunciados, ilustrando algumas dessas formas:

Sim (eu digo sim) toda forma de conhecimento se situa bem em qualquer parte entre esses dois pólos que simbolizam[...] (GENETTE, *Nouveau discours...* p. 7).

Durante cerca de vinte anos, de 1920 a 1938, eu tateei[...] - sim, não há verdadeiramente palavra melhor. (DUMÉZIL, *conversação com ÉRIBON*, p. 117).

2 - Figuras de adequação pretendida

Essas figuras não se relacionam nem com a coincidência plenamente confirmada da palavra, nem com a não-coincidência claramente denunciada pela palavra adequada. O que temos aqui é o caso de uma nomeação partilhada entre coincidência e não-coincidência, entre presença e ausência do enunciador em relação àquilo que ele diz.

A representação da *partilha* interna dessas nomeações passa, essencialmente, por dois elementos (separados ou combinados):

a) a modalização entre “o dizer e o não dizer”, através das formas seguintes: *isso que se poderia chamar X; não digo X, mas quase; direi X? não ousou dizer X; não sei se posso dizer X*. Não podemos deixar de mencionar aqui, inclusive, no quadro de um ato de nomeação complexa, considerando inúmeras nomeações para o referente visado, as modalizações *negativas* e *positivas*: *X, não, eu digo mal, digamos Y; X, eu falhei dizendo Y*.

b) a nomeação “entre duas palavras”, através da colocação em cena de duas nomeações ou mais para o referente visado, não mais sobre o modo estritamente diferencial (*eu digo X e não Y*) evocado anteriormente, onde o elemento convocado não o é de maneira negativa, mas de um modo que no dizer de uma palavra faz jogar, assim, os graus e, segundo figuras diversas, a presença positiva de um outro dizer que deve ser encarado também como nomeação ou como sendo realmente: (*X ou Y; X, seria melhor dizer Y?...; X, eu deveria ter dito Y; X, Y, em uma palavra, Z*). Exemplo dessa última forma:

A lista das condições é longa e trágica: privar-se de conforto e de dinheiro, de alimento, de sono, de relações sexuais; saber sofrer, ser capaz de abandonar seu trabalho, seu cônjuge, seus filhos. Em uma palavra, estar pronto pra tudo. (F. Boyer, l'Empire Moon, in Bulletin Éditions de La Découverte, mar./abr. 1986).

3 – Figuras da falta da nomeação

Há um desvio, aqui, em dois sentidos da palavra: tanto no plano do “modo de dizer,” quanto naquele da relação da palavra com a coisa; aquele de uma imperfeição, de uma anomalia do modo de dizer, da palavra que apresenta uma falta – dizer desatento, rápido, por exemplificação ou por uma palavra inadequada – e aquele de uma ausência, de um defeito do que “faz falta no dizer” – que seja o enunciador que faz, de qualquer modo, falta a seu dizer, se representando como não totalmente engajado na sua efetuação, mas em parte ausente de seu dizer, ou que seja “a” palavra, a palavra justa que falta.

A “falta da nomeação” deve ser tomada no plano da relação do enunciador com seu dizer ou da palavra com a coisa, ou seja, tanto no plano do modo de dizer ausente dele mesmo (nas modalidades “suspensivas”: *se se pode dizer*; ou “anuladoras”: *eu não diria X que...*) ou que apresenta uma imperfeição (*X, eu emprego X por falta de palavra melhor, por comodidade, provisoriamente; X, por assim dizer*), como no plano da distância descrita entre a palavra e a coisa (distância especificada: *X, é um eufemismo...* ou *distância fluida; X, entre aspas...*).

Exemplo dessa modalidade: *X, se se pode dizer*

Língua e sociedade são para os homens as realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se se pode dizer, o meio natural e a expressão natural[...] (BENVENISTE, 1994, p. 94).

Através de um amplo conjunto de formas que, inscritas no campo da palavra-coisa, dizem respeito a essa modalidade de não-coincidências, foi possível traçar, embora esquematicamente, o panorama das figuras que, escolhidas preferencialmente e, às vezes, até exclusivamente, representam as marcas do silêncio no dizer, ou melhor, essa “falta de palavras” que acompanha o fio principal do discurso.

Dizendo respeito às figuras do UM realizado na nomeação, tomado sob o ângulo da coincidência do enunciador com seu dizer ou da coincidência da palavra com a coisa ou, ainda, relacionando-se às figuras da adequação pretendida, representando uma enunciação entre “o dizer e o não-dizer” ou uma nomeação entre duas palavras e, por fim, ligando-se às figuras da falta da nomeação, tomada tanto no plano do modo de dizer ausente dele mesmo (ou que apresenta uma imperfeição), como no plano da distância descrita entre a palavra e a coisa, essas formas presentificam a *excrecência* de palavras que o laço metaenunciativo enxerta em um ponto da linearidade discursiva para aí nomear a falha, abrindo o dizer, fazendo ressoar o fato inaceitável e inevitável do que há de não-dito em todo dizer.

3.2.4 A não-coincidência das palavras com elas mesmas

Como a não-coincidência precedente (aquela do desvio entre as palavras e as coisas), este outro exemplo de heterogeneidade, na análise de Authier-Revuz (1995, p. 713-714), joga na enunciação tendo (estrangeira ao dialogismo bakhtiniano) a materialidade da língua atravessada, ela mesma, pelo fantasma do UM da comunicação: a língua interpondo a forma de sua grade finita de diferenças sobre o caminho da nomeação, afetando o dizer de não-um que é da ordem da falta – de uma ausência. Temos, aqui, a língua no sentido do equívoco que lhe é consubstancial – indo, de modo não discreto, do jogo dos outros sentidos da polissemia àquele das “outras palavras” da homonímia e de todas as formas de pragmatismo que afetam o dizer de um não-um que é da ordem do excesso: aquele dos sentidos, das palavras aí alterando sua presença “em mais” a unidade de um significado e de um significante.

Trata-se, neste campo de não-coincidências, da simples constatação da existência de formas através das quais explicitamente o enunciador designa os pontos de seu dizer como afetados por este jogo “dentro” das palavras, de colocarem-se em relação os dois planos da representação metaenunciativa e do real enunciativo dessa não-coincidência para aí compreender o estatuto dessas imagens reflexivas na economia enunciativa: reflexo fiel de quaisquer acidentes ou “jogos de palavras” afetando ocasionalmente o fio do discurso de um excesso de sentidos ou de palavras mais simples e mais inocentes, este, aqui como nos outros lugares de não-um, de *marca* e *máscara* relativamente a uma não-coincidência constitutiva oriunda não de quaisquer “jogos de palavras”, mas de um “jogo de palavras” inerente à enunciação.

Não podemos ignorar, nesse momento, o fechamento da enunciação notado em Breal, o inventor da polissemia na língua, que restringe a percepção pelo enunciador, da pluralidade de sentidos de seu dizer a um ponto determinado: aquele dos trocadilhos ou da poesia.

Não vale mesmo a pena suprimir os outros sentidos da palavra: estes sentidos não existem para nós, eles não chegam ao limiar de nossa consciência[...] e isso que dizemos de quem fala vale também para quem escuta[...] ele que não está mais exposto do que nós a deixar-se confundir pelas significações colaterais que dormem no mais profundo de seu espírito (BREAL, 1897, p. 146 apud AUTHIER-REVUZ, 1998, p.30).

É também a mesma análise que desenvolve Vendryès, opondo o plural puramente virtual dos dicionários ao UM do uso corrente.

Quando dizemos que uma palavra tem inúmeros sentidos ao mesmo tempo, nós somos, em certa medida, enganados por uma ilusão. Entre os diversos sentidos de uma palavra, só emerge à consciência aquele que é determinado pelo contexto. Todos os outros

são abolidos, apagados, não existem mais [...] Na linguagem corrente, uma palavra não tem mais do que um sentido por vez (VENDRYÈS, 1939, p. 206-209 apud AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 715) [Tradução nossa].

Não devemos negar a realidade de um *querer dizer* tendendo ao um, nem aquela das coerências sintático-semânticas regulando a aparição na cadeia de um elemento em detrimento de outro em um leque de polissemia ou de homonímia. No entanto, reconhecer uma intenção unívoca exercendo-se no quadro de uma combinação regulada não implica que encerremos aí o sentido e a enunciação.

Com certeza, para Authier-Revuz (1995, p. 717), o que testemunham as glosas metaenunciativas na representação que, receptor-comentarista de seu próprio dizer, o enunciador dá disso, é que para ele, no quadro de sua enunciação (e não somente na língua, no plano do sistema) e muito além de toda intencionalidade (e não somente no âmbito de trocadilhos devidamente calculados), a polissemia e a homonímia existem: a enunciação, assim, não aparece como redutível a um *querer dizer* claramente unívoco, realizando-se sem excesso em um sentido que não afetaria esses outros do jogo polissêmico-homonímico puramente e simplesmente *ausentes* dela.

Na verdade, ainda segundo Authier-Revuz (1998, p.30), sem questionar a realidade do mecanismo de redução da pluralidade potencial do sentido, sem o qual nenhum enunciado poderia ser compreendido, o que cada comentário aqui manifesta é exatamente o esforço que o enunciador realiza para tratar (suprimir ou acolher), segundo o caso, estes outros sentidos que não dormem, mas existem, não abolidos pelo contexto, em um ponto X do dizer.

O procedimento do locutor, anteriormente descrito, comprova a presença, no interior do dizer, de um real que *excede* a sucessividade linear das unidades da língua que associam um significante a um significado, o qual é localmente testemunhado pelas glosas,

não pelo caráter accidental que elas lhe conferem, mas por aquele permanente, afetando constitutivamente o dizer, de uma não-coincidência a ele mesmo, inscrito na não-coincidência de *lalangue* à língua:

A linearidade que F. de Saussure considera constitutiva da cadeia do discurso, em conformidade com sua emissão por uma só voz e na horizontal em que ela se inscreve em nossa escrita, não é suficiente. [...] basta escutar a poesia, o que sem dúvida aconteceu com F. de Saussure, para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura. Não há cadeia significante, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, desse ponto (LACAN, 1998, p. 506).

O que estabelece o conceito de *lalangue*, no qual se fundam as práticas da psicanálise e da poesia, é o jogo, na enunciação, de um avesso das palavras, afetando, constantemente, o heterogêneo dos outros sentidos, das outras palavras, o UM da palavra e do sentido visado.

O essencial, ainda na perspectiva de Authier-Revuz (1995, p. 727), é não ignorar duas questões: o caráter real do *jogo nas palavras* atravessando constitutivamente o dizer (a não-coincidência entre o querer dizer intencional e o dito) e a *pretensão da univocidade* aflorando na ilusão soberana sobre o dizer.

3.2.4.1 Formas de representação da não-coincidência das palavras com elas mesmas

A seguir, um percurso da diversidade das formas que testemunham o encontro dos enunciadores com o equívoco que joga em suas palavras, o qual se apresenta em quatro tipos: 1- resposta de fixação de um sentido; 2 – figuras do dizer alterado pelo encontro do

não-um; 3 – o sentido estendido no não-um e 4 – o dizer reasegurado pelo não-um, freqüentemente imprevisto, do sentido.

1 – Respostas de fixação de um sentido

As operações de fixação (estabilização, imobilização da instabilidade potencial do sentido em uma unidade do dizer) ou de redução (no sentido de restringir a extensão, o desdobramento) do sentido atestam sempre a realidade enunciativa de não-um do sentido ao qual ela opõe o trabalho ativo de especificação de um sentido.

Algumas formas que ilustram essas figuras são colocadas a seguir: *X, no sentido de p; X, não no sentido de q; X, sem jogo de palavra...; no sentido estrito; no sentido literal.*

Exemplo: *X, no sentido de p*

Era (Billie Holiday) uma mulher fatal no sentido em que fatalidade fazia parte dela desde o nascimento e jamais a deixou... (SAGAN, Avec mon meilleur..., p. 17)

2 - Figuras do dizer alterado pelo encontro do não-um (desculpas, modalidades irrealizantes do dizer ligadas ao jogo de “um sentido a mais”)

Exemplifica essa modalidade um conjunto de formas oriundas da representação de um modo de dizer dividido, partilhado por um *não-um*, onde encontramos os parâmetros do dizer representados como distendidos entre *dizer / não dizer* pelas modalidades que opõem confirmação de *eu digo X* às diversas irrealizações do condicional, do *se*, da interrogação, da negação, partilhados entre diversas palavras e desunidos (separados em várias etapas, colocam em jogo aqui o excesso em relação a ele mesmo, nas outras palavras e nos outros sentidos que transbordam).

Formas ilustrativas dessas figuras: *seria preciso dizer x; se ousou dizer x; se posso dizer x; se você me permite a expressão.*

Exemplo: *se posso dizer x / x, se posso dizer*

Vinte anos redondos (se posso dizer, com uma silhueta desse porte!) Vanessa...
Miss Bélgica. (Votre Beauté, Juil./ août, 1988, p. 47)

3 – O sentido estendido no não-um

Opondo-se às figuras precedentes de reencontro de não-um do sentido, fixando um sentido para a ocorrência X, ou representando o modo de dizer como afetado pelo excesso que aí se instala, o atual conjunto de formas coloca, explicitamente e sem reserva, o sentido de um elemento X como desdobrado no não-um, colocando em jogo, aqui e agora, uma pluralidade de sentidos.

As formas, a seguir, ilustram esse conjunto: *X, no sentido de p e também no sentido de q; X no sentido duplo p e q; X no triplo (quádruplo) sentido do termo p, q, r (s,...); X em todos os sentidos da palavra.*

Exemplo: *X no sentido de p e também no sentido de q*

Abordarei, enfim, o último nível de análise, aquele da enunciação[...] e dos efeitos de voz que eu considerarei no sentido de voz enunciativa e também no sentido de “voz alta” (HERSCHBERG-PIEROT, Les Effects d’oralité dans Aurélien).

4 – O dizer reassegurado pelo não-um freqüentemente imprevisto, do sentido

Essa última figura de acolhida de não-um não se contenta de requerer uma pluralidade de sentidos no ponto X, como a anterior. Na verdade, ela apresenta aqui a

imagem de um dizer fortalecido, completo, redobrado do equívoco que ele reconhece em suas palavras, que se impõe.

Podem ser divididas em dois conjuntos as formas que marcam essa aprovação ao *não-um* de X, conforme seja *explicitamente* (a) ou *interpretativamente* (b) que essa aprovação é dirigida ao equívoco que a causa; podemos, nesse ponto de vista, considerar as seguintes formas: a) *é o caso de dizer* ou *X, palavra preciosamente ambígua* – especificamente ligadas ao fato do não-um do sentido e b) as do tipo *pode-se dizer* ou *X, esta é a palavra!* suscetíveis de marcarem a adesão ao dizer fora de toda a colocação em cena de um duplo sentido.

a) Aprovação dirigida explicitamente ao equívoco que a causa

X, é o caso de dizer, forma extremamente freqüente, pode ser considerada como forma preferida (*attitrée*) da adesão ao dizer de X fundado no reconhecimento de um duplo pertencente à palavra, em um sentido e em outro, relativamente ao contexto lingüístico e situacional. Exemplo:

“A Sonâmbula” é uma história, é o caso de dizer, de dormir em pé. (RUGGIERI, Oral, A2, “Musiques ao coeur”, 26 mar.1989).

b) Aprovação dirigida implicitamente ao dizer que a causa

Essa figura de fortalecimento do dizer de um X ambíguo, legitimada na ordem normativa do *poder dizer* ou reivindicada na ordem subjetiva do *outro dizer*, passa pelas formas imperativas ou assertivas (no futuro ou no presente) dessas duas modalidades do dizer. Exemplo:

Numa carta (a Freud), que é antes de tudo um simples relato de caso, Jung insinua à argúcia de Freud, pode-se dizer, uma frase difícil de ser pressuposta. (REY, 84 a, p. 15).

Convém, ainda, assinalar a inscrição, certamente marginal, mas possível, no campo do não-um do sentido, das formas de confirmação-justificação do dizer: *X, sim; X, digo bem.*

Após a apresentação do conjunto dessas formas, que ilustram as não-coincidências das palavras com elas mesmas, poderíamos enfatizar que, no interior de uma enunciação, concebida fundamentalmente (e não ocasionalmente, mas intencionalmente) marcada por essas formas da não-coincidência, procurou-se compreender o modo através do qual os enunciadores apreendem reflexivamente a diversidade dos *não-um* inscritos nesse campo, desde a polissemia (*a mais fina*) até homonímias (*as mais selvagens*) com relação às unidades da língua.

Chegando ao final deste capítulo, cumpre ainda levantarmos algumas observações, as quais (julgamos) possam acrescentar um esclarecimento “a mais” relativo ao percurso até aqui empreendido.

Torna-se claro, depois de traçarmos o quadro (embora sintético) relativo a essas não-coincidências - a interlocutiva, a do discurso com ele mesmo atravessado por outro discurso, a das palavras e das coisas separadas por uma irreduzível distância e, finalmente, aquela das palavras com elas mesmas no jogo da polissemia e da homonímia -, que elas afloram justamente no momento em que relações dialógicas são estabelecidas. Explicando em outras palavras, essas figuras da reflexividade opacificante emergem, brotando na linearidade do fio do discurso, no instante em que o locutor desencadeia, durante o processo enunciativo, relações dialógicas com o alocutário, com o discurso do outro e com suas próprias palavras.

O locutor, ao procurar firmar o UM da co-enunciação, endereça sua palavra ao interlocutor, o qual é chamado a participar como co-autor do enunciado, produzindo, dessa

maneira, um sentido compartilhado. No momento em que essa relação dialógica é perseguida, afloram, na superfície discursiva, os pontos de não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores.

Ao procurar assinalar entre suas palavras a presença de palavras oriundas de outro discurso, palavras, portanto, já “habitadas”, o enunciador relaciona-se dialogicamente com o discurso do outro, emergindo nesse processo as figuras representativas da não-coincidência do discurso com ele mesmo.

Ao se deparar, de um lado, com a língua, sistema finito com uma ordem própria e, de outro, com as infinitas singularidades de um real a nomear e, ainda, ao encerrar o fato do equívoco que joga em suas palavras, testemunhando a existência da polissemia e da homonímia, o locutor procura estabelecer a unidade, anulando o equívoco e a falta através de relações dialógicas com sua própria palavra, ou seja, articulando o que se poderia chamar de um autodiálogo, fazendo brotar, nesse momento, no fio do discurso, as figuras que pontualmente marcam a não-coincidência das palavras com as coisas e a não-coincidência das palavras com elas mesmas ⁵². Esse autodiálogo configura-se no quadro de uma leitura posterior, segunda, como se o locutor, ao escutar suas próprias palavras, descobrisse, num tempo imediatamente posterior à emissão, um outro sentido que não o inicialmente previsto e, através desse processo dialógico, tentasse reinstaurar o sentido buscado inicialmente.

Sintetizando, o desdobramento metaenunciativo da modalização autonímica, descrito como fato de não-coincidência do dizer, ao afetar de não-um o funcionamento da

⁵² Sabemos que Authier-Revuz não buscou ancoragem para essas duas não-coincidências (a da palavra com as coisas e a da palavra com ela mesma) no dialogismo bakhtiniano. Na verdade, com nossa observação, não nos contrapomos a ela pois neste caso não está em jogo o outro interlocutor (interlocução), nem o outro discurso (interdiscursividade); o que se estabelece preferencialmente é um autodiálogo, isto é, aquele de um enunciador-emissor com um enunciador-receptor de suas próprias palavras.

enunciação, remete às não-coincidências do locutor com o alocutário, do locutor com a palavra do outro e do locutor com sua própria palavra.

A seguir, procuraremos descrever os procedimentos metodológicos que nos permitirão investigar as não-coincidências do dizer através de um tipo particular de manifestação: a fala de alunos em situações específicas de discurso acadêmico.

4 METODOLOGIA

4.1 DO CORPUS

Serão investigados enunciados restritos a configurações específicas de elocuições formais representativas da fala de alunos em situações de discurso acadêmico, circunstâncias essas que retratam exposições orais de trabalhos de conclusão de semestre letivo, apresentados pelos acadêmicos dos cursos de “Economia”, “Ciências Contábeis” e “Direito” da Universidade de Caxias do Sul. As exposições orais ocorrem nas aulas das disciplinas de “Estratégias de Comunicação Oral” (para os cursos de Economia e Ciências Contábeis) e “Oratória e Argumentação Jurídica” (para o curso de Direito), as quais fazem parte de um grande núcleo orientador chamado “Língua Portuguesa Instrumental”. Essas ocorrências foram selecionadas no período compreendido entre o primeiro semestre letivo de 1997 e o segundo semestre letivo de 2001, ou seja, num intervalo de cinco anos.

Os discursos apresentados pelos alunos de “Economia” e “Ciências Contábeis” abordam temas específicos relacionados aos cursos. Já os referentes ao “Curso de Direito” versam, algum deles, sobre assuntos relativos à própria área de estudo, ou aos conteúdos específicos da disciplina de Oratória e Argumentação Jurídica, e outros se referem a temas gerais sem relação direta com o curso ou com a disciplina.

Uma parte dos eventos foi registrada em fitas de videocassete pela TV da Universidade de Caxias do Sul (UCS TV), num total de dezessete horas de gravação com a participação de cento e trinta informantes. As referidas gravações encontram-se, em sua maioria, à disposição do público no setor de videoteca da Biblioteca Central, localizada no campus 1.

Outra parte foi gravada em fitas de audiocassete, durante as aulas das disciplinas anteriormente referidas, perfazendo um total de doze horas de gravação com a ocorrência da fala de cem informantes.

Embora as duas modalidades tenham sido consideradas como adequadas para a coleta dos dados por nós buscados, pelo fato de as mesmas apresentarem figuras ilustrativas das não-coincidências, somente a primeira faz parte do corpus deste trabalho. O mesmo fica assim constituído por motivos de delimitação do objeto investigado, já que, na primeira modalidade, a fala é colhida em momentos de relatos orais formais para fins de conclusão do semestre e, na segunda, ela é representativa de situações de discurso oral ocorridas no desenvolver das referidas aulas, situando-se, desse modo, no âmbito mais informal da fala. Portanto, para a análise da primeira modalidade, no universo das dezessete horas de gravação, dos cento e trinta alunos participantes, oitenta deles falam sobre temas específicos relacionados ao seu curso (Economia, Ciências Contábeis e Direito) ou relativos à própria disciplina (Estratégias de Comunicação Oral; Oratória e Argumentação Jurídica); os cinquenta restantes fazem relatos a respeito de temas gerais que não se relacionam intrinsecamente com o curso do educando, nem tampouco com uma das disciplinas ministradas.

Dizendo respeito a uma situação específica de fala (a primeira), o corpus é investigado em dois aspectos: no primeiro, busca-se coletar, descrever e analisar as figuras

relativas à modalização autonímica que, ao apresentarem a enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante, afloram em cada um dos quatro campos das não-coincidências; no segundo, procura-se investigar essa modalidade de fala como uma variante daquilo que Authier-Revuz (1998, p.107- 125) chama de Discurso de Divulgação Científica (DC), abordando-a em relação ao quadro enunciativo e ao fio do discurso.

4.2 PONTOS NORTEADORES DA ANÁLISE

O presente estudo propõe-se a abordar uma configuração enunciativa específica: *a modalização autonímica*, relacionada à reflexividade da linguagem, constituindo um modo de dizer complexo, desdobrado, no qual a enunciação de um elemento X qualquer de uma cadeia, associada a uma auto-representação desta, realiza-se como retorno.

Essas *formas de proliferação da linguagem sobre si mesma* são investigadas como relacionando-se à negociação obrigatória dos enunciadores com as não-coincidências que, constitutivamente, perpassam seu dizer, negociação derivada de um trabalho de denegação, não-coincidências essas que se apresentam em quatro campos: no da interlocução, no do discurso consigo mesmo, no da nomeação das coisas pelas palavras e no das palavras com elas próprias.

Os enunciados que servem de base para a análise, embora sejam oriundos de diversos falantes e versem sobre assuntos os mais variados, apresentam em comum o fato de que, em um ponto de seu desenvolvimento, o *signo*, ao invés de apresentar-se como transparente, cumprindo sua função mediadora de nomeação, interpõe-se como materialidade, *como objeto que, encontrado no trajeto do dizer, coloca-se como objeto deste* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 179).

O desdobramento metaenunciativo aqui visado diz respeito, centralmente, a dois campos atravessados por problemáticas distintas: ao universo da *metalinguagem* (como forma de auto-representação do dizer, relacionando-se à metalinguagem natural, interna à língua e observável, aquela da função metalingüística de Jakobson e do trabalho fundador de Rey-Debove e aos *domínios da enunciação* (como modo desdobrado, distanciado), dizendo respeito à enunciação *não-una*, cujo campo, tão heterogêneo, relaciona-se ao sujeito, ao sentido e à comunicação, apoiando-se em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer, ao modo da teoria do interdiscurso de Pêcheux e, de forma central, da teoria elaborada por Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente.

Essa configuração toca duplamente a *língua* enquanto sistema de signos: primeiramente, ao apresentar um desdobramento, a distância interna que o atravessa por causa da reflexividade; logo depois, por ocasionar uma alteração da transparência, interpondo, no dizer, sua marca como *maneira de dizer*, sendo, portanto, definida formalmente como um *fato de língua*.

É neste quadro, assim constituído, que se situa o estudo da reflexividade opacificante da modalização autonímica. Ela é abordada no atual trabalho em três níveis descritivos, cada um deles com suas imposições e seus limites:

- a) *o do inventário e da análise lingüística* – através do qual descreve-se, no plano gramatical, lexical, tipográfico, a variedade das formas através das quais se lineariza sobre a cadeia o “ao mesmo tempo” de um dizer de X e seu comentário; efetuando-se a descrição desde as mais explícitas incisivas até aquelas que se originam da interpretação;

- b) *o da interrogação sobre o processo enunciativo*, desse modo particular, desdobrado do dizer, que deve ser abordado relativamente a uma teoria do sujeito enunciador articulada à heterogeneidade teórica relativa ao campo da lingüística;
- c) e, finalmente, *o de uma tentativa de compreender o funcionamento* (ou seja, a emergência e o modo singular pelo qual ela se produz) *desse modo enunciativo no interior de um discurso singular*: especificamente aquele que retrata a fala do aluno em situações específicas de elocução formal ⁵³ no âmbito acadêmico.

Após essas considerações, cabe ainda salientar que a presente investigação a respeito da *modalização autonímica* passa da consideração da língua (concebida como “ordem própria”, sistema finito de unidades e de regras de combinação) à abordagem da fala (do discurso), obrigando, assim, a investigação a abandonar um domínio homogêneo, fechado, da ordem do repetível, do UM, trocando-o por um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM: pela *heterogeneidade teórica* que o afeta e pelo caráter não-repetível da compreensão que dele se pode ter, afetada pela subjetividade e pela incompletude.

4.3 DAS UNIDADES DE ANÁLISE

Inicialmente, procede-se à investigação das fitas de videocassete, procurando-se selecionar, nos trezentos e quarenta enunciados colhidos (ver definição de enunciado, p. 119), figuras representativas da *modalização autonímica*, tendo-se, inclusive, nesse

⁵³ A fala aqui investigada enquadra-se nesta configuração por ser previamente preparada e estudada pelo locutor. A modalidade de língua é a culta padrão. O discurso oral formal, de acordo com Castilho e Pretti (1986), conforme referências bibliográficas, não se insere nas mesmas características da conversação, pois a interação não acontece do mesmo modo em que ocorre no diálogo, pelo fato de haver um grande número de interlocutores e por não acontecer a troca de turnos. O locutor deve dominar a variedade culta da língua e privilegiar a manutenção do tema exposto.

momento inicial, o cuidado de coletar também formas fronteiriças, que suscitam dúvidas, já que, nesse primeiro momento de escuta, torna-se difícil estabelecer a distinção entre umas e outras. Esse procedimento possibilita, outrossim, que se investigue o número de ocorrências do que é modalização e daquilo que, ao se construir com outras características, situa-se fora de seus domínios, caracterizando-se como conotação autonímica ou como repertório de elementos ilustrativos de categorias comunicacionais.

A seleção dos enunciados é feita de acordo com as figuras ilustrativas de cada um dos quatro campos das não-coincidências do dizer, sendo, as mesmas, coletadas nos limites da fala de cada locutor e não aleatoriamente no corpus como um todo. Tal metodologia permite a constatação das figuras empregadas com maior frequência pelos informantes individualmente. E, assim sendo, também é possível inventariar as formas que são usadas repetitivamente, muitas vezes até como “tique”, bem como aquelas que são mais produtivas em cada uma das modalidades.

Após essa fase inicial da investigação, na qual se procura fazer o levantamento dessas formas (através das quais a configuração que sobrepõe dois planos – X e uma representação de X se realiza no fio do discurso), procede-se à análise lingüística das mesmas e, logo após, questiona-se sobre o lugar ocupado por elas no processo enunciativo, fazendo-se, finalmente, a tentativa de compreender seu funcionamento no interior desse discurso particular, relacionando-as às não-coincidências do dizer (as quais, por sua vez, dizem respeito às relações dialógicas desenvolvidas pelo locutor no momento de sua fala).

O corpus investigado por Authier-Revuz é composto por quatro mil enunciados, orais ou escritos, provenientes dos mais diversos gêneros. São enunciados de variadas modalidades, *refinados*, *triviais*, *controlados*, *tagarelas*, que ilustram desde a fala colhida na sala de espera de um consultório médico até passagens significativas de autores

renomados como Proust. Através deles, a autora estuda esse retorno sobre o dizer, denominado de *modalização autonímica*.

O nosso corpus propõe-se, também, a estudar essas formas metaenunciativas, porém numa visão mais restrita, focando especificamente a modalidade oral da língua em situações de elocução formal, representativas da fala do aluno em situações de discurso acadêmico. Embora contemple apenas a modalidade oral da língua, nosso estudo valida-se pelo fato de a mesma já ter sido investigada no corpus mais abrangente de Authier-Revuz.

A escolha do mesmo está intimamente relacionada a nossa prática de ensino desenvolvida na Universidade de Caxias do Sul, dizendo respeito a duas disciplinas - “Estratégias de Comunicação Oral” e “Oratória e Argumentação Jurídica” -, as quais ministramos durante cinco anos na referida unidade de ensino superior. As disciplinas mencionadas anteriormente direcionam seus objetivos para o desenvolvimento de estratégias de comunicação oral adequadas a situações formais de discurso, relativas ao universo acadêmico e profissional. Assim sendo, por apresentarem um outro campo de abordagem em relação à língua (a modalidade oral), permitem muitos questionamentos e novas perspectivas de investigação. Fornecem, inclusive, um amplo material para pesquisa, já que os trabalhos de conclusão da disciplina são apresentados oralmente pelos alunos e ficam gravados através de filmagens feitas pela “UCS TV”, sendo posteriormente catalogados e postos à disposição do público na videoteca da referida Universidade.

Entendemos que essa modalidade de discurso oral, por efetivar-se no meio acadêmico e em situações de elocução formal, sendo, portanto, uma variante culta do português falado no Brasil, merece uma oportunidade de investigação lingüística que dê conta de aspectos relevantes relativos à interlocução, à intersubjetividade, ao sujeito e à

situação enunciativa, permitindo, portanto, acrescentar-se ao ensino da língua portuguesa uma outra perspectiva de questionamento.

As figuras representativas da modalização autonímica são colhidas no interior de enunciados, os quais, para fins de análises aqui empreendidas, constituem-se em recortes (que, na verdade, não se situam no campo da sintaxe, pois não são vistos como frases estruturadas por sujeito e predicado) que permitem a seleção, no interior de cada um deles de, pelo menos, uma figura ilustrativa das não-coincidências sendo, assim, considerados como uma unidade de significação, decorrente do processo enunciativo que leva em conta o locutor, o alocutário, o aqui e o agora.

Portanto cada enunciado permite identificar, no âmbito de suas fronteiras constituídas no interior de um universo maior de situação de fala, pelo menos uma das figuras representativas da configuração investigada como emergência dos quatro campos das não-coincidências do dizer, possibilitando a análise da mesma tanto no que diz respeito ao plano lingüístico quanto naquele da interrogação sobre o processo enunciativo desse modo desdobrado do dizer, sem deixar de lado a investigação a respeito do funcionamento dessas formas no interior do discurso específico ora abordado.

Pelo fato de cada enunciado ser único, o número de ocorrências encontradas para cada figura da não-coincidência, mesmo que ele seja vasto, não esgotará a análise, portanto nos preocupamos menos com a quantidade e mais com a diversidade das formas.

Assim sendo, de modo resumido, pode-se dizer que a presente análise procura, em cada um dos quatro campos convocados, inventariar e descrever, no plano da análise lingüística, as formas das respostas dos enunciadores ao encontro local de uma não-coincidência que é abordada como fundamental e investigada através de bases teóricas explícitas.

Além disso, propõe-se a examinar essas figuras, em uma situação específica de discurso, por meio das imagens, que oferece nele mesmo, dessas não-coincidências, levantando o seguinte questionamento: *é uma categoria recorrente ou rarefeita ? reparte-se igualmente entre os quatro campos de não-coincidências, ou privilegia um deles? prefere algumas figuras majoritariamente ou exclusivamente (e em que parte do dizer)?apresenta-se igualmente nas duas variantes investigadas (tema específico relativo ao curso ou à disciplina ministrada; tema geral sobre assuntos diversos)?* Essa imagem oferecida do jogo das não-coincidências é concebida como manifestação de uma *posição enunciativa específica*, própria a um sujeito particular e a um tipo de discurso.

Importa, ainda, chamar atenção para a abordagem das glosas metaenunciativas não como figuras que, manifestando-se na superfície do dizer, são da ordem do *ornamento*, mas, ao contrário, no presente trabalho, elas são vistas como formas através das quais um dizer se mantém no jogo dispersante das não-coincidências.

Figuras, essas, através das quais os enunciadores, *ao suturarem as bordas de seu dizer, dão fundamento às próprias palavras* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 190). Considerar a diferença entre elas (no plano gramatical, lexical, tipográfico) é não partir dos atos de *precaução e reserva* que as igualariam, mas significa considerá-las sempre (mesmo enquanto “tíque”) como formas significantes, revelando seu modo de inscrição diversificado em cada um dos quatro territórios das não-coincidências.

5 ANÁLISE DO CORPUS

5.1 FIGURAS REPRESENTATIVAS DA MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA, INSCRITAS NOS QUATRO CAMPOS DAS NÃO-COINCIDÊNCIAS

5.1.1 A relação entre os interlocutores

5.1.1.1 Injunção a dizer em uma só voz: **digamos assim; vamos dizer**

Somente essas duas formas afloram neste campo das não-coincidências, perfazendo um total de nove ocorrências, conforme segue:

5.1.1.1.1 (...) *Pressupõe-se que a mãe não teria que passar... por meses e meses, digamos assim... não de sofrimento, mas de... de... gestação... de concepção da criação de um ser que...eventualmente ela não teria desejado* (L 15, 1º sem., 2001, Direito, O Aborto, NE)⁵⁴.

5.1.1.1.2 *Destinação de verbas, por parte de outros países, para que tenhamos um controle de natalidade... me parece adentrar no aspecto de soberania nacional, na qual, de repente, estamos um pouco... eh...digamos assim... fracos nesse sentido* (L 15, 1º sem., 2001, Direito, O Aborto, NE).

5.1.1.1.3 *Se o Congresso Americano vota fundos para que seja criada uma campanha de legalização do aborto para que seja... torrado esse dinheiro em função de promover um controle de natalidade para frear, digamos assim, essa... explosão demográfica. Eu não consigo entender por que não dava resultado...*(L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).

⁵⁴ Entre parênteses, lê-se o seguinte: O locutor número 15 apresentou sua fala no primeiro semestre de 2001, no curso de Direito, cujo tema foi o aborto, o qual é considerado assunto não específico). Em contrapartida, “E” significa assunto específico ao curso ou à disciplina cursada.

- 5.1.1.1.4 *Talvez amanhã, depois, tenhamos... batalhões e legiões de soldados geneticamente clonados que não teria tanta... digamos assim... necessidade de explicações às famílias porque estariam mandando pra guerra pessoas que eram clonadas de células (...)* (L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).
- 5.1.1.1.5 *(...) Mas como tinha, digamos assim, exaustivamente trabalhado pra uma empresa durante 40 anos* (L15, 1º sem., 2001, Direito, O Aborto, NE).
- 5.1.1.1.6 *(...) mas os que eram portadores do “usus liberatios”, que é os que eram libertos, os livres né, os que tinham direito de solicitar que fosse...ah... fosse... colocado... o corpo à vista, digamos assim, exigida a sua liberdade no caso de tolhida, né...* (L 1, 1º sem. 2001, Direito, Habeas Corpus, E).
- 5.1.1.1.7 *Então a... a posição que nossos governantes têm que ter frente a esse assunto... tem que ter medidas mais eficazes para garantir o valor justiça desses cidadãos virtuais, digamos assim* (L9, 1º sem. 2001, Direito, Internet, NE).
- 5.1.1.1.8 *Pois lá eles convivem, tanto o preso ladrao de galinha, digamos assim, ele convive com o que cometeu crimes hediondos, aprendendo e saindo de lá pior do que antes* (L 4, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Criminalidade, E).
- 5.1.1.1.9 *O “PAI” foi só uma entrada, vamos dizer, ao plano real, não teve, assim, uma função muito... um plano... um choque, foi só uma entrada pro plano...* (L 6, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Plano Econômico, E).

As figuras representadas nesse recorte ilustram a injunção, na modalidade de uma ordem (***digamos assim***) ou de um futuro perifrástico (***vamos dizer***), em co-dizer, instaurando, desse modo, uma enunciação conjunta, a de um nós que fala em uma única voz, designando que, na verdade, esse uníssono proposto não é óbvio.

Colocando em cena uma tentativa para conjurar os efeitos negativos para a co-enunciação dessa não-coincidência, procurando reinstaurar o UM, os componentes formais da primeira figura (***digamos assim***) são de ordem pessoal (nós-inclusivo, restrito à comunidade interlocutiva do eu + tu/você) e modal (realizado pelo imperativo). É importante salientar que o nós, neste caso, nada tem a ver com o plural de modéstia, nem

com aquele referente ao nós-exclusivo (eu + ele(s)). Já a segunda figura (**vamos dizer**) delinea-se estruturalmente com o nós-inclusivo e a forma de futuro perifrástico.

Quanto ao lugar ocupado por essas figuras na linearidade frasal, vemos que a primeira, presente nos enunciados 5.1.1.1.1 a 5.1.1.1.5, empregada pelo locutor 15, que fala sobre tema não específico ao seu curso, é sempre anterior ao elemento X ao qual se refere, no entanto, nos outros locutores, ela se apresenta posteriormente à seqüência na cadeia à qual ela diz respeito. Dito de outro modo, relativamente à condição do dizer de realizar-se no tempo (já que a atividade enunciativa requer uma extensão temporal para se efetuar e submete-se à restrição física da materialidade linear do significante lingüístico) a configuração metaenunciativa **digamos assim**, presente nos enunciados 5.1.1.1.1 a 5.1.1.1.5, apresenta-se no lugar antes de X, ou seja, nos comentários ocorridos na cadeia e anteriores à emissão de X.

Assim, poderíamos dizer que a primeira modalidade ilustra a representação de um tempo necessário para se achar determinada palavra, expressão ou até mesmo finalização de um sintagma verbal (como em 5.1.1.1.5). De fato, essa configuração aflora na cadeia no próprio tempo da procura do elemento adequado para o dizer (aqui e agora) compartilhado pelo interlocutor. Essa procura (representada na escrita por reticências) fica clara se observarmos as palavras que ocorrem antes da emissão de X, ilustrando exatamente a necessidade de um tempo extra, exterior à cadeia, para se achar o que é buscado.

No entanto, nos enunciados seguintes (5.1.1.1.6; 5.1.1.1.7 e 5.1.1.1.8), relativos a outros locutores, **digamos assim** é posterior à emissão de X, indicando, desse modo, que a escolha feita é razoavelmente adequada à situação enunciativa, fato esse compartilhado pelo co-enunciador. O mesmo acontece com a forma **vamos dizer**. Explicando de outro

modo, *digamos assim*, na posição anterior a X (digamos assim, X), convoca o outro em relação ao tempo da nomeação, isto é, busca, junto com o alocutário, o tempo extra necessário para nomear, instaurando uma espécie de dúvida no próprio percurso desse processo. No entanto, quando essa figura apresenta-se posteriormente ao elemento X (X, digamos assim), ela se aproxima de outra configuração: *vamos dizer* (X, vamos dizer), pelo fato de que ambas, ao inscreverem-se na cadeia linear na posição posterior a X, convocam o “tu” para aceitar a nomeação feita (e já concluída), como a mais adequada para a situação enunciativa e, assim sendo, no caso da figura *vamos dizer*, o futuro perifrástico perde sua função de futuro, pois o que está em jogo não é o tempo, mas a adequação da nomeação, e esta, por sua vez, já se realizou.

Em ambas as formas representativas dessa modalidade de não-coincidência, o que está em jogo, além desse “anexar o outro ao próprio querer do enunciador”, é uma certa escusa do locutor em contentar-se com um termo talvez não inteiramente satisfatório, mas que é o melhor para o processo enunciativo em andamento, incitando o co-enunciador a também aceitar essa maneira de dizer.

Devemos ainda observar que a forma *digamos assim* aparece em cinco enunciados recolhidos de um único locutor (L 15, aluno do curso de Direito que falou sobre um tema não específico). Assim sendo, podemos constatar que a mesma foi utilizada praticamente como “tique”, mas, mesmo assim, segundo Authier-Revuz (1995, p. 187), embora usada um tanto quanto automaticamente, não significa que seja desmotivada, nem que tenha equivalência com os tiques argumentativos do tipo *bem, então, por exemplo...* Nos enunciados aqui apresentados, o uso abundante dessa figura por um único enunciador, no nosso entender, manifesta uma relação estreita do mesmo com o seu dizer. Neste caso específico, ao acompanharmos, nas fitas de vídeo, o relato oral completo feito pelo aluno, percebemos, através da entonação empregada localmente nessas figuras, a preocupação do

mesmo em chamar, para a cena interlocutiva, o outro, o co-enunciador, o tu. Ao insistir no peso dessa forma lingüística, na materialidade das palavras proferidas, desencadeia, através desse modo repetitivo, o aparecimento explícito da dimensão interlocutiva dessa não-coincidência⁵⁵.

A forma *digamos x* não figura apenas neste campo das não-coincidências, conforme Authier-Revuz (1995, p. 650- 5). Ela pode, inclusive, aparecer (e muitas vezes como tique) nos territórios das não-coincidências das palavras com as coisas, ou seja, de um lado, ela instaura o apelo a “dizer em conjunto resolutamente” e de outro, ela convida a aceitar, em comum, a incerteza do dizer de X. Assim, nos parece que a mesma pode estabelecer, num único enunciado, como em resposta à falta do dizer, o apelo à co-enunciação do outro interlocutor.

5.1.2 O discurso com ele mesmo

Os outros discursos e o discurso que se está fazendo “aqui” e “agora” são a matéria prima neste campo das não-coincidências. Importa, portanto, descrever as formas dessa presença exterior que aflora no interior de um discurso, permitindo especificar os *tipos de fronteira entre si e o outro*, através de configurações univocamente marcadas e também daquelas que dependem de interpretação.

No corpus por nós investigado, houve duas figuras representativas deste campo: *o discurso indireto (ou MDS) com “ilhota textual”* e a configuração *segundo exterior “X”*. Os enunciados selecionados foram os seguintes:

⁵⁵ Diferentemente das formas da modalização autonímica, aparecem, no corpus por nós investigado, configurações outras, referentes a um outro nível da co-enunciação, ligadas aos enunciados fáticos, cujo objetivo é verificar a transmissão física da mensagem, condição da comunicação. Alguns exemplos dessas formas: *Vocês entendem o que quero dizer? Vocês ouviram bem? Está claro para vocês? Vocês vêem?* Assim, poderíamos dizer, juntamente com Authier-Revuz (1995, p. 181), que as formas da modalização autonímica, ligadas às não-coincidências do campo da interlocução, constituem uma outra face da função fática.

5.1.2.1 DI com “ilhota textual”

5.1.2.1.1 *Um marceneiro, trabalhando depois de quarenta anos numa empresa, chegou no patrão... resolveu se aposentar(...). Ao chegar no patrão, que o admirava muito, pelo excelente funcionário que fora, (o patrão) lhe pediu que, pela última vez, construísse uma casa (...) (L 15, 1º sem. Direito, O Aborto, NE).*

5.1.2.1.2 *(...) mas conversando com os presos, eles disseram que não. Que só tem direito à visita íntima quem paga por isso (L 1, 2º sem. 2001, Direito, Presídios do Brasil, E).*

5.1.2.1.3 *(...) A comissão falou que o odor impregna na roupa (L1, 2º sem. 2001, Direito, Presídios do Brasil, E).*

5.1.2.1.4 *(...) Perguntado a ele, há quanto tempo ele estava nessa cela, ele disse... cinco anos... sem nunca ter saído para tomar banho de sol e ter saído uma ou duas vezes para ir ao médico (L1, 2º sem. 2001 (fita 2), Direito, Presídios do Brasil, E).*

Os enunciados anteriores ilustram os casos em que um discurso indireto, relatando um outro ato de enunciação num modo que é o seu, isto é, o da reformulação, assinala, localmente num fragmento “X”, que o empréstimo (relativamente à pessoa, ao lugar, ao tempo, etc.) do qual eu falo, apresenta um de seus modos de dizer como tão significativa e intraduzível que lhe dou um lugar no meu dizer ao lado da minha própria maneira de dizê-lo. O que desencadeia essa conduta é o peso das palavras em relação ao real (como ele se encontra nomeado): *ao falarmos com outras palavras de um real capturado por certas palavras, poder-se-ia perder alguma coisa* (AUTHIER-REVUZ, 1996, p.11-115).

Nesses fragmentos sublinhados, a entonação, instaurando a subjetividade, é um dos elementos que nos permite um trabalho de interpretação que desemboca na *modalização autonímica*. O que está em jogo aqui é o fato de que “eu digo X para retomar as palavras de l” em que é feita a menção de X. Essa retomada refere-se a um momento enunciativo

anterior ao que tem lugar “aqui” e “agora”, através de um elemento encontrado ali enfatizado, carregado de uma atenção particular.

Falar, nesse caso, de DI com fragmentos de DD é errar, segundo Authier-Revuz (1998, p. 142). Não temos aqui menção (autonímia) aos elementos sublinhados nos enunciados, mas sim uso com menção, modalizado por um discurso segundo sobre as palavras através de elementos plenamente integrados à sintaxe da frase. A própria situação enunciativa e a entonação dada aos fragmentos destacados nos fornecem garantias de que temos aí um sinal de *modalização autonímica*.

Nessa modalidade, apresentada anteriormente por enunciados colhidos no corpus, devemos ter bem claro que estamos trabalhando nos domínios amplos da interpretação e, portanto, é preciso mencionar um fato essencial: o que um DR relata não é apenas uma frase ou um enunciado, é um ato de enunciação.

No caso particular de nosso corpus, o DI com “ilhota textual” apresenta-se desde as formas lingüisticamente marcadas, através de modos explícitos, unívocos de representação de um discurso outro *l diz que... “X”* (exemplificadas pelos enunciados 5.1.2.1.1, 5.1.2.1.2 e 5.1.2.1.3) até aquelas não tão completamente marcadas e que, por isso, necessitam de interpretação (5.1.2.1.4) para, assim, desembocarem no DI com “ilhota textual”⁵⁶. No caso do enunciado 5.1.2.1.4, a situação enunciativa nos permite a interpretação. O locutor,

⁵⁶ O estatuto de “ilhota textual” relacionado a uma dupla interpretação: como citação (1) e como citação do *l* sujeito do verbo dizer (2), nem sempre constitui uma restrição de interpretação. Ou seja, nem sempre a forma *l diz que “X”* tem necessariamente o valor de “ilhota textual”. É preciso notar, na concepção de Authier-Revuz (1996, p. 91-115), que, muitas vezes, a compatibilidade de um DI (ou de uma MDS sobre o conteúdo) com formas de modalização autonímica explícita podem remeter o desdobramento meta-enunciativo sobre o fragmento X a um outro campo que não aquele do já-dito de outros discursos. Pode, por exemplo, ser direcionado a uma relação interlocutiva (“Conforme H., nossa presidenta saiu um pouco... saiu dos trilhos, para não ofender seus ouvidos.”). Portanto, por mais freqüente, ou mesmo estereotípica que pareça a configuração, é importante não confundir a associação de duas formas de língua: uma de tratamento de um discurso outro, no plano do conteúdo: *l diz que..., segundo l...*; outra, da auto-representação opacificante do dizer., nem tampouco se deve interpretar o contexto de discurso relatado com uma regra unívoca do tipo quaisquer aspas (ou modalização entonativa, no caso do oral) em um “contexto de discurso relatado indireto” das palavras de um *l* se relacionam necessariamente a uma citação de *l*).

nesse momento, relata uma visita feita a um presídio e a conversa que teve com um apenado. Lançando mão do DI (com a clássica *subordinação em que*, mas sem a presença explícita da partícula *que*)⁵⁷, ele age como “tradutor” de um relato feito pelo presidiário e, em um momento de seu discurso, deixando-se levar pela emoção, narra, através de uma entonação particular, um fragmento desse discurso segundo (*cinco anos*) como não tendo sofrido reformulação.

É preciso também observar que, nos enunciados 5.1.2.1.2 e 5.1.2.1.3, nas figuras representativas da modalização autonímica (*só tem direito à visita íntima quem paga por isso; o odor impregna na roupa*), embora o fragmento “X” esteja, como a “ilhota textual”, integrado à frase, à sintaxe da qual é homogênea (bem como seu funcionamento semiótico em uso), há um certo “conflito sintático-enunciativo” referente aos elementos dêiticos verbais que aí figuram como heterogêneos no plano da localização enunciativa, sinalizando uma *derrapagem* quanto ao controle por L dos elementos dêiticos internos ao fragmento “X” no contexto de DI. Os verbos ter, pagar e impregnar estão conjugados no presente, quando usualmente apareceriam no passado.

As formas sintáticas do discurso relatado no sentido estrito: discurso indireto(DI) e discurso direto(DD) manifestam-se também na modalidade de fala aqui investigada e inserem, assim, de maneira unívoca, um outro ato de enunciação na configuração frasal. Embora não figurem no campo da *modalização autonímica*, elas instauram a heterogeneidade e, através delas, o locutor apresenta-se como tradutor (no DI) ou como porta-voz (no DD).

A seguir, alguns enunciados exemplificando esse caso:

⁵⁷ É o sentido, não uma forma sintática particular, que nos permite a identificação do DI num enunciado dado.

Discurso Indireto

Então eles caminharam pelos corredores, conversaram bastante(...), mas, no que pôde, pediu que fosse levado de novo à cela (L1, 2º sem. 2001, Direito, Presídios do Brasil, E).

Discurso Direto

Aí, de repente, ela vê o cliente assíduo da loja dela comprando em outra loja, saindo de outra loja:

- Mas, João, o que tu fez ? vivia comprando na minha loja, eu dava prazo e tudo...(L 5, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Pós-Venda, E).

5.1.2.2 Segundo exterior “X”

5.1.2.2.1 *Dito isso, eu concluo com aquela velha frase de que... aos amigos, tudo; e, aos inimigos, simplesmente a lei* (L2, 1º sem. 2001, Direito, Uso de Drogas, NE).

Neste caso, o elemento X é empregado pelo locutor como empréstimo de um exterior que se poderia chamar de *epíteto classificatório de tempo* (AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 284). Ou seja, eu digo X segundo palavras consagradas pelo tempo, palavras antigas, de sabedoria, conhecidas por todos.

Portanto, não são as palavras de um outro locutor que estão sendo relatadas pelo locutor 1 em forma de MDS com ilhota textual. O que temos aqui são palavras oriundas de um exterior não-humano, de um lugar do conhecimento consagrado, do qual 1 faz um empréstimo.

Voltamos, assim, ao dialogismo bakhtiniano, que prega a produção da palavra em meio ao já-dito de outros discursos e à teorização do interdiscurso (de Pêcheux), sustentando o princípio essencialmente exteriorizante para o dizer em sua determinação por “isso fala”, em outro lugar, antes e independentemente. Esse outro discurso emerge, no discurso que está sendo dito, como produto do jogo das forças e dos ecos no campo interdiscursivo em que o dizer se constrói.

As formas do discurso direto e do discurso indireto (ou MDS) com ou sem “ilhota textual” são, no corpus por nós investigado, as marcas mais abundantes e por isso mais características da exterioridade. Inclusive é preciso acrescentar que as figuras do DI com “ilhota textual”, ilustrativas da modalização autonímica, referentes ao campo da não-coincidência do discurso com ele mesmo, apresentam-se em um número mais restrito de ocorrências do que as representativas do DD e do DI sem ilha textual. Na verdade, elas aparecem quatro vezes no discurso direto dos locutores que abordam temas não específicos e treze vezes no discurso direto em temas específicos; três vezes no discurso indireto com temas não específicos e quatro vezes no discurso indireto com temas específicos. Aparecem, portanto, em ambas as modalidades, mas, em maior número (17 contra 7) na modalidade de fala sobre assunto específico.

5.1.3 As palavras e as coisas

5.1.3.1 Figuras do UM realizado na nomeação

5.1.3.1.1 *Coincidência do enunciador com seu dizer: X, eu digo X*

Essa não é uma forma unívoca, apresentando, portanto, variações (X, sim; X, eu digo mesmo X; eu repito X; X, eu insisto X...), significa eu sublinho X como elemento importante:

5.1.3.1.1.1 (...) *Vejam bem, eu repito, controle de natalidade (...) (L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).*

5.1.3.1.1.2 (...) *Mas o que mais me deixa revoltado, eu insisto nessa... nessa palavra, é saber que pessoas que passaram pelos mesmos bancos escolares que nós, tiveram o mesmo acesso à informação e que têm informações privilegiadas, como esse delegado e esse juiz, (...) se sentem orgulhosos em ter... em ter cometido isso (L 24, 2º sem. 2001, Direito, Notícia de Jornal, NE).*

Essas figuras são um desdobramento enfático do fato da enunciação de X observável na cadeia por sua representação, o enunciador assume plenamente sua escolha e, além disso, enfatiza-a como relevante no contexto enunciativo. São formas de pura confirmação, enfáticas, de um dizer de um X que acaba de se realizar na cadeia.

É necessário salientar, neste caso, o importante papel que desempenha a entonação no momento da elocução do elemento X, enfatizando, assim, a relevância de tal fragmento para aquela situação de enunciação.

5.1.3.1.2 Coincidência da palavra com a coisa: **X, propriamente dito; X, como o próprio nome indica; X, como diz o próprio nome**

Na distância entre as palavras e as coisas surge essa forma, contrapondo-se ao sentido metafórico, impreciso, generalizante, instaurando uma caracterização da nomeação como adequada, realizando a coincidência exata, justa, entre a palavra X com a coisa.

A seguir, alguns exemplos de nosso corpus:

5.1.3.1.2.1 (...) *controles de tarifa e do controle cambial propriamente dito* (L10, 1º sem. 1997, ECONOMIA, Controle Cambial, E).

5.1.3.1.2.2 (...) *Já no que... se trata da artilharia antiaérea propriamente dita, a principal finalidade da artilharia antiaérea é a defesa da prevenção de pontos sensíveis ou de tropas* (L21, 2º sem. 2001, Direito, Artilharia Antiaérea, NE).

5.1.3.1.2.3 *O plano Bresser, como diz o próprio nome, foi do ministro Bresser, ele alterou somente superficialmente a economia, né...* (L6, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Plano Econômico, E).

5.1.3.1.2.4 (...) *Os alucinógenos, como o próprio nome indica, provocam alucinações* (L4, 1º sem. 2000, Direito, Drogas, NE).

Nos enunciados anteriores, temos a impressão de que, em sua estrutura profunda, duas forças se contrapõem: de um lado, a nomeação própria para X de um certo referente; e, de outro, a asserção imprópria, inadequada de um referente outro a X, ou de um signo outro, Y a este mesmo referente.

No corpus investigado, essa configuração e suas variações marcam a estrita adequação palavra-coisa e surgem em enunciados que oferecem definições, explicitando “a coisa” que recobre a palavra exatamente utilizada, no sentido próprio, como o próprio nome diz, propriamente dita.

5.1.3.2 Figuras da adequação visada

5.1.3.2.1 Nomeação entre duas palavras: **X, não, Y; X, perdão, Y; X, ou melhor dizendo, Y; X ou Y; X,Y; X, isto é, Y. X, não, Y**

Através dessa figura, a passagem de um a outro dizer se faz pela ruptura introduzida pelo não:

5.1.3.2.1.1 (...) *Como compositor, como compositor não, como produtor* (L1, 2º sem. 2000, Direito, Raul Seixas, NE).

Nesse enunciado, o percurso da nomeação apresenta-se bastante acidentado, adverso, fazendo aflorar um dizer efetuado e depois substituído por um outro dizer diferente que anula o primeiro. Essa configuração da nomeação, presente no oral, possibilita, através de um fracasso, que venham à tona os lapsos, os pontos difíceis de nomeação, ou que suscitem conflitos para o enunciador, dividido entre a facilidade da nomeação usual e a singularidade de um referente que a recusa, deixando à mostra um jogo

entre inconsciente e consciente, ou seja, entre o desejo inconsciente que a diz e a intencionalidade consciente que a rejeita.

X, perdão, Y

Marcando um retorno negativo sobre a palavra precedente, essa figura introduz uma retificação radical através da forma reparadora Y. Enunciados encontrados:

5.1.3.2.1.2 (...) Isso é 1% do valor do bem, perdão, desculpa, é 1% do valor da taxa de administração (L 7, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Comércio, E).

5.1.3.2.1.3 (...) a Panambra, que é a administradora que eu trabalho, não cobra taxa de administração, taxa de adesão, perdão (L7, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Comércio, E).

Essa forma, segundo Authier-Revuz (1995, p. 623) ilustra o que a autora chama de falso lapso retórico e introduz, em X, sob a cobertura da figura de desculpa, após um passo em falso, a palavra verdadeira e radicalmente outra. Manifesta-se em situações enunciativas em que há surpresas de auto-recepção, caracterizando o fato de se descobrir em X aspectos imprevistos em um momento posterior à emissão.

Assim, instala-se uma disparidade entre o dizer previsto e o dizer obtido. Há algo como que um “a mais” no dizer obtido sobre o dizer previsto, dando a impressão de que o espaço de tempo percorrido entre a emissão e o momento posterior (de auto-recepção) se alargou, oportunizando a emergência de uma outra voz com um outro sentido.

X, ou melhor dizendo, Y

Temos, neste caso, uma nomeação com uma alternativa hierarquizada:

5.1.3.2.1.4 *Os trabalhadores de Caxias do Sul repre...ah..., ou melhor dizendo, 62% dos trabalhadores de Caxias do Sul são do sexo masculino* (L5, 2º sem. 2000, Direito, O Desemprego, NE).

5.1.3.2.1.5 *Pirose, melhor dizendo, seria uma queimação abaixo aqui do esterno* (...) (L2, 2º sem. 2000, Direito, Gastrite, NE).

5.1.3.2.1.6 (...) *O concubinato, ou melhor dizendo..., vamos partir do histórico: o concubinato sempre foi reprimido pelos regimes em geral* (...) (L9, 2º sem. 2001, Direito, União Estável, E).

Essa configuração da nomeação, exemplificada anteriormente, realiza-se em duas etapas extremamente hierarquizadas em relação a um movimento de progresso ligado à adequação, caracterizando o segundo modo de dizer como preferível, sem encobrir o primeiro termo X, já que ele não será substituído, mas a ele será dada uma outra alternativa de significação mais condizente com o dizer proposto.

Assim, no enunciado 5.1.3.2.1.4, temos, através de Y, uma retomada de X especificando, delimitando a nomeação anterior trabalhadores de Caxias do Sul (X): 62º por cento dos trabalhadores de Caxias do Sul (Y); já no enunciado 5.1.3.2.1.5, trata-se, não de uma especificação, mas de uma explicação, ou seja, o sentido de Pirose é queimação abaixo de esterno. A preocupação do locutor é de traduzir para o alocutário o termo Pirose, já que o mesmo é característico do vocabulário científico específico de determinado campo de conhecimento.

No entanto, no enunciado 5.1.3.2.1.6, o enunciador, através do emprego do **X**, **ou melhor dizendo Y**, procura ganhar tempo para buscar uma perspectiva de abordagem que, no seu entender, seja satisfatória para X (o concubinato), a qual, posteriormente, é encontrada em Y (o concubinato sempre foi reprimido pelos regimes em geral).

Portanto as figuras aqui exemplificadas ilustram alternativas, de certo modo retificadoras, que possibilitam retomadas, as quais podem ser consideradas como hierarquizantes, já que a alternativa preferida pelo locutor é a Y. Temos, então, que considerar nessas formas, de um lado, o que é dito e, do outro, a adequação do dizer a tal situação enunciativa e, nesse jogo, aparece Y como mais adequado do que X. É uma nomeação processual que se manifesta sobremaneira na produção oral opondo, ao imediatismo da nomeação padrão, o tempo para nomear, isto é, para se aproximar, por etapas, de um coincidência visada, a qual dá uma falsa aparência da evidência da associação palavra-coisa, apresentando a imagem de um dizer como trabalho de produção-elaboração da nomeação.

X ou Y; X, Y

Apresentam-se, através dessas formas, exemplos de alternativa não resolvida (X ou Y); ou, ainda, de alternativa com estrutura de justaposição (X,Y):

5.1.3.2.1.7 (...) está relacionado aos transgênicos ou elementos geneticamente modificados (L3, 1º sem. 2001, Direito, Transgênicos, NE).

5.1.3.2.1.8 (...) que era supostamente de matéria gene...geneticamente modificada ou transgênico (L3, 1º sem. 2001, Direito, Transgênicos, NE).

5.1.3.2.1.9 (...) O feto... o nascituro não faz parte do corpo da mulher (L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).

5.1.3.2.1.10 (...) A depressão é um mal que ataca... que afeta 15% da população mundial (...) (L 1, 1º sem. 2001, Direito, A Depressão, NE).

5.1.3.2.1.11 (...) E sua mulher... pra não entregar... não parar com os negócios, continuou com os negócios da família, sendo a primeira mulher na época...ah...de 1800, a ser comerciante industrial... a ser empresária (L1, 1º sem. 2001, Direito, História do Vinho, NE).

5.1.3.2.1.12 (...) *No sentido penal, como podemos ver aqui nesse quadro, são as drogas ilícitas, as drogas não permitidas* (L 4, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Drogas, NE).

Temos, através desses exemplos, um dizer estritamente dividido entre um e/ou outro, ou seja, um **X ou Y** ou um **X,Y** não-hierarquizantes. Os dois dizeres que cada enunciado mostra designam uma só e mesma coisa.

Abordando essa equivalência em termos sintáticos, temos um sintagma nominal equivalendo a um outro sintagma nominal (5.1.3.2.1.7; 5.1.3.2.1.8; 5.1.3.2.1.9 e 5.1.3.2.1.12) uma oração a outra oração (5.1.3.2.1.10 e 5.1.3.2.1.11).

Através dessas figuras que exemplificam um dizer dividido, temos o exemplo mais perfeito de nomeação estritamente feita como partilhada entre duas palavras com o mesmo estatuto, sem, portanto, elemento hierarquizante.

X, isto é, Y;X, ou seja, Y

Figuras representativas das estruturas de duplicação de duas formulações, apresentam-se no corpus da seguinte forma:

5.1.3.2.1.13 (...) *Os sócios não...não assumem responsabilidade nenhuma sobre a sociedade, ou seja, eles não assumem obrigações perante a empresa* (L 15, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Sociedades Comerciais, E).

5.1.3.2.1.14 (...) *nós tínhamos, na verdade, 16 bits desses 32, ou seja, nós tínhamos um processamento de 32 bits, mas uma saída de 16* (L19, 1º sem. 1997, Ciências Contábeis, Windows 95, NE).

5.1.3.2.1.15 (...) *segundo a Receita Federal pelo Imposto de Renda... há contribuição de 23 ao ano por pessoa, ou seja, cada ser humano doa às entidades vinte e três reais por ano* (L2, 1º sem. 2001, Direito, Trabalho Voluntário, NE).

5.1.3.2.1.16 (...) Sendo que aquela ideologia de diferenciação de que eu falei permanece, ou seja, os pretos, pobres, não instruídos, sendo brutalmente punidos pelo sistema; e os brancos, ricos e abastados, influentes, etc., sendo privilegiados por serem consumidores em potencial... (L2, 1º sem. 2001 (fita 1), Direito, Uso de Drogas, NE).

Antes de começarmos a análise propriamente dita, é preciso atentar para o fato de que os marcadores de duplicação (ou seja, isto é), em si, não determinam que se encontrem, nos enunciados, figuras representativas da modalização autonímica. O que, neste caso, nos possibilita a ocorrência das mesmas é a interpretação dada à relação entre X e Y. Para serem considerados exemplos de modalização autonímica, esses enunciados, portadores da figura “X reformulador Y”, devem associar elementos de significados idênticos, em língua, dependendo, assim, de sinonímia lexical ou de paráfrase lingüística. Além disso, o predicado de identificação dos mesmos deve remeter a uma relação de sinonímia entre duas maneiras de dizer, aquela utilizada em X e uma outra dada como tradução em Y – relação feita entre as palavras e não entre fatos.⁵⁸

Contrariamente aos casos que exemplificam implicação, inclusão, propriedade não definicional, nas figuras colhidas através dos enunciados anteriores, X e Y são interpretados como substituíveis um pelo outro, como o são duas descrições definidas do mesmo elemento. Assim, esta estrutura em que X e Y são interpretados como remetendo à mesma realidade enunciativa, se presta a encarar X e ou Y diferencialmente, como maneiras de dizer.

⁵⁸ Authier-Revuz (1987, p. 55-103) ressalta que não dizem respeito à modalização autonímica as formas de reformulação de dois elementos X e Y, de uma cadeia, que estabelecem relações colocadas entre “as coisas” ou “os conteúdos X e Y e não as palavras X’ e Y’”, ou seja, enunciados que explicitam relações do tipo X tem propriedade de Y, ou X acarreta Y, ou X portanto Y... Assim, para que, no enunciado, floresçam as figuras representativas da modalização autonímica ligadas às formas de reformulação, é necessário que o mesmo contenha um “X o que significa Y”, explicitando a identificação dos dizeres. Não devemos, inclusive, ignorar que esses elementos (isto é, ou seja) podem funcionar na forma de marcação da fala, acompanhando-a de modo mecânico, como tique.

A duplicação dessas duas maneiras de dizer, sempre diferenciadora, corresponde a uma tradução de um modo de dizer pelo outro: o locutor sente a necessidade de explicitar o seu dizer para que o alocutário consiga compreender o que está sendo dito, na ânsia de, assim, estabelecer um processo interlocutivo extremamente dialógico em que a fala seja um elemento vivo, tendo o alocutário, nesse intercâmbio, uma atitude ativa, de participação respondente. O próprio locutor (como no enunciado 5.1.3.2.1.16) refere-se a uma enunciação anterior sua, fazendo com que, nesse discurso segundo, ela seja explicitada.

Observando-se as figuras representativas das não-coincidências anteriores (a interlocutiva e a do discurso com ele mesmo), vê-se que as formas representativas das não-coincidências das palavras com as coisas são bem mais abundantes, tanto em número de ocorrências quanto na sua diversidade.

5.1.3.2.2 Nomeação em termos de uma procura: **Como é que eu posso dizer? X...**

A forma de modalização presente aqui não se originou da coincidência plenamente confirmada da palavra adequada, nem da não-coincidência apontada pela palavra inadequada, na verdade, o que ocorre é uma nomeação de entremeio:

5.1.3.2.2.1 (...) *mas eu queria mostrar que foi... um..., como é que eu posso dizer?... foi uma evolução através dos anos* (L 4, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Partidos Políticos Brasileiros, NE).

A nomeação, portanto, não é dita plenamente em adesão, nem ocorre sob o modo da rejeição. Assim sendo, ela se apresenta dividida entre coincidência e não-coincidência, entre a presença e a ausência da palavra justa, adequada.

Fica evidente, nesse jogo de busca de um X, o qual, no enunciado, apresenta-se como não imediatamente disponível, a decomposição da enunciação em dois momentos sucessivos: o momento da procura, onde falta o elemento X; e o tempo da emissão de X,

finalizando essa busca, passando por questões de modalização referentes à forma interrogativa “como posso dizer?”.

Essa figura da modalização retrata sobremaneira a força do oral em ação, revelando claramente os traços das buscas realizadas durante a fala.

É preciso considerar, porém, que muitas vezes essa procura pode ter sido preparada propositalmente pelo locutor, sendo, portanto, deliberada e não derivando de uma restrição funcional.

Essas formas, segundo Authier-Revuz (1998, p. 88-89), não devem ser reduzidas à escória do oral, de barulho da maquinaria da linguagem ao se produzir como tal. Pode-se notar que a representação de um tempo necessário para se encontrar uma determinada palavra é um dos meios de marcar a distância que separa o enunciador do simples gesto de dizer tal palavra.

Desse modo, a fragmentação temporal da nomeação em inúmeras fases, que caracteriza o campo das formas que situam a nomeação nesse entremeio de coincidência e não-coincidência, não corresponde nem ao êxito, nem ao fracasso da nomeação, mas revela a tensão que se estabelece no interior da própria nomeação quando ela almeja a adequação.

5.1.3.3 Figuras da falta da nomeação

5.1.3.3.1 O modo de dizer ausente para ele mesmo: **X, se... dizer (chamar) X**

A presente forma representativa da modalização autonímica, relacionada às não-coincidências das palavras com as coisas ⁵⁹, deve ser vista sob o ângulo da condição suspensiva, abordando a questão da adequação do dizer de X em relação às leis do dizer:

⁵⁹ Authier-Revuz (1995, p. 631) observa que essa modalização encontra-se regularmente nos outros campos da não-coincidência: no da interlocução (se você percebe o que eu digo, se você me passa...), no jogo das palavras (se eu ousar dizer), sendo rara no campo do discurso com ele mesmo.

5.1.3.3.1.1 (...) *Ainda hoje, depois de quinhentos anos de descobrimento do Brasil, se é que podemos chamar de descobrimento do Brasil, a... ainda não foram, são intocáveis... são consideradas intocáveis* (L 15, 1º sem. 2001, Direito, Aborto, NE).

Essa figura formula explicitamente uma condição em relação à qual se encontra suspenso o dizer: está relacionada à subordinada condicional (se é que podemos chamar de descobrimento do Brasil) que, neste caso, apresenta-se como reserva, uma restrição.

Contrariamente às formas “pode-se dizer” e “isso que podemos chamar X” e à atenuante em “poderíamos” temos aqui um dizer afetado pela condição de poder dizer (entendido no sentido estrito, associado formalmente à presença do auxiliar poder), ou seja, um dizer suspenso à sua possibilidade.

É preciso atentar para o fato de que, na forma aqui representada, emerge, na descrição do dizer, a categoria do referente, demonstrando explicitamente que é a adequação da palavra à coisa que apresenta um caráter problemático de conformidade às leis do dizer (dizer de X). Não se trata, portanto, neste caso, do nível de língua inadequado à situação enunciativa, nem a uma questão de polifonia em que se buscasse entre os vários significados o mais adequado, nem tampouco ao trocadilho escondido.

Assim sendo, para a análise dessa figura da modalização, devemos considerar o seguinte truísmo: de um lado a língua (sistema finito e fechado em si mesmo) e do outro as infinitas singularidades do real a nomear, do sujeito constitutivamente como falho, da impossibilidade da captura do objeto pela letra, das palavras que faltam e, ao não coincidirem com a coisa, estigmatizam o sujeito como não-coincidente consigo mesmo.

5.1.3.3.2 Constatação da distância descrita entre a palavra e a coisa sem especificação: **X**,
a palavra não convém (não é adequada)

A distância entre a palavra e a coisa é descrita de modo extremamente neutro:

5.1.3.3.2.1 (...) *De 1946 a 1964, ocorreu a re...redemocratização do Brasil, só que, particularmente, eu acho que essa palavra não foi muito adequada...* (L3, 1º sem. 2000 (fita 2) Direito, Partidos Políticos Brasileiros, NE).

Na figura anterior, *X não é adequado*, temos a palavra que não convém, não é satisfatória, nem apropriada: a palavra é simplesmente o objeto de uma constatação óbvia de falta. Temos, então, de um lado, o enunciador utilizador não muito eficiente dos recursos da língua e, de outro, a língua, impondo-se a ele através de sua insuficiência. Esta forma abre, no âmago da nomeação, o desvio da não-coincidência, afetando-a de modo negativo e através de uma forma verbal, no passado, ligada ao aspecto acabado, ou seja, o “eu” constata, em relação ao que foi dito, a inadequação da nomeação, mas não sabe precisá-la.

5.1.3.3.3 A distância fluida entre a palavra e a coisa: **X, entre aspas**

As aspas, como já vimos no capítulo III, são uma marca da escrita, mas podem aparecer no oral. As que nos interessam são aquelas que representam um sinal pleno, autônomo, não apenas um sinal de acompanhamento, de repetição, mas uma marca de modalização do dizer: a modalização autonímica, correspondendo, através de um deslocamento para a perspectiva enunciativa, a uma estrutura semiótica completa (uso com menção). Os componentes dessa categoria modal são a “auto-representação de um elemento X” e “a autonomia” intervindo nessa representação, ou seja, um desdobramento metaenunciativo opacificante.

Os exemplos das mesmas nos enunciados por nós colhidos são os seguintes:

- 5.1.3.3.3.1 (...) *O que se nota, com tudo isso, é que ficou legitimada a intervenção dos Estados Unidos, em outros países, de forma diplomática, financeira e até mesmo militar. E, ainda assim, apesar de... entre aspas (fazendo gestos de acompanhamento com um dedo no ar) todos esses esforços, o problema só veio a piorar com o surgimento de novas drogas* (L2, 1º sem. 2001, Direito, Uso de Drogas, NE).
- 5.1.3.3.3.2 (...) *constatado que essa onda de legalização do aborto, entre aspas (sem gestos de acompanhamento) está sendo financiada por países ricos que têm o interesse de controlar a natalidade dentro do contexto de países pobres* (L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).
- 5.1.3.3.3.3 (...) *Pra mim, uma teoria pessoal, que a cada dia se fortifica, é uma grande manobra conspiratória provocada pelos Estados Unidos e provavelmente outros países que têm interesse que continuemos os famosos tupiniquins, novamente entre aspas* (sem gesto de acompanhamento)(L 15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).
- 5.1.3.3.3.4 (...) *Tomou-se uma providência para que nós... fôssemos controlados, entre aspas* (sem gesto de acompanhamento) *por um sistema, por um projeto de... controle... de natalidade* (L15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).
- 5.1.3.3.3.5 *Até mil novecentos e trinta e sete foi um governo democrático* (sinal de aspas desenhado no ar com dois dedos de cada mão, mas não verbalizado) (L 3, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Partidos Políticos Brasileiros, NE).
- 5.1.3.3.3.6 (...) *por exemplo, temos dois tipos de corpo: o andróide, aquele que acumula gordura na parte de cima do corpo, normalmente ele... ele... quem acumula gordura na parte de cima do corpo são as pessoas magras e altas, magras,entre aspas*, (gesto de acompanhamento feito no ar com um dedo) porque elas têm gordura nessas partes (L2, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, A Alimentação, NE).

Através de um dialogismo reflexivo, ou seja, o enunciador, sendo ao mesmo tempo emissor e receptor de seu dizer, responde a algo que ali encontra. Nos exemplos 5.1.3.3.3.1, 5.1.3.3.3.2 e 5.1.3.3.3.3, o enunciador se afasta de seu dizer e observa-o do ponto de vista irônico, fazendo uma crítica ao fragmento entre aspas, sinalizando sua total contrariedade e distanciamento em relação à nomeação e ao que ela veicula. Assim sendo,

em 5.1.3.3.3.1, o locutor questiona ironicamente o fragmento todos esses esforços, mostrando a falsidade do sentido por ele explicitado; em 5.1.3.3.3.2, comporta-se do mesmo modo em referência a essa onda de legalização, o mesmo acontecendo em 5.1.3.3.3.3 relativamente aos famosos tupiniquins.

Já em 5.1.3.3.3.4, o que interessa é assinalar o duplo sentido, o trocadilho “controlador/controlado de natalidade”, ou seja, jocosamente, o locutor salienta que o controle refere-se à natalidade, mas também, indiretamente, jogando sob as palavras, o trocadilho significa controle de pessoas, de uma população, de um povo, no caso, o brasileiro. Assim, em uma mesma nomeação, temos, através da marca do distanciamento (emprego das aspas), duas: aquela padrão e a que fica nas entrelinhas do dizer.

No enunciado 5.1.3.3.3.5, a leitura que se faz inscreve-se na direção do distanciamento irônico em forma de crítica e, ao mesmo tempo, à inadequação da palavra para nomear a coisa, sinalizando que, na realidade, o governo não era democrático, mas assim era dito, o que atesta uma falha em nomear.

Por último, no enunciado 5.1.3.3.3.6, temos um exemplo específico em que não joga a ironia, mas apenas a inadequação em nomear, pois não posso chamar de magro aquele ou aquela em que há gordura.

O emprego das aspas não vem sozinho, junto com elas o locutor utiliza elementos supra-segmentais (a entonação) e recursos paralingüísticos (gesto das aspas no ar com dedos e mãos). Assim, o campo interpretativo torna-se abrangente, fazendo com que o enunciador, no momento em que opta por essa escolha (a parada sobre um fragmento), abra a nomeação para o risco.

Evocando radicalmente a ruptura do UM, a falha instaura-se através da falsa completude que as aspas inscrevem. Designando pontos que não são óbvios, as aspas, como figuras da modalização autonímica, instauram a subjetividade e, através dela, a relação do sujeito com a linguagem, especificando a falta por inadequação à nomeação em relação ao referente.

5.1.4 As palavras consigo mesmas

5.1.4.1 Respostas de fixação de um sentido: **X, no sentido de q**

Dando-se conta da realidade enunciativa do não-um do sentido, o enunciador opõe a essa constatação, através das formas aqui especificadas, o seu trabalho ativo de tentativa de conter o sentido que se esvai, diluído nos amplos domínios da polissemia e da homonímia, procurando especificar apenas um sentido entre os vários possíveis:

5.1.4.1.1 (...) *O coator seria o delegado, quem age, quem faz a coação, sempre no sentido de ilegalidade, né...* (L1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus, E).

5.1.4.1.2 (...) *Droga, no sentido gramatical, é todo fardo, todo medicamento passível de se encontrar em farmácia com a finalidade de proporcionar... a calma e... aliviar a dor e o sofrimento do ser humano* (L 4, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Drogas, NE).

5.1.4.1.3 (...) *Drogas, no sentido penal, como podemos ver aqui nesse quadro, são as drogas ilícitas, as drogas não permitidas* (L 4, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Drogas, NE).

5.1.4.1.4 (...) *Uma força de trezentas... de trezentos milhões de homens, quando eu falo homem é no sentido genérico, nada contra as mulheres...* (L 15, 1º sem. 2001, Direito, O Aborto, NE).

Temos, nessas figuras, uma forma de descrição unívoca do sentido. Procurando explicitar o sentido de um elemento X, o enunciador testemunha o encontro com o sentido outro (acessado pelo aqui e agora, no uso) e tenta, através dessas configurações, proteger o seu dizer: numa perspectiva, requisitando um sentido específico (como no exemplo 5.1.4.1.1, coação no sentido de ilegalidade e somente nesse sentido); ou em outra, através de uma caracterização adjetivada, dando lugar a uma operação de redução, restringindo a extensão, o desdobramento do sentido (como no enunciado 5.1.4.1.3, droga, no sentido penal e nos enunciados 5.1.4.1.2 e 5.1.4.1.4 em que X deve ser entendido no sentido genérico e não em qualquer outro sentido: literal, figurado...), embora o sentido genérico abra para uma certa polissemia, já que o sentido amplo permite vários sentidos.

5.1.4.2 O sentido estendido no não-um: **X, em todos os sentidos**

Figura representativa da abertura máxima em um ponto X do não-um do sentido:

5.1.4.2.1 (...) *Tivemos a maior safra de uva esse ano, batendo o recorde, em todos os sentidos, uvas viníferas, uvas comuns...* (L1, 1º sem., 2001, Direito, História do Vinho, NE).

No enunciado investigado, a forma representada inscreve, no dizer, um ponto de proliferação indefinida do sentido. Temos, nesse exemplo, a enunciação se entregando completamente ao excesso do sentido que nela se produz, mas, ao mesmo tempo, configura-se um enunciador que, ao localizar um e apenas um ponto de abertura total no seu dizer, procura exercer sua posição de controle em relação a todos os outros pontos de brota o não-um do sentido. O campo do não-um aqui balizado diz respeito à polissemia lexical (uvas viníferas, uvas comuns).

5.2 A FALA DO ALUNO EM SITUAÇÕES DE DISCURSO ACADÊMICO: UMA VARIANTE DO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Ao observarmos o corpus, notamos que algumas características do mesmo, ao serem examinadas em bloco e pela repetição de seus constituintes, nos direcionam a essa segunda perspectiva de abordagem, a qual diferencia-se da primeira (colher as figuras ilustrativas da modalização autonímica, que surgem nos quatro campos das não-coincidências, oriundas da fala de alunos em situações acadêmicas de discurso formal). Percebemos que os dados por nós colhidos apresentavam elementos significativos que, abordados em conjunto, aproximam a modalidade de fala por nós investigada a uma outra modalidade chamada, por Authier-Revuz (1998, p. 107-25), de Discurso de Divulgação Científica: ou seja, *a divulgação como uma disseminação, em direção ao exterior, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no interior de uma comunidade restrita*. Evidentemente, para ter-se bem claro o campo configurado, é necessário saber que nele operam, também, as representações do “discurso científico de produção de conhecimento” e do “discurso pedagógico de transmissão institucional desse conhecimento”.

A comunidade em geral, o grande público, o leigo são o exterior, na concepção de Authier, a ser alcançado pelos conhecimentos fortemente sedimentados pela ciência, e essa disseminação não visa à formação de especialistas. Já no nosso campo de abordagem, a comunidade alvo não é tão ampla, pois ela se restringe aos alunos, estudantes dos cursos de Economia, Ciências Contábeis e Direito da Universidade de Caxias do Sul, a quem os conhecimentos específicos desses campos do saber são dirigidos, não por professores, especialistas, portanto, no assunto, mas pelo próprio corpo discente.

Assim, o discurso desses alunos tem como objetivo traduzir a língua dos especialistas no assunto (cientistas de cada uma das áreas do saber), a qual, de certa maneira, pode ser considerada como uma língua outra, produzindo, desse modo, uma ruptura na intercompreensão. Portanto o propósito dos alunos falantes no âmbito da divulgação desse discurso é colocar, de modo acessível e compreensível, o conhecimento específico a cada uma das áreas do saber implicadas, ou seja, a das Ciências Econômicas e Contábeis e a do Direito.

Desse modo, o processo de transmissão delinea-se da seguinte forma: transmissão de um discurso existente em função de um receptor (aluno dos cursos anteriormente explicitados), o que o caracteriza como uma prática de reformulação de um discurso-fonte (D1) em um discurso segundo (D2). Nosso propósito, nesse momento, é caracterizar o funcionamento desse discurso segundo sobre o conhecimento específico de uma área do saber, no material por nós selecionado, para chegarmos à sua função na comunicação (muito mais do que na transmissão do conhecimento em si), investigando, assim, os pontos de contato entre as situações de fala por nós investigadas e esse discurso caracterizado por nossa teórica como Discurso de Divulgação Científica (DC).

5.2.1 Um discurso caracterizado pela reformulação

A nossa análise recai sobre uma operação de tradução que objetiva fornecer um texto D2 de tal modo que essa tradução-produto é resultado de um trabalho de reformulação de D1, que não esconde a maquinaria, mas, pelo contrário, mostra-a detalhadamente em dois níveis que nos interessam: aquele de uma estrutura enunciativa global de discurso relatado (D1 é considerado não apenas fonte, mas o objeto mencionado de D2) e no da constituição do fio do discurso (marcado por operações locais explícitas de

citação, tradução, ajuste, glosa). Essas manifestações constroem, no discurso segundo, uma imagem da atividade enunciativa de que ele é produto.

5.2.1.1 No quadro da enunciação

Assim como o Discurso de Divulgação Científica, a modalidade de fala por nós investigada também recorre a um quadro global de discurso relatado, instaurando uma dupla estrutura enunciativa da qual os diversos componentes (os interlocutores e o quadro de enunciação D1; os interlocutores e o quadro de enunciação D2) são excedentes fortemente realizados. Authier-Revuz (1998, p. 110) enfatiza que *a reformulação através do discurso relatado é uma modalidade muito particular que estabelece, em D2, a menção de D1 e a sua enunciação, fazendo de D1 seu objeto explícito.* Assim, a mensagem, por exemplo, não se apresenta na forma “os genes são...” mas “X disse/ acaba de dizer/ diz que os genes são...”. O mesmo acontece em nosso corpus com a fala dos alunos em situações de discurso acadêmico, como comprovam os seguintes enunciados:

5.2.1.1.1 (...) Conforme o artigo, artigo... a... 311 do Código Comercial, ele nos diz que quando duas ou mais pessoas queiram se associar para formar essa Sociedade de Comandita Simples, eles obrigam-se como sócios solidariamente responsáveis... (L 15, 1º sem. 1997 (fita 1), Ciências Contábeis, Sociedade em Comandita Simples, E).

5.2.1.1.2 (...) Então, o artigo 290 do Código Comercial também nos diz que nenhuma sociedade comercial se pode recusar a... dos sócios assistirem às... a todas as deliberações, e ele pode a... ter acesso aos livros, aos livros-caixa, livros de escrituração e a correspondências dentro dessa empresa... (L 15, 1º sem. 1997 (fita 1), Ciências Contábeis, Sociedade em Comandita Simples, E).

5.2.1.1.3 (...) Segundo a pesquisa, eles colocam... esse... e... esse fator como o Plano Real... (L 6, 1º sem 1997 (fita 2), ECONOMIA, Mercado Informal, E).

Muitas vezes, inclusive, o enunciado todo é colocado nessa perspectiva de dupla enunciação por intermédio de um resumo que assinala o órgão competente, a pesquisa recente, os estudos de determinada área do conhecimento, a publicação de que trata o relato. Essas referências à enunciação de D1, em alguns momentos, podem apresentar-se um pouco vagas (estudiosos da área do Direito, outros estudiosos do Direito, uma pesquisa realizada na Alemanha...), mas, mesmo assim, elas não participam menos da remissão a um discurso primeiro:

5.2.1.1.4 (...) *Então, estudiosos da área do Direito defendem uma lei específica para reger os casos de assédio sexual... No entanto, outros estudiosos do Direito defendem se... não é necessário, pois já existem normas para tratar do assunto...* (L 13, 2º sem. 2000, Direito, Assédio Sexual, E).

5.2.1.1.5 (...) *O médico Drauzio Varella, em seu livro “Estação Carandiru”, ele diz o seguinte sobre as visitas íntimas: Num xadrez, caso um único morador receba visita, todo o tempo é disponível para ele. Se houver vários, o horário é dividido em tempos iguais* (L 1, 2º sem. 2001 (fita 2), Direito, Presídios do Brasil, E).

5.2.1.1.6 (...) *Tenho o dado de uma pesquisa realizada na...na Alemanha, onde diz que 48 % da população se posiciona totalmente contra o consumo e o plantio desses produtos aí...* (L 3, 1º sem. 2001 (fita 1), Direito, Transgênicos, NE).

5.2.1.1.7 (...) *Eu falo com base nesse livro “Direito Alternativo em Movimento” do desembargador Amilton Bueno de Carvalho...* (L 6, 2º sem. 2001 (fita 1), Direito, Direito Alternativo, E).

A frequência de alguns adjuntos adverbiais (atualmente, hoje, no momento, nesses últimos anos...) atravessa os enunciados, situando-os em um determinado momento dentro de um desenvolvimento, explicitamente destacando-os:

5.2.1.1.8 (...) *Atualmente, né, essa garantia constitucional, ela decorre do princípio também constitucional de presunção da inocência...* (L 1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus, E).

5.2.1.1.9 (...) *Hoje, eu diria que o Conselho Tutelar é um dos órgãos... de mais importância nos municípios e dentro das comunidades* (L5, 1º sem. 2000 (fita 2), Direito, Estatuto da Criança e do Adolescente, E).

A seguir, temos nos enunciados colhidos, o par de interlocutores de D2 e o ato de comunicação que os liga. Aparecem, então, os ‘vejamós’, “não podemos tirar conclusões”, “sabemos que”... salientando constantemente a atividade enunciativa do divulgador. O “nós” também aparece, reunindo o locutor e o interlocutor no espaço da enunciação (enunciados 5.1.1.10; 5.1.1.11; 5.1.1.12 e 5.1.1.13); temos, inclusive, os pares pergunta-resposta circulando entre os dois (enunciados 5.1.1.14; 5.1.1.15 e 5.1.1.16):

5.2.1.1.10 (...) *Vejamós, agora, alguns exercícios* (L 13, 2º sem. 1999, Direito, Dicção, E).

5.2.1.1.11 (...) *Mas historicamente... já desde Roma, nós já tínhamos, assim, alguns indícios garantidores da liberdade individual* (L1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus, E).

5.2.1.1.12 (...) *O resultado é muito ambíguo e não podemos tirar conclusões definitivas* (L 15, 2º sem. 2000, Direito, Maconha, NE).

5.2.1.1.13 (...) *Sabemos que em nossa justiça comum a publicidade dos processos é uma...é uma... regra* (L 23, 2º sem. 2001 (fita1), Direito, Arbitragem, E).

5.2.1.1.14 (...) *O que a acusação faz? A acusação vai revelar o lado anti-social do acusado* (L 11, 2º sem. 2001 (fita 1), Direito, O Discurso do Tribunal do Júri).

5.2.1.1.15 (...) *O que vem a ser programa de ação? Descreve-se, no caso, no programa de ação, o que é necessário para colocar todo o plano em prática* (L2, 1º sem. 1997 (fita 1), CIÊNCIAS Contábeis, E).

5.2.1.1.16 (...) *Esse plano PAI, o que ele queria? Ele já tava prevendo o... o... anúncio do plano econômico, né...(L6, 1º sem. 1997 (fita 1), Ciências Contábeis, Plano Econômico, E).*

Até aqui procuramos mostrar que tanto o DC quanto o discurso exemplificado por nosso corpus produzem uma dupla realização: D2 mostra a enunciação de D1 que ele pretende relatar, ao mesmo tempo em que se mostra em uma atividade de relato. Assim, temos a presença, nesse processo de enunciação, a ciência, o locutor divulgador e o alocutário.

A ciência é representada por inúmeras pessoas, que se exprimem concretamente, identificadas por nomes de prestígio (o cientista tal, o pesquisador famoso, o livro de conhecido escritor, etc.), assegurando mais do que uma informação, um “efeito de realidade”, uma “animação” do discurso da ciência.

O aluno, em situação de elocução formal, desempenha o papel de divulgador, representando-se nos enunciados como indo de um lugar ao outro, ou seja, sendo um mediador, um simples intermediário, cumprindo uma missão: colocar dois pólos em contato (a ciência e o alocutário). Assim, nesse processo, o divulgador-enunciador e o enunciatário colaboram para um trabalho de transmissão do conhecimento.

Os alunos colegas de turma cumprem, nesse processo, o papel de alocutário. O enunciador, tendo em mente um enunciatário portador de uma atitude responsiva ativa, como quer Bakhtin, propõe, no fio do seu discurso, uma imagem daquele, como um pequeno retrato com o qual o interlocutor se identifica: aquele de um ser aberto, curioso em relação à ciência, inteligente e ansioso por novos conhecimentos e, além de tudo, consciente da distância que o separa do especialista.

5.2.1.2 No fio do discurso

O divulgador comporta-se como tradutor, procurando mediar a ruptura existente entre a ciência e o não-domínio do alocutário em relação a esse saber institucionalizado. Desse modo, ele procura, através de buscas de equivalência e de reflexão metalingüística, substituir um texto na língua 1 por um texto homogeneamente realizado na língua 2. Esse trabalho de colocação em contato de duas línguas, segundo Authier-Revuz (1998, p. 115), é realizado por e no discurso segundo, que mostra a reformulação se fazendo e cujo fio, heterogêneo, passa de uma língua à outra através de variadas operações.

Diversas formas associam os dois discursos (científico e cotidiano), principalmente aquelas ligadas ao vocabulário especializado, através de seqüências heterogêneas que justapõem dois elementos C e Q como equivalentes, por intermédio de uma operação de tradução. Nessas seqüências, o termo cotidiano é usado e depois traduzido para o científico e vice-versa, ou seja, cada sistema funciona como uma metalíngua do outro. O estatuto sintático do termo segundo é um acréscimo, dispensável, dublando o termo de partida integrado à construção da frase, através das formas “C quer dizer/ palavra que significa Q”; “Q ou C”; “Q,C;” “Q é chamado C”:

5.2.1.2.1 (...) *Mas foi no direito... inglês que houve o nascedouro realmente do Habeas Corpus. Ali... a... é interessante porque o direito inglês tem uma legislação consuetudinária, baseada no costume (L 1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus, E).*

5.2.1.2.2 (...) *Advertência é chamar atenção do adolescente, admoestação (L6, 2º sem. 2000, Direito, Ato Infracional, E).*

5.2.1.2.3 (...) *A camomila, que é essa planta aromática que também tem... que é chamada de matriarca, camomila alemã, né...e matriçária, como alguns a conhecem, né... (L 20, 2º sem.. 2000, direito, a Camomila, NE).*

5.2.1.2.4 (...) *Quando a pessoa é constrangida em sua liberdade, ela está presa, né...* (L1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus).

5.2.1.2.5 (...) *Ah... vou falar sobre Direito Sucessório, direito das sucessões* (L17, 2º sem. 2000, Direito, Direito Sucessório, E).

O discurso segundo coloca uma relação de simetria entre os dois (o do conhecimento e o do cotidiano), no entanto, os dois não aparecem em pé de igualdade. Esquematização, simplificação, explicitação, exemplificação aparecem geralmente nos enunciados por nós colhidos oriundos da fala dos alunos em situações elocutivas formais no meio acadêmico, constatando a passagem de um discurso ao outro e, no fio do discurso, aparecem elementos demonstrando que os dois pólos não têm o mesmo estatuto. Temos, assim, o prestígio das palavras da ciência, ou seja, de áreas específicas do conhecimento, através dos freqüentes comentários das palavras sobre elas mesmas, veiculando a imagem de um discurso pensado, bem estruturado, racional, organizado:

5.2.1.2.6 (...) *Mas os que eram portadores do usus liberatios que é os que eram libertos, os livres, né, os que tinham direito de solicitar que fosse... a... fosse... colocado... o corpo à vista, digamos assim, exigido a sua liberdade no caso de tolhida* (L1, 1º sem. 2001 (fita 2), Direito, Habeas Corpus, E).

Aparecem, inclusive, abundantemente, as exemplificações:

5.2.1.2.7 (...) *dar orientação àqueles que você contrata, por exemplo, agências de publicidade, agências de pesquisa, etc.* (L 2, 1º SEM. 1997 (FITA 1), Ciências Contábeis, Marketing, E).

5.2.1.2.8 (...) *tu não é obrigado a pagá o bem, por exemplo, faz um consórcio de um valor, uma carta de crédito de um Tempra, tu pode comprá outro carro...* (L9, 1º sem. 1997 (fita 1), Ciências Contábeis, Consórcio, E).

5.2.1.2.9 (...) *e exerce seu poder sobre a vítima, com o intuito de alterar o interesse, por exemplo, oferece uma promoção ou ameaça mandá-lo embora da empresa* (L 4, 2º sem. 2001 (fita 1), Direito, Assédio Sexual, E).

5.2.1.2.10 (...) *Quando, por exemplo, tocamos ou agrupamos as mãos, nós já estamos fazendo um gesto de união (L 18, 2º sem. 1999, Direito, Gestos Específicos e suas Funções, E).*

Ao surgirem comentários como o seguinte: *...Pra eu explicar bem, numa linguagem bem simples pra vocês...*, é dado, indiretamente, um lembrete ao alocutário, mostrando que o discurso segundo não é mais do que uma imagem inexata do original:

5.2.1.2.11 (...) *Pra eu explicar bem, numa linguagem bem simples pra vocês o que que é um consórcio, eu vou falar da seguinte forma: consórcio é um grupo de pessoas onde todo mundo paga pra todo mundo, ou melhor, seria assim, todo mês se reúnem várias pessoas que têm um objetivo comum, - a aquisição de um bem (L7, 1º sem. 1997 (fita 1), Ciências Contábeis, Consórcio, E).*

Nas formas que se apresentam no jogo de vaivém dos dois discursos, é um discurso explicitamente heterogêneo que se constitui. Poderíamos dizer que o plurilingüismo bakhtiniano é uma de suas marcas constitutivas, mostra-nos que as linguagens não se excluem, mas se interpenetram de diversos modos, podendo servir de complemento mútuo, entrar em relações dialógicas.

Portanto, através do estudo dos enunciados colhidos no corpus e, de um modo geral, aqueles relativos às elocuições formais dos alunos ligadas a assuntos específicos (E) de cada curso, podemos comprovar que eles nos mostram o discurso do conhecimento no momento em que ele se diz, ao mesmo tempo em que ele próprio se mostra no momento da transmissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos desnecessário concluir este trabalho de investigação com uma retrospectiva de todo o percurso até aqui desenvolvido, já que procuramos, no interior de cada capítulo, apresentar as opções teóricas, os procedimentos desenvolvidos, as confirmações das hipóteses levantadas e as considerações últimas relacionadas às análises que tiveram lugar em cada unidade. No entanto, algumas observações finais tornam-se pertinentes neste momento.

A primeira delas diz respeito ao inventário e à análise lingüística da variedade dessas formas através das quais se lineariza sobre a cadeia o “ao mesmo tempo” de um dizer de X e seu comentário. Efetuou-se a descrição desde as mais explícitas incisivas até aquelas que surgem através da interpretação, constatando-se que muitas delas situam-se em territórios limítrofes entre os campos das não-coincidências, fazendo, assim, com que o procedimento classificatório cumpra apenas uma função metodológica e até mesmo didática. Uma configuração encontrada em nosso corpus que ilustra essa observação é o **digamos assim**, já que a mesma transita entre o eixo das não-coincidências interlocutivas e o das não-coincidências das palavras com as coisas, dependendo do lugar que ocupa na linearidade frasal.

Cumprido, ainda lembrar, sem pretensões de incursionar pelos vastos territórios da semiótica, que muitas dessas formas da modalização autonímica, especificamente aquelas que circulam nos enunciados ilustrativos do “discurso indireto com ilhota textual”, característicos das não-coincidências do discurso com ele mesmo, só assim se configuram a partir de um funcionamento intimamente ligado a aspectos supra-segmentais, como aqueles relativos à entonação.

As formas da modalização autonímica estão intimamente relacionadas à modalidade de fala e aos locutores, ou seja, as locuções formais cujo tema era assunto não-específico ao curso apresentaram um grande número dessas figuras, o que não aconteceu com as falas sobre assunto específico. No entanto, essa segunda modalidade foi extremamente produtiva na segunda parte da análise do corpus onde se investigou a fala do aluno em situações de discurso acadêmico como uma variante do Discurso de Divulgação Científica. Cada enunciador tem sua ou suas figuras preferidas da modalização, sendo que alguns são tão insistentes em determinadas formas que elas acabam quase sendo encaradas como “tique”.

Nossa segunda observação é colocada em forma de interrogação sobre o processo enunciativo desse modo desdobrado do dizer e sua articulação com uma teoria do sujeito intimamente relacionada à heterogeneidade teórica que perpassa o campo da lingüística. No recorte feito por nós, verificou-se que alguns locutores se distanciam do processo dialógico interdiscursivo e interlocutivo, e, no momento em que isso acontece, sua fala fica isenta das formas da reflexividade opacificante, enquanto outros dele se aproximam, fazendo com que afluam em seu discurso as figuras da modalização autonímica. Explicando melhor, o enunciador que centra sua fala no assunto, no conteúdo, no dito, e só a eles se dedica, acaba deixando em segundo plano o processo dialógico, assim sendo, as formas da modalização autonímica quase não aparecem ou são inexistentes (inúmeros

locutores que falaram sobre temas específicos ao curso ou à disciplina cursada não apresentaram qualquer figura da modalização). No entanto, outros (que falaram sobre assuntos não específicos) que apresentaram um processo enunciativo valorizando o “eu-tu-aqui-agora”, ou seja, centrados no dizer, tiveram sua fala por elas povoada.

No fio do discurso de um locutor único, a modalização autonímica inscreve pontos de heterogeneidade, fazendo surgir, na instância da enunciação, *a não-identidade entre os interlocutores, a não-unidade do discurso, a não-correspondência estrita entre as palavras e as coisas e a não-univocidade dos signos*, deixando à mostra um “eu” que se diz por inteiro nesse processo.

Este estudo deixa a certeza de um percurso feito, mas não acabado. As considerações apresentadas em cada unidade reduzem-se a um corpus específico, em um momento determinado de fala. Tarefa concluída? Em parte. Cremos que a leitura deste trabalho, ao mesmo tempo que esclarece alguns elementos da teoria de Jacqueline Authier-Revuz, abre para um universo de questionamentos relativos à fala, à língua e à própria Lingüística. Se o leitor concordar conosco, teremos chegado ao nosso objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD A.; LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRIVÉ, Michel. *Linguística e Psicanálise*. Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os Outros. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Linguagem e Psicanálise, Linguística e Inconsciente*: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Les formes de discours rapporté, *D.R.L.A.V.*, Université de Paris VIII, n. 17, p. 1-88, 1978.

_____. Paroles tenues à distance. In: CONEIN et al. *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981. p. 127-142.

_____. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *D.R.L.A.V.*, n. 26, p. 91-151, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: Editora da UNICAMP, n. 19, jul./dez. 1990.

_____. A não-coincidência interlocutiva e seus reflexos metaenunciativos. Traduzido por Maria Cristina Borges-Osório e Elza Nietsche Ortiz. In: BERRENDONER, A.; PARRET, H. (org.). *L'interaction Communicative*. Beme/Paris: Peter Lang, 1990.

_____. *Ces mots qui ne vont pas de soi*: Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Paris: Larousse, 1995. v. I, II.

_____. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Palavras incertas*: as não-coincidências do dizer. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Aspas, um sinal de “língua escrita” por excelência. Traduzido por Andréia Schneider Gregório e Elsa Maria Nitsche Ortiz. In: DEFAYS, J. M.; ROSIER, F. Tierin (org.). *À Qui appartient la ponctuation?* Paris-Bruxelles: Duculot, 1998.

_____. Observações sobre a categoria da ‘ilhota textual’. Traduzido por Maria Lúcia Meregalli e Elsa Maria Nitsche Ortiz. In: *Cahiers du Français Contemporain*, n.3, Hétérogénéités in discours, p. 91-115, jun.1996.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1992.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. Comunicação animal e linguagem humana. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. Natureza do signo lingüístico. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

_____. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Saussure após meio século. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BRAIT, Beth. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: ____ (org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CHEMAMA, Roland. Inconsciente e linguagem. In: MOUSSEAU, J., MOUREAU, P.F. (orgs.) *Dicionário do inconsciente*. Lisboa: Verbo, 1984.

CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979.

DUBOIS, Jean et al.. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1997-1998.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Da Subjetividade na Linguagem: Lingüística e Psicanálise. In: _____. *Cadernos UNIJUÍ*, Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1996*.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GOEPPERT, Sebastian; GOEPPERT, Herman C. *Linguagem e psicanálise*. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

JAKOBSON, Roman. *El marco del lenguaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1999.

HJELMSLEV, Louis. *Prolègomènes à une théorie du langage*. Paris: Ed. De Minuit, 1968.

KAUFMANN, Pierre (ed.) *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KEMPSON, Ruth M. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. O seminário sobre a carta roubada. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *O Seminário: livro 3: As psicoses (1955-1956)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *O Seminário: livro 20. Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e diálogo*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1990.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NASIO, Juan David. *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas SP: Pontes, 1999.

ORTIZ, Elsa Maria Nietzsche. Né/Não é? – uma abordagem discursiva. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 153-160, 1995.*

* O asterisco indica os textos que serviram apenas como fonte de consulta, não sendo, portanto, citados no corpo do trabalho

RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la Pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.

REY-DEBOVE, Josette. *Le Métalangage: étude linguistique du discours sur le Langage*. Paris: Le Robert, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1997.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

ZIMERMAN, David E. *Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 2001.